

ELÓI MARTINS SENHORAS
(ORGANIZADOR)

CIÊNCIAS POLÍTICAS

INSTITUIÇÕES E SISTEMAS 2

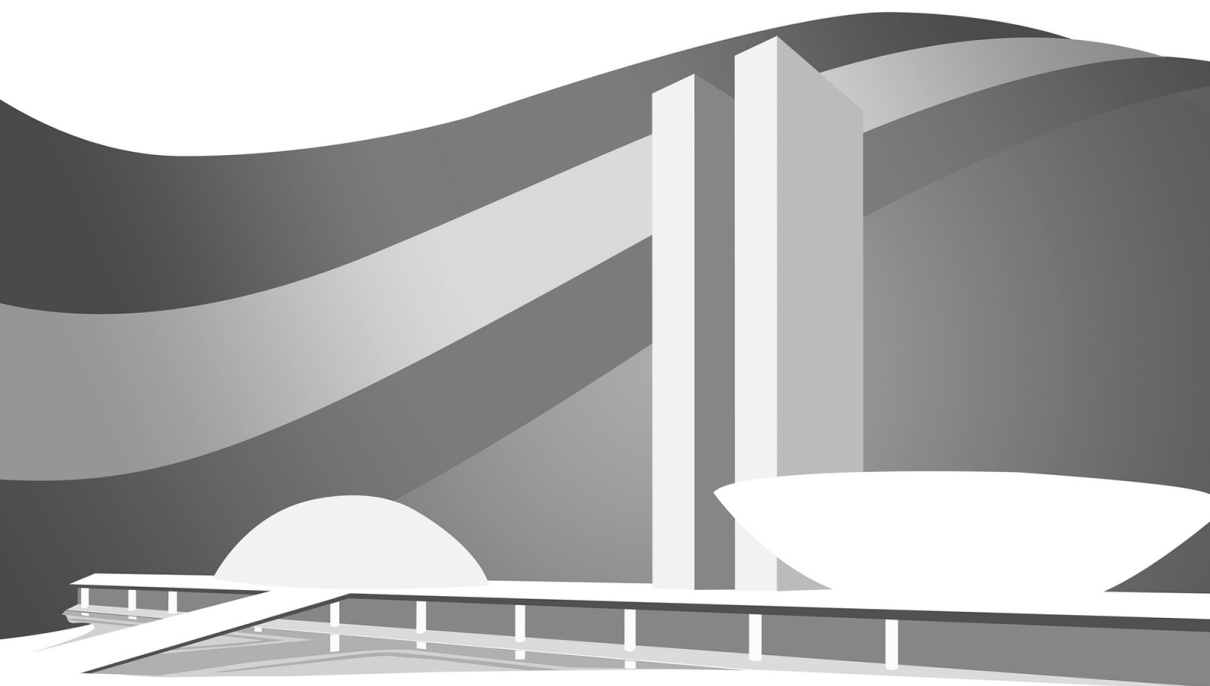


Atena
Editora
Ano 2023

ELÓI MARTINS SENHORAS
(ORGANIZADOR)

CIÊNCIAS POLÍTICAS

INSTITUIÇÕES E SISTEMAS 2



Atena
Editora
Ano 2023

Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Camila Alves de Cremo

Ellen Andressa Kubisty

Luiza Alves Batista

Nataly Evilin Gayde

Thamires Camili Gayde

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2023 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2023 Os autores

Copyright da edição © 2023 Atena

Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Dr. Alexandre de Freitas Carneiro – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia
 Profª Drª Ana Maria Aguiar Frias – Universidade de Évora
 Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
 Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva – Universidade de Coimbra
 Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
 Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
 Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
 Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
 Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
 Profª Drª Caroline Mari de Oliveira Galina – Universidade do Estado de Mato Grosso
 Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
 Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
 Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
 Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
 Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
 Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
 Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
 Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
 Profª Drª Geuciane Felipe Guerim Fernandes – Universidade Estadual de Londrina
 Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes
 Claros
 Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
 Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
 Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva – Secretaria de Educação de Pernambuco
 Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
 Prof. Dr. Jodeyson Islony de Lima Sobrinho – Universidade Estadual do Oeste do
 Paraná
 Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
 Profª Drª Juliana Abonizio – Universidade Federal de Mato Grosso
 Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
 Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
 Profª Drª Kátia Farias Antero – Faculdade Maurício de Nassau
 Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal do Paraná
 Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
 Profª Drª Lucicleia Barreto Queiroz – Universidade Federal do Acre
 Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
 Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Universidade do Estado de Minas Gerais
 Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
 Profª Drª Marianne Sousa Barbosa – Universidade Federal de Campina Grande
 Profª Drª Marcela Mary José da Silva – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
 Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
 Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
 Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
 Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
 Prof. Dr. Pedro Henrique Máximo Pereira – Universidade Estadual de Goiás
 Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
 Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador

Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste

Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí

Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Federal da Bahia /
Universidade de Coimbra

Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências políticas: instituições e sistemas 2

Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Maiara Ferreira
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizador: Elói Martins Senhoras

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)	
C569	Ciências políticas: instituições e sistemas 2 / Organizador Elói Martins Senhoras. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2023. Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-65-258-1843-6 DOI: https://doi.org/10.22533/at.ed.436232909 1. Ciência política. I. Senhoras, Elói Martins (Organizador). II. Título. CDD 320
Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código Penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.

As Ciências Políticas tratam-se de um campo epistemológico que nasce com o movimento do Renascimento na Europa e desde então evoluiu por trajetórias históricas diferenciadas no mundo, tanto, de natureza disciplinar, quanto multidisciplinar, com a difusão de distintos paradigmas ideológicos, bem como uma pluralidade de marcos teóricos e de procedimentos metodológicos de levantamento e análise de dados.

Partindo desta contextualização evolutiva, este livro de coletânea é apresentado para refletir, discutir ou mesmo questionar sobre a realidade complexa e multifacetada do Brasil contemporâneo, a partir de um conjunto de estudos fundamentados no rigor teórico-metodológico, embora com uma abordagem didática construída de modo acessível a um amplo público de potenciais leitores.

O trabalho realizado pelos profissionais envolvidos neste livro somente foi possível em razão do trabalho coletivo arquitetado de modo colaborativo a várias mãos por pesquisadores com diferentes *expertises* profissionais e formações acadêmicas, oriundos de distintas instituições de ensino superior, os quais compartilham o comum interesse pela construção científica brasileira.

A complexidade existente no mundo material e do mundo das ideias é captada neste livro a partir de seis capítulos que compartilham a preocupação de apresentar os respectivos debates e análises temáticas sobre distintos estudos de caso dentro de um explícito rigor científico, sem perder a contextualização de um implícito ecletismo teórico-metodológico presente na obra como um todo.

A natureza exploratória, descritiva e explicativa quanto aos fins e a abordagem qualitativa caracterizam o perfilamento metodológico desta obra, sendo o método teórico-dedutivo o fundamento para a utilização, tanto, de revisões bibliográficas e estudos de caso como procedimentos de levantamento de dados, quanto, de hermenêutica e análise de conteúdo na análise de dados.

Em função das discussões e resultados apresentados ao longo dos diferentes capítulos, esta obra é recomendada para um extenso número de leitores, uma vez que valoriza o poder de comunicação e da transmissão de informações e conhecimentos, tanto para um público leigo não afeito a tecnicismos, quanto para um público especializado de acadêmicos interessados pelas Ciências Políticas .

Excelente leitura!

Elói Martins Senhoras

CAPÍTULO 1	1
CRISE ÉTICA NA CONTEMPORANEIDADE SOCIAL BRASILEIRA	
Ricardo Tannenbaum Nuñez	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.4362329091	
CAPÍTULO 2	16
O CONTENCIOSO SIMBÓLICO DA OPERAÇÃO LAVA JATO: OS PRODUTORES DO SENTIDO DA CORRUPÇÃO	
Haron Barbeiro Francelin	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.4362329092	
CAPÍTULO 3	34
VOTO RELIGIOSO E O BOLSONARISMO: EFEITOS DA TEOLOGIA E DAS LIDERANÇAS RELIGIOSAS SOBRE O ELEITORADO	
Horrana Grieg e Souza Oliveira	
Aldrey Aleksander Braz Guerrero	
Davi Alves Lopes Barbosa	
Emanuel Henrique Ferreira de Moraes	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.4362329093	
CAPÍTULO 4	49
POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS MULHERES: A INSTITUIÇÃO DO PROGRAMA MULHERES MIL	
Eliane Vanildo da Silva	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.4362329094	
CAPÍTULO 5	64
POLÍTICA SOCIAL: A INTER-RELAÇÃO ENTRE TRABALHO E ASSISTÊNCIA SOCIAL	
Isabel Graciele Padoin	
Andressa Correa Bernardon	
Larissa Ramalho Pereira	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.4362329095	
CAPÍTULO 6	73
PENSAMENTO MILITAR BRASILEIRO E SUA RELAÇÃO COM GERENCIALISMO E AS GUERRAS DA 4ª GERAÇÃO: UM ENSAIO ELUCIDATIVO	
Heraldo Makrakis	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.4362329096	
SOBRE O ORGANIZADOR	89
ÍNDICE REMISSIVO	90

CRISE ÉTICA NA CONTEMPORANEIDADE SOCIAL BRASILEIRA

Data de aceite: 01/09/2023

Ricardo Tannenbaum Nuñez

<http://lattes.cnpq.br/9588031999082797>

horizontes de superação dessas crises.

PALAVRAS-CHAVE: Crise ética. Sistemas totalitários. Liberdades sociais.

RESUMO: O presente estudo, realizado por meio de pesquisa bibliográfica e através do método dedutivo, tem por objetivo abordar alguns fatores fundamentais que compõem a bases das sociedades e que, quando são afetados por crises típicas dos sistemas democráticos, permitindo a instalação de sistemas totalitários. Aborda-se aqui a família, a cultura, as liberdades, o Estado, a Igreja e o empregador por considerar que constituem pilares fundamentais nos quais as sociedades se apoiam para sobreviver e se desenvolver. Estabelece-se uma relação entre esses fatores e a ética para mostrar que ela permeia todos os fatores apresentados servindo como um catalizador do comportamento social responsável por gerar o poder que emana das sociedades livres e que é responsável pelo seu desenvolvimento. Apresenta-se exemplo do “*modus operandi*” pelo qual sistemas autocráticos trabalham para estabelecer seu domínio sobre as sociedades, fomentando crises para tirar proveito da desordem estabelecida. Por fim, vislumbra-se alguns

ETHICAL CRISIS IN BRAZILIAN SOCIAL CONTEMPORARY

ABSTRACT: The paper, carried out through bibliographical research and through the deductive method, aims to address some fundamental factors that are the bases of societies and that, when affected by typical crises of democratic systems, allows the installation of totalitarian systems. The family, the culture, the freedoms, the State, the Church and the employer are discussed here, considering that they constitute fundamental pillars on which societies rely to survive and develop. A relationship is established between these factors and ethics to show that it permeates all the factors presented, serving as a catalyst for the social behavior responsible for generating the power that emanates from free societies and is responsible for their development. An example of the “*modus operandi*” is presented, by which autocratic systems work to establish their dominance over societies, fomenting crises to take advantage of the established disorder.

Finally, some horizons for overcoming these crises are envisioned.

KEYWORDS: Ethical crisis. Totalitarian systems. Social freedoms.

INTRODUÇÃO

As democracias são regimes que privilegiam a liberdade como seu principal pilar de sustentação. A democracia remonta à Grécia Antiga quando foi idealizado que o poder deve ser exercido pelo povo diretamente nas *ágoras*¹. Mais tarde, em razão do aumento populacional optou-se exercer o poder indiretamente por meio de representantes eleitos, aliás como consta do Parágrafo Único do Art. 1º da Constituição Federal em vigor no Brasil. Democracia é um termo oriundo do grego clássico composto de: *demos* (povo) e *kratos* (poder). Ou seja, o poder emana do povo. Um regime democrático é instável por natureza. Passa por crises de tempos em tempos justamente porque preserva esse, que depois da vida, é o maior valor para o ser humano: a liberdade. Quando esta é cerceada o pessimismo e a tristeza tomam conta da sociedade humana fazendo com que ela adoça. Para que a doença não represente o seu fim, esta sociedade deve preservar seus pilares para se apoiar neles toda vez que uma crise se abater sobre ela, e, a partir desses pilares novamente se reerguer e começar novo ciclo virtuoso. Considero que uma sociedade humana tem três pilares principais: a família, a cultura e a liberdade. **A família** é onde tudo começou. Lá na pré-história o ser humano percebeu que para sobreviver às ameaças à sua existência deveria se unir aos de sua espécie, primeiramente para reproduzir com a formação de famílias, preservando a espécie e, em seguida, unir famílias, formando sociedades, pois só assim seria forte o suficiente para fazer face aos perigos à sua existência que enfrentava. Desta forma, foram sendo criados valores essenciais, além dos laços afetivos, como honra, caráter, respeito, educação, religião, costumes, resiliência, tenacidade, confiança etc. É a preservação desses valores que faz com que as sociedades sobrevivam e gerem, por meio da união, a força necessária para sobreviver. Primeiramente, a sociedade fazia face às ameaças da natureza. Posteriormente, essa sociedade passou a servir para proteger o homem do próprio homem por meio das instituições. **A cultura** é a responsável por continuar a desenvolver nos bancos escolares aquilo que foi iniciado na família com a educação dos filhos na tenra idade. Ela possibilitará o ser humano evoluir, por meio da sua qualificação, buscando seu esclarecimento, que levará ao discernimento, e formará as bases sólidas para obter sucesso na vida pelo próprio esforço, capacitando-o para o trabalho a fim de obter renda para seu sustento e de sua família, ou seja, sua independência financeira, bem como contribuirá para o crescimento do país. Como disse Ronald Reagan² “o melhor programa social é o emprego”. **As liberdades**, por serem fundamentais para o ser humano realizar aquilo que decide ser o melhor para si, ou seja,

¹ Ágora: praça principal das antigas cidades gregas onde se realizavam as assembleias do povo.

² Ronald Reagan (1911-2004) foi o 40º Presidente dos Estados Unidos da América.

exercer a sua própria razão, mesmo porque sem ela ficará restringido de desenvolver todas as suas capacidades. Porém, essas liberdades não são totais para aquelas sociedades que vivem sob um Estado Democrático de Direito, pois todos estarão sujeitos ao ordenamento jurídico vigente e a liberdade de uma pessoa termina onde começa a liberdade da outra. Esses três fatores são complementados por outros três de grande significação: o Estado, a Igreja e o empregador. **O Estado** porque organiza e administra a vida da sociedade e provê as condições para ela se desenvolver. **A Igreja** porque é uma importante instituição para propiciar o apoio espiritual àqueles que estão fragilizados de alguma forma para lhes devolver a confiança na vida restabelecendo valores que compõem os três principais. **O empregador**, ou seja, o empreendedor, é aquele que com a sua visão de negócios é o grande responsável pela geração de riquezas e por prover a renda decorrente da oferta de trabalho, cujo resultado é o progresso. O exercício da ética decorre de vários fatores interiores e exteriores do ser humano. Interiores como discernimento, caráter, honra etc. e exteriores como empatia, liberdade, conhecimento etc. Esse exercício desenvolve o hábito de praticar ações dentro da ética que levará as sociedades a se desenvolver e crescer possibilitando uma vida melhor para seus membros. Como consequência disso tem-se o desenvolvimento de um país. Atualmente, fruto de vários fatores, vive-se uma crise ética nesse mundo globalizado. A ética cuja origem remonta à Grécia Antiga, por meio de filósofos com Sócrates, Platão e Aristóteles, evolui com as sociedades e se baseia precipuamente na verdade dos fatos e na moral, tendo como norte a virtude. Mas, por que existe uma crise ética na contemporaneidade na sociedade brasileira?

O ESTÁGIO ATUAL DA EVOLUÇÃO DA ÉTICA

No estudo da ética desde a antiguidade grega, ao nosso ver, houve algumas quebras de paradigma de grande importância. A primeira se deve a Aristóteles que agrega a esse estudo a visão científica, considerando a ética como ramo da filosofia na categoria de ciência prática que considera o “bem” como valor fundamental nas ações humanas. Com isso a ética deixou de ser unicamente associada à felicidade como Sócrates defendia. Outra importante contribuição foi dada por Immanuel Kant, que adicionou à postura ética o “dever”. Houve um aprimoramento no estudo da ética uma vez que o dever está associado ao cumprimento de normas, passando-se de um posicionamento eminentemente filosófico, relacionado ao “bem”, para um relacionado à prática dos atos pelas pessoas. Posteriormente, desenvolvendo essa corrente de pensamento, Hans Jonas acrescentou a “responsabilidade”. Este fator agrega essa importante qualidade à ética porque introduz a empatia no estudo da ética. A preocupação com o outro, antes de agir. Coloca o ser humano num patamar superior, o que contribuirá para uma sociedade mais coesa e equitativa em que as pessoas deixam de se preocupar apenas com elas mesmas e passam a pensar na sociedade como um todo. Essa nova postura ética, entretanto, não

é uma consequência natural da evolução social. Ela precisa ser trabalhada para atingir esse estágio. Para que uma pessoa pratique a ética das responsabilidades é necessário que lá trás, na sua tenra idade, quando se começa a compreender o mundo a sua volta, ou seja, tem início a sua educação, é preciso que esta esteja baseada em valores tidos como universalmente virtuosos para que siga o caminho que a levará a alcançar a verdadeira cidadania, fundamentada na verdade e nos hábitos virtuosos. Um cidadão é aquele que goza na plenitude de seus direitos civis e está apto a exercer qualificadamente seus direitos políticos para influir nos destinos da sociedade em que está. A importância de ser cidadão é poder usufruir de seus direitos, mas, antes, deve cumprir seus deveres e a ética das responsabilidades está diretamente associada ao correto cumprimento dos deveres de cidadão. Deve haver equilíbrio entre direitos e deveres para que haja harmonia social.

FATORES PREPONDERANTES NA CONSTRUÇÃO DAS SOCIEDADES

No final do Século XIX surgiu na sociedade europeia uma onda de pessimismo que colocou em xeque a ideia de que o homem tem uma essência. Foi principalmente baseada na obra de Arthur Schopenhauer (1788-1860) e continuada pelo seu discípulo Friedrich Nietzsche (1844-1900), que apresentou críticas sobre a racionalidade humana no sentido de que os projetos do homem não faziam mais sentido. Tratava-se do niilismo que trazia a ideia de que a modernidade ocidental representava o declínio de crenças e convicções dos valores morais, estéticos ou políticos que ofereciam bases para o conhecimento. Dentre vários fatores que interagem nessa construção ate-mo-nos àqueles acima citados:

a. A Família

A figura do(s) responsável(is) pela entidade familiar é de fundamental importância numa sociedade, pois a família é o núcleo de qualquer sociedade. É no seu âmbito que nascem e crescem os filhos, e onde eles têm os primeiros ensinamentos que moldarão seu comportamento na vida. Esses responsáveis têm grande participação na construção das sociedades, pois é nesse núcleo que são transmitidos os primeiros ensinamentos aos filhos quando ainda estão na sua tenra idade. Trata-se, como dito acima, da transmissão dos valores tidos como moralmente corretos pela sociedade que integram, em determinada época, porque é na família que nasce e se desenvolve a educação. Os valores corretos deverão ser transmitidos para a criança, de modo a forjar sua base sólida a qual será responsável por dar sustentação a tudo aquilo que enfrentará na sua trajetória de vida futura. A educação se aprende em casa. A criança irá à escola para adquirir conhecimento. Atualmente, as sociedades de países menos desenvolvidos como o Brasil correm um sério risco quanto a sua sobrevivência, em razão da ausência de valores virtuosos que devem ser transmitidos de geração para geração. Quando o conhecimento, que gera o discernimento, é retirado das pessoas as sociedades tendem a se transformar em massas amorfas de ignorantes que passam a ser controladas facilmente. Isso retira das pessoas a capacidade

de progredir por conta própria. Muitas vezes os provedores da família não têm tempo para educar seus filhos porque estão lutando para obter recursos para a sobrevivência dela. Assim, nesses casos, a educação é realizada por escolas públicas ou em entidades particulares ou o é por pessoas não qualificadas para tal, em creches. Mas a pior hipótese ocorre quando nem creches ou escolas há, na qual os filhos ficam abandonados. Desta forma, a família não proverá as bases sólidas da educação de seus filhos e estes ficarão sujeitos a serem influenciados de forma maléfica por terceiros que muitas vezes cooptam essas crianças para o crime ou a submetem precocemente a ideologias. Isso fará com que aquela criança quando ficar adulta será um indivíduo alienado de valores virtuosos ou não terá valor nenhum adicionado à sua personalidade. O resultado global disso, ao final, é a impactação do desenvolvimento do país.

b. A Cultura

A cultura é decorrente do trabalho realizado pelos estabelecimentos de ensino. No meio escolar um professor, atualmente, neste país, passa a ter responsabilidades que extrapolam em muito a sua principal atribuição, que é prover cultura aos seus alunos. Muitas vezes ele precisa deixar de lado essa tarefa de transmitir conhecimento, para prover a educação que falta, pois só assim conseguirá realizar um nivelamento que possibilite ao aluno compreender o que lhe é transmitido. Tem que fazer isso para suprir deficiências familiares, para, então, abrir caminho para o conhecimento que deverá ser aprimorado no meio acadêmico. Outras vezes tem que enfrentar problemas decorrentes da má formação familiar que afetará diretamente a sua tarefa principal, resultando em perda de autoridade. Quando um professor perde sua autoridade dentro da sala de aula o produto de seu trabalho será diretamente impactado. Muitas vezes, o nível de discernimento do aluno ainda não é suficiente para entender e compreender o que lhe é transmitido para então se autodesenvolver, havendo necessidade de o professor descer ao nível de seus alunos, para juntos, galgarem a escada do conhecimento. Se o professor perde a autoridade o produto de seu trabalho se perde também. Pode também ter seu trabalho deformado por uma exigência estatal para que se use a escola para servir de celeiro de doutrinação ideológica, com objetivos políticos de longo prazo. A transmissão da cultura deve estar isenta de ideologias.

c. As Liberdades

As liberdades estão diretamente relacionadas ao progresso de um país. Cabe ao Estado a importante tarefa de interferir o mínimo possível na vida do cidadão. O estado deve ser regulador e não regulamentador. Não deve ser o protagonista na vida de um país e sim coadjuvante para apenas orientar a atuação da sociedade dentro de parâmetros determinados por ela e prover as condições para que ela siga o caminho escolhido.

Segundo Amartya Sen (2010) o desenvolvimento pode ser visto como um processo de expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam. Para tal, a sociedade precisa que o Estado estabeleça as condições para que esse desenvolvimento ocorra baseado em políticas públicas sociais e econômicas e, fundamentalmente, deve garantir os direitos civis do cidadão. Assim, devem ser removidas as principais fontes de privação da liberdade como pobreza, a tirania, a carência de oportunidades econômicas, a negligência nos serviços públicos, a intolerância e as interferências do Estado na vida da sociedade. A liberdade é o elemento central para o processo de desenvolvimento.

d. O Estado

Para chegarmos no Estado temos que entender o conceito de nação apresentado por Mancini em meados do Século XIX, em Milão, afirmando que nação é “uma sociedade natural de homens, com unidade de território, costumes e língua, estruturados numa comunhão de vida e consciência social” (MANCINI apud BONAVIDES, 1996). A base geográfica do poder de uma nação é o território do Estado, que é politicamente organizado para gerar o poder que tem. Este poder é indivisível, entretanto, o seu exercício caberá distintamente a três funções que são: a legislativa, a executiva e a judiciária, segundo Montesquieu. Essas funções devem ser independentes e harmônicas entre si para evitar a concentração de poder, o qual, na mão de homens não plenamente qualificados para conviver com ele poderá significar a autocracia, que, sem ser devidamente combatida pela sociedade, levará ao totalitarismo. As duas primeiras funções são exercidas pelo povo, que num país continental como o Brasil ocorre por meio de representantes eleitos para exercer a parcela de poder daqueles que o elegeram e a terceira, o judiciário, não eleito, que deve atuar como fiscal da lei de forma imparcial. Das funções representativas surge um compromisso moral e ético entre o eleito e seus eleitores que deve ser respeitado pelo primeiro durante o seu mandato. Esse compromisso que deve ser decorrente, da concordância, da maioria dos eleitores, com a proposta apresentada pelo político durante a sua campanha eleitoral. Mas por que os políticos se tornam um problema? Porque após eleitos a maioria deles, neste país, deixa de defender os interesses daqueles que o elegeram e passam a defender interesses próprios. Tem-se aí um desvio ético em face de não honrar um compromisso assumido de representar seus eleitores.

e. A Igreja

O termo “igreja”, é aqui utilizado em linhas gerais, para representar todas as congregações de pessoas para praticar a sua fé, qualquer que seja. Trata-se das instituições que podem assumir várias formas e nomes de acordo com a religião e suas variâncias, mas a essência é a mesma. O ser humano tem na sua fé o apoio de que precisa quando se depara com situações em que a sua razão não encontra respostas para suas perguntas.

Assim, recorre aos dogmas de sua religião para obter esse apoio e segurança de que precisa para prosseguir na vida. Aqui o problema reside no fato de que as pessoas que se encontram numa situação em que precisam recorrer à sua fé estão fragilizadas e os dogmas, tidos como princípios fundamentais e imutáveis em cada religião, serão os últimos pilares que sustentarão para essas pessoas. Assim, os representantes religiosos serão os porta-vozes desses dogmas e o que eles falarão essas pessoas acreditarão, pois é o último recurso que lhes resta. Daí a necessidade de que eles sejam éticos, tendo a verdade como norte. Não se deve permitir que a fé que professam seja contaminada por narrativas não religiosas e/ou travestidas de verdade, pois quando são transmitidas para essas pessoas moralmente debilitadas fará com que passem a crer naquilo que lhes foi apresentado ali. As ideologias não devem fazer parte do professamento da fé.

f. O Empregador

O empregador é o empreendedor, ou seja, aquela pessoa dotada de uma visão, que põe em prática sua ideia, assumindo os riscos do empreendimento pois acredita que aquilo que realiza lhe proporcionará lucros bem como trará benefícios para a sociedade e para o seu país. Emprego é uma relação contratual entre quem organiza os fatores de produção e quem o realiza. Além dos preceitos legais aos quais ambos estão submetidos deve haver uma relação cordial entre o empregador e o empregado para que no ambiente de trabalho haja tranquilidade, prosperidade e harmonia. Cada qual desta relação deve compreender exatamente o seu papel sendo que há uma relação de autoridade do primeiro sobre o segundo uma vez que tem o poder de demiti-lo, observados os parâmetros legais. Um empreendimento comercial é composto por um grupo heterogêneo de pessoas que foi formado ali e que deve ser unir para trabalhar em prol dos objetivos da empresa. Desta forma, essa união deverá gerar a sinergia necessária para que a equipe formada seja cada vez mais eficiente, o que significará o aumento de produtividade cujos resultados devem beneficiar a todos. A ética está presente nessa equação como fator aglutinador. Assevera Francisco Gomes de Matos que: “ser ético, no contexto atual, não é mais uma opção. Tanto para as pessoas quanto para as organizações, é questão de sobrevivência” (MATOS, apud NUÑEZ, 2021). Cabe, então ao “patrão” agir eticamente pois esta será a forma por meio da qual proporcionará a toda a equipe que ali está com ele a trabalhar, progredir e, ao mesmo tempo, gerar felicidade no ambiente de trabalho. Ressaltando o que Ronald Reagan disse, acima citado, o melhor programa social é o emprego, porque é por meio dele que se obtém renda o que proporcionará o desenvolvimento pessoal e familiar, a independência, a liberdade, a melhoria de vida e, por fim, a felicidade. Quando um governo dá auxílio financeiro a quem precisa deve, em contra partida, promover sua inclusão no mercado de trabalho para que passe ter sua própria renda, possibilitando o governo a ajudar outros na mesma situação. Ao alcançar uma situação econômica aceitável a pessoa

obtem sua verdadeira liberdade. Para aqueles que não têm a capacidade e os meios para se sustentar o Estado pode, por meio de programas sociais, prover seu sustento, mas essa deve ser uma situação excepcional e temporária. Ainda, de acordo com o 40º Presidente dos EUA: “não se deve julgar um programa social pelo número de pessoas que estão nele e sim pelo número de pessoas que saem dele”. Pois, desta forma, temos um programa bem sucedido. Assim, o Estado deve prover os meios para essa pessoa adquirir habilidades para poder conseguir trabalho e deixar o programa social. Ocorre que, os governos socialistas/comunistas e os populistas precisam manter as pessoas em programas sociais para gerar dependência financeira e consequentemente preservar sua estadia no poder. Assim, o empregador, ou seja, o empreendedor deve ser sempre valorizado pois ele está contribuindo decisivamente para o desenvolvimento da sociedade e para o progresso do país.

A INFLUÊNCIA DA CULTURA NA POSTURA ÉTICA

A cultura é um fator de suma importância para as sociedades. É por meio dela que as sociedades se desenvolvem e crescem, propiciando uma vida melhor para a população de um país. Quanto mais desenvolvida a cultura mais desenvolvido será o país. Cultura é um termo amplo que abrange várias vertentes. No presente trabalho a vertente que nos interessa é a do conhecimento. Quando se diz que uma pessoa é culta significa que ela é instruída e que, ao mesmo tempo, possui conhecimento sobre vários assuntos decorrente de leituras, estudos, cursos, trabalho, experiência de vida etc. Esse conjunto de fatores leva ao discernimento cujo resultado é fazer dessa pessoa uma verdadeira cidadã. Cidadão é aquele que usufrui em sua plenitude de seus direitos civis constitucionalmente estabelecidos, significando que está apto a exercer seus direitos políticos (votar e ser votado), mas que, para tal, precisa também cumprir seus deveres. A cada direito deve corresponder um dever. Tantos os direitos como os deveres, em sua maioria, estão formalizados, mas há outros, os morais e os éticos que não são escritos, que são consubstanciados dentre outras coisas nos costumes³. Há no direito uma expressão que resume isso: “somos servos da lei para sermos livres”. Significa que o direito de uma pessoa termina onde começa o direito da outra e, ser cidadão, é respeitar isso. A postura ética é decorrente do hábito em praticar atos moralmente corretos, bem como agir com base na verdade. Essa postura decorre do discernimento que faz com que as pessoas elevem cada vez mais seu nível tanto de convivência social quanto intelectual e laboral. Uma sociedade bem informada e culta fica menos sujeita a ser manipulada por meio de narrativas falaciosas dos fatos pois o conhecimento, particularmente o histórico, faz com que essa sociedade possua memória, sabendo discernir, ou seja, separar a verdade da meia-verdade e da mentira. Atualmente, as redes sociais e a internet compõem um grande

³ Costumes: comportamentos praticados reiteradamente por uma sociedade, em determinada época e/ou transmitidos pela tradição, tidos como corretos, seguidos pela maioria, e assim tornados moralmente obrigatórios.

banco de dados que possibilita qualquer pessoa com acesso a eles por meio de seu celular, ter na palma da mão informações sobre tudo o que deseja saber, quando vive num ambiente de liberdade. Outra grande utilidade é desmentir imediatamente narrativas que pretendem distorcer fatos ou disseminar falácias. A mentira, hoje, está com pernas muito curtas, o que reforça o compromisso com a verdade. É por essa razão que atualmente governos autoritários se esforçam para estabelecer controles sobre a internet e sobre redes sociais de forma a dar sustentação a narrativas que lhes interessam, bem como impedir ou prejudicar a consulta a fatos passados que desmentem suas narrativas. Numa situação extrema coibirá a divulgação da verdade. Seu grande objetivo é reduzir o discernimento das pessoas numa sociedade pois, assim, governantes estabelecerão e manterão o controle sobre as mentes e, conseqüentemente, as vidas dessas pessoas, cerceando sua liberdade para permitir a ascensão e a permanência deles no poder. O pensamento conservador é um importante fator de preservação dos pilares aqui tratados bem como da postura ética nas sociedades. Conservador é aquela pessoa que adota princípios universais como justiça, ordem moral e social, equilíbrio e moderação num ambiente republicano de um Estado de Direito no qual suas instituições são valorizadas pois dão sustentação a nação. Para tal, as liberdades herdadas de gerações passadas devem ser preservadas no processo de evolução social sem dogmatismos.

De acordo com Russell Kirk a postura conservadora pode ser entendida como uma resistência contra ataques ideológicos feitos à Ordem (KIRK, 2020, p. 42) e afirma:

A ordem, no campo da moral, é a concretização de um corpo de normas transcendentais – de fato uma hierarquia de normas ou padrões – que oferecem propósito à existência e motivam a conduta. A ordem, na sociedade, é o arranjo harmonioso de classes e funções que preserva a justiça, obtém o consentimento voluntário à lei e assegura que todos, juntos, estaremos a salvo.

A ordem pressupõe o equilíbrio entre direitos e deveres para preservar a harmonia e a paz social. Segundo Kirk, “ordem” é o princípio e o processo pelos quais a paz e a harmonia da sociedade são mantidas em outras palavras, “ordem” é a primeira necessidade da alma e da sociedade. Sem a ordem, a justiça, isenta e imparcial, cujo pressuposto que remonta à Roma Antiga, que é dar a cada um o que é seu de direito, não é alcançada. Sem ordem, a justiça raramente pode ser executada, e a liberdade não pode ser mantida. E continua Kirk: “liberdade é o princípio e o processo pelos quais um homem é senhor da própria vida, ou seja, decidir como viverá consigo mesmo e com o próximo”. Nossa bandeira nacional contempla a ordem ao citar a expressão positivista “Ordem e Progresso” que deriva da expressão originalmente idealizada por Augusto Comte: “O Amor por princípio, a Ordem por base e o Progresso por fim”. A sociedade de uma República Democrática de Direito como a do Brasil deve ter como princípio básico a obediência do ordenamento jurídico pois só assim obterá ordem para alcançar o progresso.

Ainda segundo Russell Kirk (2020, p.47):

A boa sociedade é marcada por um alto grau de ordem, justiça e liberdade. Entre estes, a ordem detém o primado, pois a justiça não pode ser implementada até que se alcance uma ordem social civil tolerável, nem a liberdade pode ser algo mais que violência até que a ordem nos confira as leis.

Para que uma sociedade alcance o grau de conscientização necessário à obtenção das condições necessárias ao seu desenvolvimento é preciso, reitera-se, ter discernimento. E isso somente pode ser obtido pelo desenvolvimento da cultura. Os conservadores querem honrar os pressupostos do Estado Democrático de Direito, que tem por princípio ético fundamental o respeito ao ordenamento jurídico.

A CRISE ÉTICA DA CONTEMPORANEIDADE

As crises estarão sempre presentes nas sociedades democráticas de tempos em tempos. Trata-se do resultado natural da busca de caminhos que as sociedades livres constantemente realizam. Intercalam-se com períodos de tranquilidade e prosperidade. Entretanto, nos períodos de crise, é importante que essas sociedades sejam capazes de restaurar a ordem, pois só assim, poderão suplantar as crises e continuar a prosperar. Para esta restauração é importante que aqueles pilares principais e os complementares acima descritos estejam preservados para dar suporte à retomada do ciclo virtuoso. Atualmente, vive-se uma crise ética deliberadamente provocada por movimentos socialistas/comunistas para desestruturar democracias com objetivos claros de obter o poder e manter-se nele instalando-se regimes autocráticos. Essa crise é provocada por indivíduos e entidades que agem para destruir os citados pilares das sociedades, os quais passam a trabalhar para desestabilizar tanto estruturas governamentais quanto sociais com o objetivo de subverter a ordem por meio de ataques aos pilares mencionados. Promovem tanto a corrupção moral quanto a penal para alcançar seus objetivos. Sem a ordem as sociedades não se desenvolvem e ficam à mercê de grupos bem organizados que atuam em setores chaves para impor seu domínio. Agem da seguinte forma para corromper os citados pilares:

a. Na Família: atuando no sentido de promover a fragmentação dela e a destruição dos valores tidos como virtuosos, morais e éticos, por meio de ideologia de gênero, por exemplo;

b. Na Cultura: realizando doutrinação ideológica nas escolas desde o ensino fundamental, reduzindo a formação cultural para transformar paulatinamente, por meio da deterioração da cultura, uma sociedade em “massa” de indivíduos ignorantes desprovidos de valores, de forma a facilitar seu controle pelo Estado, de acordo com os ensinamentos de Antônio Gramsci⁴. Numa estreita síntese, o pensamento desse filósofo marxista italiano

4 Antônio Gramsci (1891-1937) foi um filósofo italiano marxista que desenvolveu a “revolução pela cultura” nos trinta cadernos escritos durante o período em que esteve na prisão, nos quais pregou o domínio ideológico do sistema educacional por meio da qual estabeleceria o domínio das estruturas sociais e governamentais para instituir o socialismo/

pode ser resumido no processo por meio do qual o domínio das pessoas pela mente é mais eficiente e duradouro do que o domínio pelas armas. Demanda mais tempo para ser realizado, mas seus resultados serão mais abrangentes, efetivos e permanentes. Segundo Gustave Le Bon as massas são selvagens; não estão preparadas para admitir que algo possa ficar entre o seu desejo e a realização deste; as massas acumulam a estupidez, não a inteligência (apud CONSTANTINO, 2021, p. 65). Com a falta de discernimento dos indivíduos que compõem essas massas basta incutir-lhes na mente, repetidamente, aquilo que se quer e o resultado desejado virá. Essa corrente de pensamento foi mais tarde aperfeiçoada, a partir de 1950, pela “Escola de Frankfurt”⁵ que propõe uma releitura do marxismo para a realidade da segunda metade do Século XX, ampliando ideias com novas propostas, entretanto, reiterando as críticas ao capitalismo. Mas um dos meios utilizados por essa corrente de pensamento é deixar de ensinar a história como ela realmente é nas escolas, omitindo aquilo que de fato aconteceu e substituindo por narrativas cuidadosamente elaboradas para não deixar as novas gerações conhecerem os malefícios impostos às sociedades ocorridos nos países submetidos a regimes totalitários.

c. Nas Liberdades: cerceando ao máximo a liberdade de expressão, avançando sobre as liberdades individuais, quebrando o ordenamento jurídico para instalar a desordem e a insegurança jurídica e atuando conjuntamente com o ataque aos outros fatores aqui citados para desorientar e instalar o medo nas sociedades, tudo isso com o objetivo de enfraquecer, desestimular ou impedir qualquer reação contra a ação deliberada para destruir os pilares aqui citados;

d. No Estado: aparelhando a máquina estatal, tirando-lhe a eficiência, estatizando, burocratizando, inchando a estrutura do Estado para dar emprego para os seus apoiadores como moeda em troca de apoio, gastando mal os recursos dos pagadores de tributos, institucionalizando a corrupção, agindo para que a sociedade fique o mais dependente possível do Estado etc.;

e. Na Igreja: aproveitando o momento de fragilidade de quem procura a fé para realizar doutrinação ideológica com o objetivo de estabelecer domínio sobre as mentes dessas pessoas fragilizadas ou mesmo promover a discórdia na sociedade; e

f. Para o Empregador: burocratizando a economia, reduzindo investimentos, espalhando a incompetência, com o objetivo de reduzir a geração de emprego e trabalho, desincentivando o empreendedorismo e gerando desemprego para, assim, promover a assistência estatal, gerando dependência financeira do Estado.

HORIZONTES DE SUPERAÇÃO VISLUMBRADOS

A crise ética precede todas as outras numa sociedade porque quando se

comunismo.

⁵ Escola de Frankfurt: é um movimento surgido na Universidade de Frankfurt, na Alemanha, cujo objetivo é realizar uma releitura do marxismo com base no cenário da segunda metade do Século XX em diante.

abandona a ética abre-se caminho para qualquer prática deletéria, uma vez que se está abandonando o hábito de se basear as ações individuais em valores virtuosos como caráter, honra, verdade, respeito, tradição etc., e, numa situação extrema, com o abandono do ordenamento jurídico substituindo-o por decisões não oriundas do parlamento. Uma sociedade precisa compreender que ao longo dos anos os hábitos evoluem em função do tempo em que se vive. Isso é resultante de vários fatores como desenvolvimentos tecnológicos, relacionamentos sociais, preocupações com o meio ambiente, dentre outros. Entretanto, alguns valores como os acima citados devem permanecer ao longo dos tempos porque são os pilares sólidos nos quais se apoiam as sociedades livres, sem os quais correm um sério risco de deixar de existir como uma associação, uma vez que sua razão de ser é justamente a preservação desses e de outros valores. A força de uma sociedade vem da sua união. E, para tal, é preciso que as liberdades alcançadas ao longo de sua história sejam preservadas, principalmente a liberdade de comunicação livre para que seus membros possam debater e encontrar aquilo que é melhor para ela, individualmente ou por meios de seus representantes eleitos, e, ultimamente, pelas redes sociais. Toda vez que um sistema que trabalha para dominar uma sociedade ele atua inicialmente sobre os meios de comunicações. É como acontece numa guerra em que a primeira vítima é a verdade. Sem informação uma sociedade não consegue saber o tamanho do perigo que corre, os progressos que tem, os retrocessos que sofre, enfim, perde o discernimento. Por esta razão é que o mencionado sistema passa a exercer seu controle sobre os meios de comunicações. Ocorre que as comunicações informais entre as pessoas com o advento da tecnologia, por meio de redes sociais deu “voz” a todos:

Hoje, as redes sociais deram voz diretamente à população. Vive-se num ambiente similar à Ágora Grega, onde pessoas costumavam a se reunir em espaços públicos para debater assuntos de interesse geral, exercendo a democracia direta. Com essas redes obteve-se canais de comunicações absolutamente democráticos para expressar suas opiniões sobre tudo aquilo que afeta a vida de alguma forma, inclusive a política. Isso eleva o padrão intelectual do cidadão que adquire consciência política. O brasileiro está se inteirando mais e mais sobre o que acontece no meio político e as consequências para sua vida. As práticas ilegais e imorais que há muito existem passaram a ser de conhecimento geral devido à rápida interação social (NUÑEZ, 2021, p. 4).

Atualmente a internet é um grande repositório de conhecimento, basicamente o histórico, que possibilita o acesso imediato por meios eletrônicos aos fatos, impedindo que a sua memória se perca e é acessível pela maior parte da população, por meio do telefone celular. A memória histórica prejudica a completa transformação das sociedades em massas haja vista o conhecimento real dos fatos anula as narrativas geradas para contorná-los e contribui para a sociedade restaurar seus valores bem como aquilo que alcançou no passado com muito sacrifício. Uma sociedade será capaz de superar as forças que agem para sua desagregação se for capaz de se unir para reagir. Terá que decidir qual

caminho a levará para alcançar o objetivo almejado. Reitera-se que é por essa razão que o sistema que quer dominar uma sociedade, atualmente, age diretamente para cercear a liberdade de expressão do cidadão. Uma sociedade desinformada torna-se suscetível à manipulação que será seguida pelo seu domínio. Sabemos que a ética é a filosofia da moral. Para que a crise ética termine é necessário primeiramente que a crise moral tenha solução de continuidade. Para isso, é necessário que as instituições de um país funcionem adequadamente, ou seja, cumpram o que está na Constituição e no ordenamento jurídico. A subversão da ordem passa obrigatoriamente pelo descumprimento do ordenamento jurídico de um país. O objetivo disso é gerar o caos social por meio da desordem institucional. No meio do caos a sociedade passa a desconsiderar os preceitos morais vigentes e, com isso, automaticamente os preceitos éticos deixam de ser observados. O comportamento ético é fruto do hábito de realizar boas práticas colocando-se os princípios morais tidos como corretos por uma sociedade acima dos interesses pessoais. Segundo Matias-Pereira (2012) a ética como filosofia moral reflete sobre os significados dos valores morais dos homens em sociedade, debatendo-os e problematizando-os, na medida em que busca analisar as opções feitas pelas pessoas que procuram escolher as atitudes e as ações mais adequadas para a convivência em sociedade ao longo de sua vida pessoal e profissional; uma ação é ética quando está de acordo com os valores morais o que significa que a pessoa está consciente de seus direitos e deveres e de suas responsabilidades. Após o advento do contrato social acima citado (constituição), o objetivo principal das sociedades foi passar a se submeter a governos de leis e não a governos de homens, como afirmou Norberto Bobbio em *O Futuro da Democracia*. No cenário vigente no Brasil atual há uma Constituição prolixa que trata de várias questões que podem ser objeto de leis complementares e ordinárias. Entretanto, apesar disso, essa Constituição é a que está em vigor e é para ser cumprida até que se mude ela o que se pode ser realizado por votação qualificada do Congresso ou que se elabore outra. Ela contém princípios que deveriam ser rígidos e imutáveis, como as liberdades individuais, que estão sendo “flexibilizados”, considerando a melhor das interpretações, pelo poder encarregado de preservar tanto sua integridade quanto promover seu cumprimento. Segundo Rui Barbosa “*A pior ditadura é a ditadura do Poder Judiciário. Contra ela não há a quem recorrer*”. Por que não há recurso? Porque o Judiciário é justamente o poder que deve ser imparcial, ao qual os outros poderes recorrem para preservar a ordem e o cumprimento das leis. Quando um Poder do Estado extrapola suas competências e avança sobre as competências de outros poderes significa que passa a usar seu poder pelo poder o que é perigoso, pois a tendência do que avança é exponenciar sua ação enquanto não for contido. Quebra-se a ordem e a sociedade se deteriora. Como mencionado acima o constituinte de 1988 previu um sistema de freios e contrapesos copiado da Constituição Norte Americana para proteger a sociedade dos danos aos seus direitos decorrente desse desequilíbrio entre poderes. Mas, tem que funcionar caso contrário esse desequilíbrio abre caminho para o totalitarismo. A crise ética

contemporânea, que não é exclusividade do Brasil, pode ser atribuída às crises cíclicas características das democracias, em face deste sistema privilegiar as liberdades. Quando as sociedades constatarem os efeitos nocivos desta crise, aquelas que tiverem preservado seus pilares vão se recuperar e reiniciar seus ciclos virtuosos. Entretanto, para as sociedades que permitirem a destruição de seus pilares de sustentação, caso consigam se recuperar, isso demandará muito mais tempo que as primeiras sociedades e um sacrifício muito maior. Dentre os pilares mencionados: a família (o pai / mãe / responsável pelo núcleo familiar), seguido da cultura e da liberdade são os responsáveis por manter de pé as democracias durante as suas crises. São os grandes responsáveis pela retomada da fase virtuosa, uma vez que a família é a base de todos os valores éticos e morais fundamentais; a cultura porque é responsável por dar continuidade ao trabalho iniciado na família, acrescentando o conhecimento, que será o responsável pela consolidação e o aprimoramento dos valores citados; e a liberdade porque sem ela o ser humano não consegue desenvolver toda sua potencialidade. Regimes totalitários trabalham para promover a redução da qualidade do ensino visando a reduzir o discernimento das pessoas, tirando-lhes o conhecimento, substituindo-o por ideologias, para os egressos das escolas possam ser facilmente dominados por narrativas falaciosas perniciosas de forma a transformar as sociedades em massas sob controle; atuam para reduzir as liberdades visando a impedir que aqueles da sociedade esclarecidos trabalhem para que os alienados deixem de sê-lo, mostrando-lhes a verdade dos fatos e como estão sendo manipulados por meio das citadas narrativas que visam apenas a manutenção daqueles que estão no poder pelo poder; trabalham para impactar o empreendedorismo por meio do aumento da burocracia, da elevação dos tributos e da redução dos investimentos, para que o desemprego aumente e as pessoas passem a ficar dependentes do Estado e, desta forma, de fácil manipulação, retirando-se, assim, o poder financeiro das pessoas, e com isso, retira-se delas a liberdade de traçar sua trajetória de vida; e, por fim, trabalham para inchar a máquina governamental, tirando-lhe a qualidade e a eficiência da prestação dos serviços, mas acolhendo seus apaniguados para usufruírem do poder obtido e das benesses dos bons e garantidos salários. Busca-se concentrar o poder de todas as formas, inclusive o econômico na Capital do país. O controle centralizado de tudo invariavelmente tem como resultado a corrupção. Vivencia-se hoje no Brasil o resultado de 60 anos de um trabalho de destruição dos pilares da sociedade que começou com a infiltração ideológica no meio acadêmico seguindo-se a filosofia Gramsciana, que foi lento, planejado e pacientemente executado para se tomar o poder no final. Promoveu-se a deterioração da qualidade do ensino visando a prover às pessoas um baixo nível de conhecimento que significa um igual nível baixo de discernimento. O resultado está presente em todos os setores da sociedade, mormente os serviços públicos que ficaram ideologizados e incompetentes perdendo sua eficiência, inclusive naquele que deveria ser absolutamente imparcial porque é o responsável por dirimir as controvérsias sociais.

REFERÊNCIAS

BONAVIDES, Paulo. **Ciência política**. 10 ed., rev. e atual., 3 tir. São Paulo: Malheiros Editores, 1996.

CONSTANTINO, Rodrigo. **Pensadores da liberdade**. São Paulo: Faro Editorial, 2021.

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do cárcere**. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017. Recurso digital.

KIRK, Russell. **A mentalidade conservadora. De Edmund Burk a T. S. Eliot**. Trad. Márcia Xavier de Brito. 1 ed. São Paulo: É Realizações, 2020.

MATIAS-PEREIRA, José. **Manual de gestão pública contemporânea**. 4 ed. rev. e atual. São Paulo: Editora Atlas, 2012.

NUÑEZ, Ricardo Tannenbaum. **Érica, poder e corrupção no Brasil. A ética como fator fundamental nas relações humanas: induz a eficiência, controla o poder e inibe a corrupção**. Atena Editora: Ponta Grossa/PR, 2021.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. Trad. Laura Teixeira Motta. Revisão técnica Ricardo Doninelli Mendes – São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

O CONTENCIOSO SIMBÓLICO DA OPERAÇÃO LAVA JATO: OS PRODUTORES DO SENTIDO DA CORRUPÇÃO

Data de aceite: 01/09/2023

Haron Barbeiro Francelin

RESUMO: O presente artigo analisa a tradução midiática da Operação Lava- Jato no período 04/03/2016 a 07/05/2018. Tal empenho mobiliza inauguralmente uma sistematização das distintas noções do conceito corrupção dentro da Ciências Sociais, assume no desenvolvimento da pesquisa uma determinada premissa epistemológica, essa associada ao paradigma simbólico do fenômeno, que circunscreve múltiplos agentes no cenário denominado escândalo político, cuja resultado constitui um campo de disputa para formular a versão dominante do que é Oficial e do Universal dentro do Estado (BOURDIEU, 2014), explora através desse preceito teórico um modelo de posicionamento relacional que expressa tanto os agentes selecionados, como suas estruturas correspondentes dos mesmos em um plano bidimensional cartesiano. Feito isso, explora através de uma estrutura de agentes específica, a saber, a mídia especializada, a sua tomada de posição na escolha linguística em imputar o termo corrupção, cuja a investigação descreve

se o mesmo é arbitrado em uma lógica de classes, isto é, em face às estruturas, ou, atomista, em torno dos agentes, o que poderia inferir de alguma maneira em traços constitutivos na percepção da corrupção ao grande público.

PALAVRAS-CHAVE: Corrupção. Elites. Mídia. Lava-Jato.

THE SYMBOLIC LITIGATION OF OPERATION LAVA JATO: THE PRODUCERS OF THE SENSE OF CORRUPTION

ABSTRACT: This article analyzes the media translation of Operation Car Wash from 03/04/2016 to 05/07/2018. Such effort initially mobilizes a systematization of the different notions of the concept of corruption within the Social Sciences, assumes in the development of the research a certain epistemological premise, this one associated with the symbolic paradigm of the phenomenon, which circumscribes multiple agents in the scenario called political scandal, whose result constitutes a field of dispute to formulate the dominant version of what is Official and Universal within the State (BOURDIEU, 2014), explores through

this theoretical precept a model of relational positioning that expresses both the selected agents and their corresponding structures in a two-dimensional plane Cartesian. Once this is done, it explores through a specific structure of agents, namely the specialized media, its position in the linguistic choice in imputing the term corruption, whose investigation describes whether it is arbitrated in a logic of classes, that is, in the face of structures, or, atomistic, around agents, which could in some way infer in constitutive traits in the general public's perception of corruption.

KEYWORDS: Corruption. Elites. Media. Lava- Jato.

INTRODUÇÃO

O Brasil do início do século XXI passou por uma transformação no seu desenho institucional e social, pois o Partido dos Trabalhadores (PT) derrotado nas eleições pretéritas ao executivo, a partir de 2003 assumiu a gestão do país e se manteve durante quatorze anos nessa posição, inicialmente por Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), seguido por Dilma Rousseff (2011-2016). Esse período político deu ensejo a uma larga transformação em diversas dimensões do mundo social e político, correlatas a uma crescente disputa por posições políticas entre campos autônomos que estruturam o Estado.

A análise proposta se prende em um fenômeno específico desse tempo, a saber, a construção da informação midiaticizada atrelada às investigações da Operação Lava Jato (OLJ), a qual tem tocante influência no rearranjo político brasileiro. Assim, se propõe a explorar quais os mecanismos de divulgação adotados pela mídia especializada que mobilizaram a construção do escândalo político mais famoso do Brasil e trouxeram como força corrupção ao centro do debate público (OLIVEIRA, 2017). Ou seja, se propõe a investigar a possível ocorrência de um padrão específico de informação por parte da mídia especializada, que reverbera na percepção do fenômeno.

A OLJ foi uma investigação política/jurídica que duraram sete anos. Com início em 17 de março de 2014 e término em 1 de fevereiro de 2021, foram realizadas nesse período 79 operações sobre esquemas de propina e corrupção. As investigações se deram tanto em território nacional como internacional. O seu nome é devido à primeira investigação policial, que deu origem às demais, realizada em um lava a jato de veículos, nomes influentes do sistema político e econômico foram denunciados pela justiça e ventilados pela mídia especializada nesse período.

Para tanto como primeiro movimento será necessário um recorte de determinados agentes específicos que ocuparam esse espaço social, se vinculando, por conseguinte, na tradução midiaticizada (SEEFELD; RESE, 2020); tal critério de seleção desses agentes obedeceu a conceito qualificatório de *elites* proposto por Monique Saint Martin (1995) para autora ser de elite significa ter a disposição um acervo de recursos materiais, simbólicos e econômicos, portanto, na medida do binômio da possibilidade do pesquisador e dos recursos da pesquisa, utilizou-se desse preceito teórico, para selecionar oito agentes, de

4 estruturas sociais distintas, nomeadamente, da estrutura política, Antonio Palocci e Luiz Inácio da Silva, económica, Alberto Youssef e Paulo Roberto Costa, jurídica, Sérgio Moro e Deltan Dallagnol, jornalística especializadas, Flávio Ferreira e Ricardo Brandt.

Em face das trajetórias sociais desses agentes mensuradas por variáveis como sexo, estado civil, região de origem, escolaridade, títulos de consagração institucional constitui pela via de artifícios estatísticos o posicionamento desses agentes em um plano cartesiano, o qual possibilitará explorar as aproximações e distanciamentos constitutivos do perfil desses agentes. Tal plano de fundo é um modelo exploratório que pode ser útil a pesquisas futuras que procurem entender e ampliar esse campo de agentes que se relacionam em um contexto de escândalo político.

Toma como premissa que os escândalos políticos, dão vazão a divulgação na crise de oficialidade e universalidade, leia-se as grandezas constitutivas que sustentam a crença no Estado. Pierre Bourdieu (2014) define que domínio do oficial e universal é a legitimidade buscada por agentes em disputa, tal efeito faz com que os atos particulares se tornem atos estado, assumidos com a legitimidade dos “ponto de vista dos pontos de vista”. O Estado é nesse prisma uma constante composição conflituosa entre agentes privados para transformar o particular em universal: “Esses interesses particulares trabalham numa lógica tal que vão conseguir essa espécie de alquimia que transformará o particular em universal” (BOURDIEU, 2014, p. 67). Portanto, os agentes sociais que se dispõem à conquista do ponto de vista associado ao ponto de vista dos pontos de vista – a ordem pública – estão necessariamente articulados à conquista da burocracia, oficialidade e o universal impessoal.

Para conseguir esse efeito de des-particularização, esse conjunto de instituições a que chamamos

“o Estado” deve teatralizar o oficial e o universal, deve dar o espetáculo do respeito público pelas verdades públicas, do respeito público pelas verdades oficiais em que a totalidade da sociedade supostamente deve se reconhecer (BOURDIEU, 2014, p. 61).

Dessa forma investigar um escândalo político por essa ótica é ter a consciência de que esses momentos são crises de legitimidade na produção do que é oficial e universal por agentes legitimados. Roberto Grun (2018) escândalo político é a publicidade de um contexto contencioso entre elites divergentes que procuram afirmar sua versão oficial e universal do que é a gerência dominante do Estado. A corrupção nesse prisma é o que correlaciona distintas elites sociais em um espaço social específico. A mídia especializada por sua vez torna-se profícuo agente, em razão de ser responsável por traduzir esse escândalo político, posicionar os agentes, e os atributos linguísticos que dão sentido às denúncias.

A primeira seção buscou percorrer o inventário conceitual relativo à produção epistêmica da corrupção, sua múltipla apreensão teórica e metodológica e os limites que o conceito produz. A segunda seção define os materiais e métodos utilizados no objeto

específico. Destarte posiciona os agentes qualificados como elites em um plano cartesiano, através de variáveis relacionadas com sua trajetória social, para que com isso, configure-se um modelo de partida que pode ser pluralmente explorado. Por fim, na última seção examina especificamente o formato linguístico assumido pela mídia especializada para reverberar o termo corrupção, e como essa forma resulta em um determinado padrão informativo.

Sendo assim, a respectiva pesquisa foi construída em: 1) As Ciências Sociais e a corrupção; 2) Materiais, Métodos e o Plano Cartesiano; 3) Exame da Produção Linguística da Mídia Especializada; 4) Considerações finais.

1 | AS CIÊNCIAS SOCIAIS E A CORRUPÇÃO.

1.1 As inaugurais compreensões de corrupção.

Pensar o conceito de corrupção é ter a consciência de estar diante de um objeto polissêmico, cuja formulação conceitual encontra-se repousada em diversas searas da produção de conhecimento.

Por ser um conceito normativamente dependente, ele está relacionado à disputa sobre a interpretação das regras e dos princípios que estruturam a vida pública e, por consequência, apontam o que é e o que não é corrupção. Essa disputa ocorre em diferentes campos, como é o caso do campo da representação política, o campo jurídico, o mercado e a mídia. Esses campos absorvem perspectivas sociais, culturais, políticas e econômicas para o entendimento das regras e dos princípios e promovem uma compreensão da corrupção conforme essa disputa por valores. Essa disputa ocorre, sobretudo, em torno dos sentidos e dos significados da ação política e em torno do modo como se pode enquadrar diferentes casos como corrupção (AVRITZER, FILGUEIRAS, 2011, p. 12).

Em face a essa magnitude é possível dividir o arcabouço teórico estudado em dois momentos históricos distintos. O primeiro do início do século XX, alinhado a uma noção subjetiva e moral, manifestada, sobretudo por uma natureza ensaística, pouco experimental. Já o segundo, a partir do final dos anos 50 até os dias atuais, com coerção mais metodológica que transformou a análise da corrupção, se relacionando com diversas esferas da produção de conhecimento, economia, ciências sociais, direito, administração, dentre outras.

O primeiro momento histórico, portanto, está relacionado a uma tradição de análise essencialista e de cunho moral, cujos elementos nutrem-se pouco de recursos metodológicos e de elementos de teste hipotético. Formula-se, mormente, uma espécie de ensaio sobre noções da subjetividade do agente de Estado, amparadas, essas em valores morais universais Tal composição subjetiva quando não manifestada pelos agentes

de Estado afetaria o desenvolvimento dos preceitos da legalidade, impessoalidade e neutralidade, isto é, a corrupção seria um tentáculo contencioso da racionalidade com a coisa pública (WEBER, 2020)

Nessa linha de influência destaca-se no caso brasileiro a substantiva relação para a elaboração do conceito de patrimonialismo, e por conseguinte a corrupção por essa vértice, “A incorporação do conceito weberiano de patrimonialismo, no âmbito de algumas interpretações do Brasil, normalmente é o foco analítico para o problema da corrupção” (FILGUEIRAS, 2009, p. 388).

A análise da corrupção foi muito influenciada por essa perspectiva no Brasil, sendo, até os dias atuais. O entendimento moral do brasileiro na sociologia espontânea, principalmente atrelada ao servidor público, ainda se opera hoje sob essa lógica. “Esse tipo de leitura empobrece a análise e engessa a possibilidade de mudança social. Além disso, enquadra a explicação da corrupção à formação do caráter brasileiro e sua natural desonestidade.”(FILGUEIRAS, 2009, p. 390).

1.2 A incorporação de instrumentos metodológicos.

Contudo, a partir de meados dos anos 50 as transformações nos elementos constitutivos que estruturam as ciências humanas, também reverberam na produção do conceito de corrupção, de tal modo que o objeto passou a ser explorado por disposições metodológicas, testado, comparado, sistematizado em perspectivas relacionais. Recursos analíticos que alargaram o entendimento, incluindo a capacidade categórica por diferentes tradições.

Alberto Vanucci e Fernando Rios Petrarca (2021), fazem uma radiografia das tradições analíticas que sistematizam o conceito em três paradigmas centrais: o econômica/funcionalista, culturalista e neoinstitucionalista. O conceito sobre o prisma funcionalista tem uma leitura utilitarista da corrupção (ROSE-ACKERMAN, 1978). Preza pelo entendimento da racionalização dos custos e benefícios dos agentes nos procedimentos que dominam. O sistema de oportunidades institucionais nessa ótica possibilita aos agentes calcularem seus benefícios e perdas. De modo a procurar a maior oferta de ganhos privados. A noção culturalista acrescenta a variável das interações sociais sustentadas pela história cultural, fator que influencia na corrupção. Granovetter (2000). Em determinadas culturas existe maior ou menor repulsa, em virtude do ethos compartilhado culturalmente. Utiliza-se como método a comparação entre cenários distintos, através de indicadores de evolução. As sociedades que não incorporaram valores do desenvolvimento e da modernidade democrática têm uma cultura arcaica, que eticamente impossibilita o combate à corrupção. A noção econômica está sedimentada nos mecanismos que presidem as trocas dentro do escopo institucional, cuja forma está modulada pelas normas de controle consensuais entre sanções convencionais ou não convencionais, as formas de funcionamento direto e indireto

que constroem os códigos e regras que constituem as práticas dentro de uma determinada instituição. Os indicadores dessa noção têm vínculo com instrumentos de accountabilities – horizontal e vertical (O'DONNELL, 2011).

É evidente que tal sistematização é prefacial face a magnitude do objeto, no entanto, serve como confirmação de que o conceito de corrupção incorpora distintas variáveis, que conformam a determinada razão específica o núcleo do conceito, ou seja, a cultura, ou os incentivos dos desenhos institucionais, operam como atributos que viabilizam caminhos analíticos para desenvolver a pesquisa, como efeito a corrupção é demasiadamente enviesada por uma forma parcial e não analisada em conjunto, o que limita de todo modo seu crescimento.

1.3 A Corrupção e o Escândalo Político.

Consoante a expansão objetiva dos métodos de pesquisa, o conceito de corrupção ampliou seu núcleo de perspectivas tanto na base teórica como metodológica, outorgaram-se novas categorias de definição, que estão intrinsecamente correlacionadas com os métodos de auferimento, assim, as pesquisas de opinião por exemplo fomentaram o surgimento da noção de percepção da corrupção, essa que tem estreita correlação aos escândalos políticos, ou seja, a corrupção só é assumida quando é divulgada, leia-se, noticiada ao grande pública, o qual viabiliza ao conceito um viés comparativo, abarcados por medidas indiretas.

“Não sendo realizável mensurar diretamente o fenômeno, dado sua natureza, obter uma medida factual das práticas corruptas é improvável. Nesse sentido, as medidas indiretas apresentaram-se como alternativas ou aproximações da recorrente corrupção (poder-se-ia citar pelo menos as quatro mais usuais: vitimização da corrupção, percepção da corrupção, tolerância e compilação de dados de agências governamentais de controle da corrupção).”(FRAIHA, 2014, p. 60)

Esse alargamento se deve a necessidade de tangenciar os efeitos da corrupção, aqui cabe uma distinção entre dois marcos teóricos relacionados ao objeto, um que condensa sua análise na percepção da corrupção pelos agentes, e o outro que formula um conceito formal tipológico, atrelado a espectros, culturais, sociais, econômicos e simbólicos.

“O estudo da corrupção seguiu uma tendência ao processo de conceptual stretching ou esforço em alongar conceitos e, sem embargos, incorrer no risco de torná-los próximos à disformidade. Existe, portanto, um trade-off entre generalização necessária ao estudo comparativo e precisão conotativa. Nesse raciocínio, abordagens da corrupção. Indicadores de Percepção da Corrupção: Variações sob o Efeito dos Meios de Comunicação e Comportamento Político com foco no indivíduo podem ignorar aspectos sistêmicos; por outro lado, perspectivas sistêmicas podem ignorar aspectos individuais”(FRAIHA, 2014, p. 61-62)

Isto posto, cabe a reflexão prévia, que os escândalos políticos têm estreita relação

com a percepção da corrupção, e a mídia nesse fórmula proporciona os sistemas simbólicos que conferem as informações acerca das denúncias do crime jurídico corrupção e da codificação da realidade dos envolvidos. “Escândalo se refere a ações ou acontecimentos que implicam certos tipos de transgressões que se tornam conhecidos de outros e que são suficientemente sérios para provocar uma resposta pública” (THOMPSON, 2002, p. 40).

Nessa leitura a percepção de corrupção está vinculada à transdução do fenômeno por agentes socialmente chancelados para esse papel “Agora, alguns jornalistas se consideram guardiões do interesse público e atuam no sentido de revelar os segredos dos poderes” (CHAIA, 2001, p. 64). O substrato dessa revelação na seara pública seria o escândalo político.

“Uma das características da comunicação midiática é a possibilidade de divulgar e de circular informações referentes a um determinado escândalo numa esfera que transcende o tempo e o espaço da sua ocorrência. O escândalo pode se espalhar rapidamente e de maneira incontrolável, sendo difícil reverter o processo, tanto que uma das consequências imediatas do escândalo político é o prejuízo que traz à reputação dos indivíduos envolvidos, portanto esse é um risco que sempre está presente quando um escândalo irrompe” (CHAIA, 2001, p. 64)

No que tange às pretensões desta pesquisa, portanto, a relação entre mídia especializada e escândalo político é um sensível aspecto para ser explorado. Speck (2000) expressa no artigo “Mensurando a corrupção: uma revisão de dados provenientes de pesquisas empíricas” que o formato em que a mídia constrói o evento político investigativo jurídico, tem estreita ligação com a percepção da gerência do estado pela sociedade, sobretudo se os agentes públicos noticiados estiverem ocupando posições de governo. Assim, imprime tal perspectiva analítica à OLJ, com objetivo de investigar os padrões, que esse evento foi apresentado pela mídia especializada.

2 | MATERIAIS E MÉTODOS

O presente artigo utiliza-se para sua confecção de dois modelos metodológicos e seus respectivos acervos de materiais e arcabouços teóricos correspondentes. Destarte, para a determinação do espaço social estudado utilizou-se como estratégia de pesquisa a base teórica proposta majoritariamente por Monique Saint Martin (1995) para a qualificação e categorização dos agentes, e de Adriano Codato para a seleção objetiva desses agentes.

Ambos autores apresentam e dialogam com a noção de elite, tal preceito teórico é elementar para fazer a clivagem na amostra desta pesquisa, em razão da magnitude do objeto, haja vista que durante todo esse período diversos agentes estiveram relacionados com a divulgação da mídia especializada na OLJ. Monique Saint Martin (1995) define elites como esse grupo de agentes que consegue ter maior fluxo de capitais, seja de ordem econômica, social ou cultural, nesse sentido, as elites para a Autora seria esse contingente de agentes que mobiliza com maior notoriedade os recursos de poder possuído, aqui

pondera que tal mobilidade serve também de destaque para que esses agentes fossem selecionados.

Assim, a amostra desses agentes, embora pequena, a saber, oito selecionados, representam aqueles que tiveram maior importância para a constituição da narrativa midiática denominada OLJ, enquanto Alberto Youssef e Paulo Roberto Costa, representantes da faceta de mercado, foram os responsáveis por estabelecer o que era os esquemas denunciados. Sérgio Moro e Deltan Dallagnol foram os denunciadores, e Luiz Inácio Lula da Silva e Roberto Palocci, aqueles que assentaram a classe política nesse sistema. “Todos os cidadãos, em princípio, são iguais perante a lei, mas nem todos possuem visibilidade, porque não ocupam posições públicas importantes numa determinada sociedade.” (CHAIA, 2001,p.65)

Quanto ao núcleo mais específico dessa pesquisa, isto é, aqueles que têm sua atividade objetiva analisada pelo prisma prático, foram selecionados em razão da visibilidade e representatividade que assumiram na apuração da OLJ. Ambos foram do seletivo grupo de jornalistas premiados pela cobertura desse fenômeno político; no mais, ainda são representantes dos jornais de maior circulação do Brasil, Ricardo Brandt pelo Estado de São Paulo- Estadão e Flávio Ferreira, Folha de São Paulo.

Destaca-se as palavras de um desses jornalistas especializados, Germano Oliveira, Isto é, também premiado juntos aos selecionados na data da prisão do ex-presidente Lula, a qual sintetiza bem o sentido de importância que essa grupo de agentes assumiu “ Os cinco jornalistas que fizeram a diferença na cobertura da Lava Jato, que acaba levando Lula para trás das grades. Da esquerda para a direita, Vladimir Neto da Tv Globo, Ricardo Brandt, do Estadão, André Guilherme, do Valor, esse que vos fala Germano Oliveira da Isto é, e Flávio Ferreira da Folha de São Paulo, essa turma é da pesada e se reuniu hoje na sede do TRF4”.

Veja, portanto, que a amostra selecionada obedece uma lógica expressiva de representatividade. Adriano Codato (2015) lança mão, em Metodologia para a identificação de elites, de três formas para selecionar elites. O método posicional de teor formal, ou seja, associa a posição de elite, a colocação em postos de regência dentro da estrutura institucional. O método decisional que inclui além da chancela formal a capacidade decisória informal e por último o método reputacional dividido em dois procedimentos. O primeiro consiste em selecionar os agentes em posições hierarquicamente dirigentes através do recorte formal, posteriormente aplicar essa lista a especialistas, que fornecem um filtro naqueles que são os que majoritariamente se destacam, segundo seu ponto de vista. Nesta pesquisa foi combinado o método posicional e decisional.

Isto posto, selecionada essa amostra explorou através do método de Análise de Correspondência Múltipla (ACM) as propriedades sociais dos agentes. Jean Paul Benzécri (1992), estatístico francês, elaborou tal instrumento metodológico que permite dispor os dados qualitativos dos agentes selecionados em razões quantitativas de maneira estrutural,

multidimensional e relacional.

O levantamento desses dados qualitativos, foi realizado em face de investigação biográfica pelos canais disponíveis, como a internet, entrevistas, livros, e demais modos documentais, que possibilitaram desmembrar variáveis constitutivas divididas em categorias.

Tal posicionamento desses agentes está descrito através das categorias contidas nas seguintes variáveis. *Sexo*, masculino e feminino; *Religiao*, catolico, protestante, islamico, sem religiao determinada; *Estado Civil*, solteiro, casado, viúvo e divorciado; *Profissão*, nessa categoria foi necessario um processo de recodificação para dar tangibilidade aos dados. O caminho escolhido foi recodificar pela via da métrica qualitativa entre profissões liberais e de carreira, as primeiras àquelas que não exigem aprovação em prova de competência para seu exercício, a outra, necessitando de concurso ou prova de competência específica para seu exercício. A categoria *Rede e estrutura familiar* foi dividida nas variáveis: relação direta, indireta e não possui relação. A relação direta é característica quando o agente e seus descendentes familiares possuem a mesma ocupação profissional. Na relação indireta a mesma forma qualitativa de ocupação profissional, isto é, liberal ou carreira, porém de profissões distintas e, por fim, a modalidade “não possui relação” àqueles que a relação não guarda nenhum rastro. Já a categoria *Região de Origem* foi dividida nas modalidades geográficas Norte, Nordeste, Sul, Sudeste e Centro-Oeste. A categoria *escolaridade* foi dividida através das variáveis tradicionais: ensino fundamental, ensino médio, ensino superior e pós-graduação. A última categoria, *títulos de consagração*, foi recodificada em modalidades relacionadas com a quantidade de títulos conquistados. Dessa forma dividiu-se em quatro frequências de variáveis, aqueles que não possuem prêmios, os de baixa frequência que possuem (1-3) títulos; média frequência (3-6) e, por último os de alta frequência, que têm mais de 6 títulos.

Instrumentalizada essas categorias, em sede de cálculos estáticos¹ de aproximação e distanciamento através do software de processamento de dados (R) postulou os agentes selecionados e suas estruturas correspondentes em um plano cartesiano bidimensional. Constituem-se, portanto, propriedades sociais pertinentes, em razão de sua contribuição posicional no plano cartesiano. A implicação de determinada variável no plano cartesiano é proposta por equações matemáticas. Contribuição essa adquirida em face de sua massa – presença da mesma variável em distintos agentes –, como também de sua distância ao ponto central, ou seja, do peso categórico e do distanciamento *em face de*.

O intuito de tal proposição metodológica é constituir um modelo topográfico na relação desses agentes e suas estruturas, para com isso explorar a tradução do *habitus de classe* dos mesmos. O *habitus*, termo emprestado do latim, significa na ótica de Pierre Bourdieu (1989) toda a expressão do indivíduo enquanto agente social, essa assumida por

¹ As fórmulas dos cálculos de aproximação e distanciamento utilizados nesta pesquisa, são encontradas no anexo do presente trabalho.

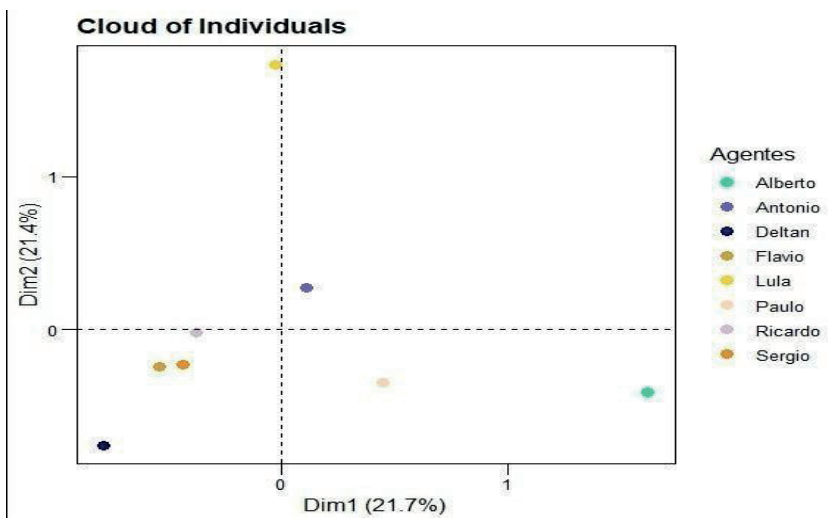
processos de incorporação, em razão das condições de existência e experiência a que está submetido nos seus processos de percepção e posicionamento no mundo.

As práticas e as propriedades constituem uma expressão sistemática das condições de existência (aquilo que chamamos estilo de vida) porque são o produto do mesmo operador prático, o habitus, sistema de disposições duráveis e transponíveis que exprime, sob a forma de preferências sistemáticas, as necessidades objetivas das quais ele é o produto: a correspondência que se observa entre o espaço das posições sociais e o espaço dos estilos de vida resulta do fato de que condições semelhantes produzem habitus substituíveis que engendram, por sua vez, segundo sua lógica específica, práticas infinitamente diversas e imprevisíveis em seu detalhe singular, mas sempre encerradas nos limites inerentes às condições objetivas das quais elas são o produto e às quais elas estão objetivamente adaptadas (BOURDIEU, 1983, p.1).

Portanto, pensar os agentes em face dos seus habitus é de algum modo estabelecer uma correlação substancial com as suas estruturas sociais, que incorporaram a eles disposições práticas de correlação com o mundo social, ou seja, o habitus é a simbiose entre a subjetividade e a objetividade, dos agentes e das estruturas sociais.

Tal proposta de modelo propõe-se a investigar se existe uma correspondência entre as trajetórias de classe e o posicionamento dos agentes no plano cartesiano, lembrando que tal modelo utilizado no trabalho, pode incluir novos agentes e estruturas, e aprofundar ainda o exame quanto à correspondência do habitus e do posicionamento de classe, reverberando maior representatividade ao caso concreto.

Contudo, a amostragem coletada já permite inferir certos apontamentos significativos.



Isto posto através do posicionamento desses agentes no modelo assumido pode-se postular quatro inferências a) a extremidade dos agentes acusados e do agente acusador

b) a proximidade dos agentes da elite midiática e jurídica c) a disparidade de Luiz Inácio Lula da Silva dos demais d) a coerção posicional dos agentes e suas estruturas sociais.

Desta forma o modelo topográfico é um recurso inaugural que dispõe a possibilidade de aproximar agentes e estruturas sociais correspondentes, assumindo que tal correspondência pode ser encarada como uma filiação necessária, que permite avançar em uma análise estrutural mais específica de apenas uma dessas estruturas, a saber, da mídia especializada.

O segundo movimento dessa pesquisa, o qual testa a pergunta levantada, é a avaliação da produção jornalística do fenômeno no período selecionado. Para tanto coletou como amostra as manchetes e títulos auxiliares produzidos por Ricardo Brandt, Estadão e Flávio Ferreira, Folha de São Paulo, nesse período.

O período analisado teve como amostragem 13.500 (treze mil e quinhentas) matérias produzidas pelo jornal Estadão e 4.609 (quatro mil seiscentos e nove) matérias produzidas pela Folha de S. Paulo. Em procedimento pré-analítico, selecionou apenas as matérias produzidas pelos agentes objetos da pesquisa, sendo 1.600 (mil e seiscentos) produzidas por Ricardo Brandt do Estadão e 95 (noventa e cinco) por Flávio Ferreira da Folha de S. Paulo. O levantamento da amostra foi possível em razão do Museu da Lava Jato, que foi um consórcio de informações criado por diversos jornais: Folha de S. Paulo, Estadão, O Globo, El País, dentre outros, para documentar a história da OLJ, de modo que cada jornal disponibilizou a totalidade de suas matérias produzidas nas 79 fases da operação, tal banco de dados possibilitou o acervo de informações exploradas.



Diante desses dados, utilizou-se do método de análise de conteúdo para sistematizar os dados na investigação proposta. A análise de conteúdo subverte a lógica desinteressada da linguagem, ao passo que procura entender os caminhos eletivos da comunicação interessada. “A análise de conteúdo é um conjunto de técnicas de análise das comunicações” (BARDIN, 1977, p. 31). Para tanto é profícuo uma descrição analítica sistemática da linguagem e do conteúdo empregado “A descrição analítica funciona segundo procedimentos sistemáticos e objectivos de descrição do conteúdo das mensagens” (BARDIN, 1977, p. 34).

No mais, a análise de conteúdo nessa sistematicidade configura-se através de ações normativas que dispõem uma determinada forma de tratamento com o objeto analisado. A rigor o método tem uma cronologia a ser obedecida em torno de três pólos cronológicos: “1) a pré-análise; 2) a exploração do material; 3) o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação” (BARDIN, 1977, p. 95).

Explorou a frequência do termo corrupção nas manchetes e textos auxiliares, bem como o posicionamento do termo, se em relacionado com estruturas e agentes ou como sujeito da sentença, tal procedimento se deu através do programa de análise linguística MAXQDA+. O MAXQDA+ é um software de manipulação de dados qualitativos, o qual possibilita a mensuração de dimensões hermenêuticas que auxiliam na presunção de codificar frequências, tendências, categorizações, incidências de valência, dentre outras finalidades.

Pondera-se que para esse tratamento não foi necessário um segundo codificador externo, imbuído a produzir a valência dos dados, haja vista que os dados assumidos são categóricos e a pesquisa exploratória. Portanto, por serem dados dessa natureza e não interpretativos, somente a exposição do relatório já foi o bastante.

Assim, esse foi o contingente metodológico de técnicas e instrumentos utilizados neste trabalho, acrescido de todos os materiais de amostragem que foram necessários para produzir a investigação proposta.

3 | EXAME DA PRODUÇÃO LINGÜÍSTICA DA MÍDIA ESPECIALIZADA

Avança na análise, e toma como premissa, a crise na oficialidade (BOURDIEU, 2007) como objeto que a denúncia de corrupção proporciona no espaço social, fomentando de algum modo uma lacuna objetiva de disputa entre agentes distintos. Torna-se plausível mensurar de alguma maneira como esse artifício conotativo linguístico de nome corrupção era disposto na produção da mídia especializada que traduziu o escândalo político da OLJ.

Primeiramente propõe-se a situar o lugar em que a corrupção era apresentada nas matérias, ou seja, se no título ou texto auxiliar, que é a sinopse do fato que se evidencia, tal imperativo impõe a forma que o fenômeno era traduzido pela mídia especializada. A noção de tradução aqui imprimida, apresenta-se em consonância com o trabalho de Michel

Callon, “Some elements of a sociology of translation” (1986). O autor descreve como os conceitos dentro das Ciências Sociais são manifestados de formas diferentes, divergência essa assumida em face dos seus tradutores, isto é, em sentido oposto das ciências naturais, os conceitos dentro da epistemologia social estão associadas aos recursos de manipulação mobilizados por aqueles que têm o papel de traduzir o fenômeno.

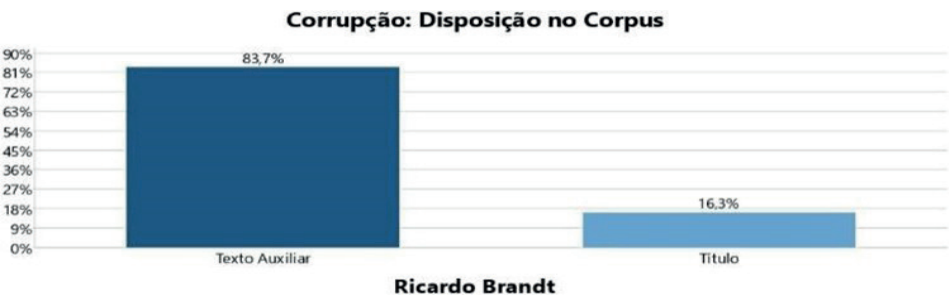
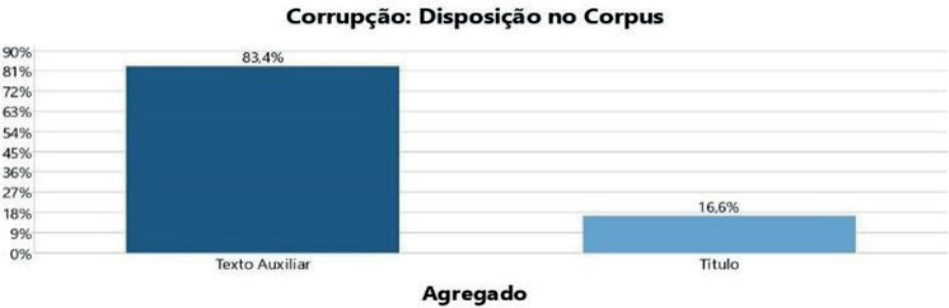
Para tal mensuração, o autor sistematiza o processo de tradução em quatro etapas. A primeira seria a etapa denominada *problematisation* (problematização) que é o momento em que um fenômeno se destaca como passível de ser vinculado a uma construção narrativa. O segundo elemento sistêmico de tradução seria o *interessement* (interessamento), nessa etapa os agentes constroem suas versões relacionadas ao objeto, trazendo consigo as impressões enquanto agentes com trajetórias sociais distintas. É nessa fase que se produzem as narrativas de maneira plural, com escolhas de recursos linguísticos e posicionamento sintático diferentes, de modo a constituir uma determinada forma de realidade objetivada, essa por suas impressões subjetivas, aqui a noção de habitus pode ser relacionada enquanto forma de incorporação de processos de ação, através de uma herança de condições de experiência e existência. “Nessa fase observa-se que os agentes da mídia começam a eleger seus personagens, evidenciar alguns eventos e privilegiar alguns dados e evidências em detrimento de outros” (SEEFELD, RESE, 2020, p. 128).

A terceira etapa na elaboração da tradução dos fatos sociais através da mediação se chama *enrolment* (inscrição). Nessa fase se associa o fenômeno a associações históricas e dessa forma ele é categorizado com um determinado inventário de sentidos. A segunda e terceira etapa estão estreitamente correlacionadas, ao passo que o interesse por um determinado prisma condiciona a uma inscrição histórica, o que corresponde a uma característica de tradução, ou seja, o sentido voluntário de escolha dos recursos linguístico do agente, muitas vezes corresponde a uma forma estruturada de produzir a história.

A última etapa é a fase de *mobilisation* (mobilização). Nela os tradutores afirmam a sua versão hegemônica da informação, isto é, “verdadeira” a narrativa, negociando espaços para produção, reprodução e difusão do seu modo de linguagem. Ou seja, é uma busca pela versão legítima, que ao atingir esse status, assume de alguma maneira a razão dóxica do assunto. “Tal agente busca nesse processo de tradução adquirir legitimidade e atuar como um agente de controle social, uma vez que essa coletividade no processo de construção social da realidade mediada concedeu [lhe] o poder da voz para atuar” (SEEFELD, RESE, 2020. p. 129).

Trazendo esse percurso metodológico disponibilizado por Callon (1986) em razão dos agentes da mídia especializada que produziram as informações acerca da OLJ, primeiro investigou como o termo corrupção foi mobilizado dentro das matérias jornalísticas, isto é, se o mesmo estava situado nos títulos, o que reserva maior interessamento, ou, nos textos auxiliares que sublinha outra importância ao artifício linguístico. Tal investigação teve os

respectivos resultados.



Veja, que a produção dos agentes da amostra é severamente correspondente, traços constitutivos que apontam para uma determinada tomada de posição, quanto da mobilização (CALLON, 1986) informacional, isto é, o termo linguístico corrupção poucas vezes quando comparado, ocupou o lugar de centralidade no interessamento da mídia especializado, disposto majoritariamente sua posição em textos auxiliares.

A segunda proposta procurou descrever como era a relação textual da corrupção, o modo como ela era associada na tradução da OLJ, para tanto dividiu-se esse posicionamento em três categorias. A primeira relacionada aos agentes sociais, esses que são a amostragem do modelo elaborado. A segunda quando se relaciona as estruturas sociais desses agentes que são respectivamente os partidos políticos, o sistema judiciário, as empresas e estatais.

E a terceira quando a própria corrupção assume o papel de sujeito, que é quando tem-se a centralidade no enunciado ou no texto auxiliar, atuando como agente da ação. Em face disso obtiveram-se os respectivos resultados:



O primeiro apontamento quando analisado no plano agregado é que a associação da corrupção tem sua maior incidência relacionada aos agentes sociais, inferência que permitiria a assunção de uma mobilização (CALLON,1986) correspondente. No entanto, quando se explora em relação aos agentes separadamente, absorve constatação diversa. Isso se deve ao fato de que em plano agregado a magnitude da produção narrativa de Ricardo Brandt tem peso para atribuição final, divergência que quando exposta de maneira particularizada, assume outros dados.





Portanto, existe uma diferença significativa entre a produção dos agentes da mídia especializada analisados: enquanto Ricardo Brandt privilegia a corrupção atrelada aos agentes sociais, Flávio Ferreira assume uma maior incidência nas estruturas sociais, e por último aos agentes. Tais indícios condicionam em certo sentido uma diferença expressiva quanto ao *interessamento* (CALLON, 1986). Dessa forma é impreciso apontar que exista um determinado padrão no *habitus* comunicativo dos agentes da nossa amostragem, ao passo que a ênfase de ambos é divergente.

Ou seja, embora o posicionamento do artefato corrupção na estrutura textual reserve correspondência, quando analisada sua aplicação face aos objetos que formam o escândalo político ele apresenta traços distintivos, portanto a tradução midiaticizada (SEEFELD, RESE, 2020) da Operação Lava Jato quando analisada sob o prisma na corrupção é relativamente correspondente entre os agentes da amostragem como mostrou a trajetória analítica do conteúdo por eles produzido.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Evidenciada tal trajetória de pesquisa, buscou em certo sentido trazer uma nova chave de análise para a OLJ que incluísse em certos aspectos as dimensões constitutivas e práticas dos agentes relacionados com esse evento. Para tanto, ancorou-se na noção de corrupção como ponto de partida, a qual permitiu o entendimento desses fatos sociais que se cristalizam na crise da crença do Estado (BOURDIEU, 2014).

Para tanto buscou propor duas matrizes analíticas, Destarte um modelo de posicionamento ancorado em fórmulas multicausais sustentado pelas propriedades sociais dos agentes, formada por variáveis como: religião, estado civil, profissão, rede e estrutura familiar, região de origem, escolaridade, títulos de consagração.

Ato contínuo, voltou-se a atenção a especificidade de uma fração de classe dessa estrutura, a saber, a mídia especializada, através da produção prática desses agentes buscou mostrar a suas tomadas de posição em relação ao artefato linguístico da corrupção, para explorar, possíveis inferências que sensibilizaram um padrão linguístico entre as

produções jornalísticas da mídia especializada.

Revelou-se com esses dados uma significativa diferença entre os agentes da amostra, enquanto Ricardo Brandt do Estadão privilegia os agentes sociais em detrimento das demais formas, Flavio Ferreira da Folha de S. Paulo se alinha mais à corrupção nas estruturas sociais, indícios que permitem a inferência que não exista, portanto, elementos significativos para afirmar um certo orquestramento de *habitus* linguístico encontrado na mobilização linguística desses agentes. Dessa forma, os padrões e traços constitutivos de linguagem na tradução da O LJ são, por essa análise, são inferidos como parcialmente arranjados.

REFERÊNCIAS

ACKERMAN, R. S. (1978). **Corruption: a study in political economy**. New York: Academic Press, 1978.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BENZECRI, J.-P. **Correspondence analysis handbook**. New York: Dekker, 1992.

BOURDIEU, P. **A distinção: crítica social do julgamento**. São Paulo/Porto Alegre: Edusp/Zouk, 2007.

_. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 1996.

_. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. São Paulo: Papirus, 1996.

_. **Sobre o Estado**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

CALLON, M. **Some elements of a sociology of translation: domestication of the scallops and the fishermen of St Brieuc Bay**. The Sociological Review, v. 32, n. 1, p. 196-233, 1986. CODATO, A. **Metodologias para a identificação de elites: três exemplos clássicos**, 2015.

DE SAINT MARTIN, M. **Da reprodução às recomposições das elites: as elites administrativas, econômicas e políticas na França**. Revista TOMO, n. 13, p. 43-74, 1995.

DEZALAY, Y. & GARTH, B. **A construção jurídica de uma política de notáveis: o jogo duplo da elite do judiciário indiano no mercado da virtude cívica**. Revista Pós Ciências Sociais, v. 12, n. 23, p. 37-60, 2015.

FILGUEIRAS, F. A corrupção na política: perspectivas teóricas e metodológicas.

Cadernos Cedes, 5, 1-29.2006.

_. **A tolerância à corrupção no Brasil: uma antinomia entre normas morais e prática social**. Opinião Pública (UNICAMP. Impresso) , v. 15, p. 386-421, 2009.

_. e AVRITZER, Leonardo. **“Corrupção e Controles Democráticos no Brasil”**, Revista Dados v.1, n. 1, IPEA (Coleção Perspectivas do Desenvolvimento Brasileiro, vol. I), 2011.

SEEFELD, R; RESE, N. “**Para bom entendedor, meia palavra basta?!**”: um estudo sobre as narrativas produzidas por agentes de mídia na tradução do papel dos envolvidos na Operação Lava Jato. Cad. EBAPE.BR, Rio de Janeiro , v. 18, n. 1, p. 124-141, 2020.

O ‘DONNELL, G.. **Accountability horizontal e novas poliarquias**. Lua Nova: Revista de Cultura e Política, n. Lua Nova, 1998 (44), 1998.

OLIVEIRA, Fabiana Luci de **Judiciário e Política no Brasil Contemporâneo: Um Retrato do Supremo Tribunal Federal a partir da Cobertura do Jornal Folha de S. Paulo**. Dados, v. 60, n. 4, pp. 937-975. 2017.

ANEXOS

$$CtrK_1 = \frac{\left[\frac{\frac{nK}{n\ total}}{Q} \right] \cdot (dKG_1)^2}{\lambda_1}$$

A modalidade (nK) dividida pelo número total de respondentes (n total), dividido pelo número de questões ativas (Q), multiplicada pelo quadrado da distância da modalidade K até o centro (G) no eixo 1 (dKG₁) – olhar a coordenada do ponto no eixo 1 – e dividida pelo valor próprio do eixo 1 (λ₁).

$$dAB^2 = \frac{1}{\frac{nX}{n\ total}} + \frac{1}{\frac{nY}{n\ total}}$$

A fórmula que determina a distância entre os agentes no espaço é a seguinte: a distância entre os agentes A e B (dAB) ao quadrado (devida à resposta fornecida por cada um deles para uma determinada questão) é igual a 1 dividido pelo número de pessoas que indicaram a modalidade X – escolhida por A para aquela questão – (nX), dividida pelo total dos respondentes (n total), mais 1 dividido pelo número de pessoas que indicaram a modalidade y – escolhida por B para aquela questão – (nY), dividida pelo total dos respondentes (n total).

VOTO RELIGIOSO E O BOLSONARISMO: EFEITOS DA TEOLOGIA E DAS LIDERANÇAS RELIGIOSAS SOBRE O ELEITORADO

Data de aceite: 01/09/2023

Horrana Grieg e Souza Oliveira

Universidade Federal de Minas Gerais –
UFMG, Belo Horizonte/MG
<http://lattes.cnpq.br/3318973130392260>

Aldrey Aleksander Braz Guerrero

Universidade Federal de Minas Gerais –
UFMG, Belo Horizonte/MG

Davi Alves Lopes Barbosa

Universidade Federal de Minas Gerais –
UFMG, Belo Horizonte/MG

Emanuel Henrique Ferreira de Morais

Universidade Federal de Minas Gerais –
UFMG, Belo Horizonte/MG
<http://lattes.cnpq.br/5954093330031698>

RESUMO: Este estudo busca explicar a importância que os pastores evangélicos pentecostais estão assumindo na construção política brasileira. A variável religião, nas eleições presidenciais de 2022, influenciou profundamente as escolhas de voto de parte do eleitorado brasileiro, assim, urge a importância de compreender como os líderes religiosos influenciaram esse eleitorado, e a simbologia por eles movida durante a campanha proporcionará um quadro mais claro para entender quais são

as motivações e ideais introjetados pela base eleitoral do ex-presidente Jair Messias Bolsonaro. Desse modo, é necessário resgatar os elementos simbólicos e míticos dentro da religião que são utilizados para legitimar o antigo governo, e, também, pretendemos, futuramente, por meio de um modelo de regressão multinível, compreender as ideologias por trás do voto do eleitorado cristão bolsonarista.

PALAVRAS-CHAVE: Pastores pentecostais. Voto evangélico. Bolsonarismo.

RELIGIOUS VOTE AND BOLSONARISM: EFFECTS OF THEOLOGY AND RELIGIOUS LEADERSHIP ON THE ELECTORATE

ABSTRACT: This study seeks to explain the importance that Pentecostal evangelical pastors are assuming in the Brazilian political construction. The variable religion, in the 2022 presidential elections, deeply influenced the voting choices of part of the Brazilian electorate, thus, the importance of understanding how religious leaders influenced this electorate is urgent, and the symbology moved by them during the campaign will provide a clearer picture to understand what are the motivations and

ideals introjected by the electoral base of former president Jair Messias Bolsonaro. Thus, it is necessary to rescue the symbolic and mythical elements within religion that are used to legitimize the former government, and, also, we intend, in the future, through a multilevel regression model, to understand the ideologies behind the vote of the Christian Bolsonaro electorate.

KEYWORDS: Pentecostal pastors. Evangelical vote. Bolsonarism.

1 | ATUAL CENÁRIO POLÍTICO BRASILEIRO: ELEIÇÕES PRESIDÊNCIAS E A EXTREMA-DIREITA

No dia 08 de janeiro de 2023, a capital do Brasil foi tomada por manifestações não pacíficas organizadas por apoiadores do ex-presidente Jair Messias Bolsonaro. Durante os protestos que questionavam a legitimidade da eleição presidencial e contestavam os resultados das urnas que concederam a vitória e o terceiro mandato presidencial de Luiz Inácio Lula da Silva, manifestantes depredaram os prédios públicos do Congresso Nacional, do Superior Tribunal Federal e do Palácio do Planalto. Os envolvidos também invadiram os edifícios dos Três Poderes.

A instabilidade política percebida durante esse episódio, entendido pela mídia como um ato golpista, indica não apenas um conflito político-social e ideológico próprio de uma democracia desgastada, mas também, apresenta os movimentos de insurgência da nova alt-right brasileira. Para além de um simples candidato, Bolsonaro se maquiou na figura de uma liderança carismática capaz de angariar fiéis seguidores, que mesmo após a sua derrota nas urnas, mobilizaram-se na frente de quartéis pedindo pela anulação do pleito que concedeu vitória a Lula e à Intervenção Militar. O Fenômeno denominado Bolsonarismo, captura em sua essência e ordem os espectros messiânicos de um movimento de salvação do Brasil, tal qual o slogan da campanha: “Deus acima de Tudo, o Brasil acima de Todos”.

Desde as eleições presidenciais de 2018, essa figura carismática vem se aproximando do eleitorado evangélico e da extrema direita como aquele representante que defende a moral e os valores cristãos, o nacionalismo e o liberalismo econômico. Muito embora o sucesso eleitoral de Bolsonaro em 2022 em evoluir na campanha extrapole a questão religiosa, ao acolher em seus discursos, Ideologicamente inflamado de direita extremista e valores Religioso, numa conjuntura de interesses econômico-políticos próprios do agronegócio e do público armamentista, é inegável como o discurso de fundo religioso serviu para mobilizador afetos junto ao eleitorado nacional.

A Liderança Carismática de Bolsonaro, tal qual apresentada por Weber (1999), ao longo dos últimos anos vem sendo exercida sobre uma espécie de autoridade messiânica, em oposição às organizações administrativas burocráticas, que não conhece nenhuma instância controladora ou à qual se possa apelar, de maneira que ela somente se subjeta aos limites imanentes da sua própria missão: “a salvação do Brasil”.

Muito disso foi constituído a partir de uma gama de simbologias, constantemente

evocadas à figura de Bolsonaro, responsáveis por refirmarem um status divino da representação na qual ele foi “designado por Deus”, dentre elas, pode-se indicar como exemplo o vídeo publicado por Bolsonaro em seu canal digital Facebook (20 de maio de 2019), na qual o pastor francês Steve Kunda afirma que o presidente foi escolhido por Deus para governar o Brasil. Vale ressaltar, que a construção santa da figura Bolsonarista em messias não foi projetada apenas em sua pessoa, mas remodelada em toda a sua família: mulher e filhos. A própria Primeira – Dama, Michelle Bolsonaro, para comemorar a confirmação do amigo André Mendonça no STF (Supremo Tribunal Federal) recebeu do “Espírito Santo de Deus” o dom de falar “em línguas”.

Contudo, em prosseguimento ao trabalho, apresentar-se-á, no próximo tópico, a origem a partir da qual se firmou a atual conjuntura política em que o Brasil se encontra inserido.

2 | PROTESTOS DE 2013: GÊNESE DA ATUAL CRISE POLÍTICA BRASILEIRA

A origem do que se percebe atualmente está nas manifestações ocorridas no país em 2013. Durante os protestos deste ano, observou-se um descontentamento da sociedade civil brasileira, inicialmente, devido ao aumento da tarifa dos transportes públicos. O movimento ganhou mais adesão e levou a uma revolta ante a corrupção, a ausência de confiança nas instituições democráticas, partidos políticos e políticos tradicionais.

Absorvendo esse movimento, que inicialmente era visto como ideologicamente de esquerda, Singer (2013) indica que a direita inflamou as manifestações pelo sentimento anticorrupção (enquanto estratégia de ataque dos grupos de oposição). Frente a isso, a corrupção torna-se um assunto de natureza moral repudiada na opinião pública e de fácil aceitação a combater. O autor ressalta também que o julgamento do Mensalão, ocorrido seis meses antes dos protestos de junho de 2013, deixou a sociedade civil com um grito de impunidade e revolta ante as instituições democráticas entalado na garganta, gerando mais adeptos às recentes revoltas.

Para Telles e Storni (2013) nas manifestações de 2013 foi percebido uma carência quanto à escala de auto classificação ideológica. Segundo esses autores o passado do regime militar no Brasil (1964 a 1985) nutriu no inconsciente do eleitor a ideia da esquerda estar relacionada com o grupo político de oposição ao governo, assim, historicamente criou-se no imaginário público de relacionar o governo vigente como sendo de direita. Desse modo, a escala não capta o espectro do conservadorismo e liberalismo econômico e político, mas, sim, tornou-se um indicativo da confiabilidade dos sujeitos na avaliação dos governantes e nas instituições democráticas. Ainda nas pesquisas realizadas por Telles (2016), 39% dos manifestantes se declararam como sendo de direita - maior que a encontrada em Belo Horizonte, que era de 25%. Nisso, percebemos uma mudança de comportamento de auto-percepção ideológica do eleitorado para a direita, em que as

manifestações ocorridas entre 2013-2016 reativaram os ideais e valores conservadores nos indivíduos, em disposições previamente existentes neles (Singer, 2021).

Telles (2016), a partir de uma pesquisa realizada em Belo Horizonte, em 2015, com manifestantes após a eleição presidencial de 2014, percebeu que 81% deles consideravam que Lula era um dos principais malfeitores do país, 82% consideravam que a, até então, presidente Dilma causava mal ao país, e 24% considerava que o, até então, deputado federal Jair Bolsonaro poderia vir a ser um bom presidente do Brasil. O cenário político que firmava no período dessa pesquisa era de forte crise econômica, póstuma aos protestos do ano de 2013 e uma disputa à presidência conturbada, atestando, assim, os indícios de uma crise institucional brasileira.

Na mesma pesquisa, Telles apresenta 66,8% dos entrevistados acreditam que o maior problema do país, na época, era a corrupção/falta de ética. Tal constatação também está diretamente relacionada a um certo antipetismo, em que 80% dos manifestantes afirmaram que os governos de Lula e Dilma foram os mais corruptos da história do Brasil. Apesar da crise econômica e certa preocupação com uma reforma política, um fator basilar para a compreensão da atual política brasileira ganhava ímpeto, que é a crise moral.

3 | ASCENSÃO DA EXTREMA-DIREITA E A SUA CAPILARIZAÇÃO NAS REDES

A insurgência da extrema-direita, no Brasil, tem sido um fenômeno político marcante nos últimos anos. Contudo, é necessário salientar que isso não é um fenômeno apenas brasileiro, mas, sim, algo que vem se repetindo em outras partes do mundo, e um espelhamento de práticas da alt-right norte-americana. A aderência social aos discursos de lideranças populistas de direita tem relação com a perda de confiança nas instituições democráticas, crise econômica, crise moral e batalha ideológica.

No Brasil, o discurso pautado por esse grupo tem se concentrado em temáticas como: o combate à corrupção, a defesa da ordem e da segurança pública, o fortalecimento da família tradicional e dos valores cristãos, a ideologia de gênero e a defesa da soberania nacional e dos interesses do país. Essas ideias têm encontrado ressonância em grande parte da população brasileira, especialmente em setores mais conservadores e nacionalistas.

Camila Rocha (2020), retoma a discussão acerca das causas que levaram ao amadurecimento da direita no Brasil, e, segundo os apontamentos levantados por ela, a internet ocupa uma significância basilar na capilarização dos discursos da alt-right brasileira. Desse modo, o descontentamento, principalmente da classe média, ocasionado pelos escândalos do Mensalão, encontram nichos na internet que propagaram as ideias vigentes naquele momento: o anseio de uma nova política de direita. Isso se mostra ainda mais interessante quando entendemos que nos anos entre 2000 a 2010, a internet tinha seu uso concentrado nas classes médias e altas, mesmo grupo que apoiava massivamente movimentos como o MBL, Endireita Brasil (2006) e Cansei (2007), nas ruas. Em pequenas

comunidades de trocas de informações na internet, os ideais foram cada vez mais difundidos, fortificando e reativando um pensamento à direita do espectro ideológico, e formando uma base que passaria a ocupar as pautas do debate pública e fomentar a necessidade de lideranças que os representassem na política institucional.

A ascensão da extrema-direita no Brasil tem sido objeto de críticas e preocupações de diversos setores, incluindo grupos de defesa dos direitos humanos, movimentos sociais, intelectuais e líderes políticos de esquerda. A extrema-direita tem sido associada a uma retórica agressiva, intolerante e discriminatória, que pode fomentar a violência e a exclusão social, além de ameaçar a democracia e os direitos civis. (Galvão, 2019). Nessa perspectiva, nota-se a urgência em observar a combinação de uma crise econômica e corrupção promovendo alternativas autoritárias e de grupos intolerantes (TELLES, p. 221, 2016), marcando, assim, a base socio-política que antecedeu o bolsonarismo.

4 | JAIR, MESSIAS PARA QUEM?

O descontentamento e as crises institucionais descritas anteriormente se chocaram com as aspirações dos evangélicos brasileiros, grupo de crescimento substancial desde a década de 90. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)¹, no censo demográfico de 2010, os católicos representam em números absolutos 123.280.172 indivíduos autodeclarados, em contrapartida os evangélicos eram aproximadamente 42.275.440 pessoas autodeclaradas no Brasil sendo, portanto, a segunda maior religião brasileira.

Embora os católicos ainda sejam maioria, esse grupo passa por um rápido encolhimento enquanto os evangélicos crescem proporcionalmente. No censo de 2000 os católicos representavam 73,6% da população e os evangélicos 15,4%. Em 2010 os católicos abrigavam 64,6% dos brasileiros, enquanto os evangélicos passaram a representar 22,2% da população nacional.

Religião	1970		1980		1991		2000		2010	
	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%
Católicos	85.472	91,8	105.861	89	121.813	83	124.980	73,6	123.280	64,6
Evangélicos	4.815	5,2	7.886	6,6	13.189	9	26.452	15,4	42.275	22,2
Outros	2.146	2,3	3.311	2,8	4.868	3,3	6.215	3,7	9.865	5,2
Sem-religião	702	0,8	1.953	1,6	6.946	4,7	12.492	7,4	15.336	8
Total	93.135	100	119.011	100	146.816	100	169.871	100	190.756	100

Tabela 1: População brasileira por grupo religioso (em mil) e percentagem: 1970-2010

Fonte: Censo demográfico de 1970 a 2010 do IBGE.

Obs: O grupo “outros” inclui os sem declaração

1 Disponível em: <<https://censo2010.ibge.gov.br/noticias-censo?view=noticia&id=1&idnoticia=2170&busca=t=censo-2010-numero-catolicos-cai-aumenta-evangelicos-espiritas-sem-religiao#:~:text=Os%20evang%C3%A9licos%20foram%20o%20segmento,1980%2C%206%2C6%25>> Acesso em: 29 mar, 2023

Segundo os escritos de Ricardo Mariano em seu livro “Neopentecostais: sociologia do novo pentecostalismo no Brasil” o que é definido como evangélico na América Latina engloba as religiões que tiveram sua origem na reforma protestante do século XVI, nesse grupo estão as igrejas de liturgia e teologia histórica (Presbiteriana, Luterana, Congregacional, Batista, Anglicana e Metodista.) e as igrejas de matriz pentecostal (Assembleia de Deus, Congregação Cristã do Brasil, Evangelho Quadrangular, Brasil para Cristo, Deus é Amor, Casa da Benção, Universal do Reino de Deus, etc.) (MARIANO, 1999)².

O rápido crescimento dos evangélicos no Brasil tem por característica a alta influência do pentecostalismo sendo que, dentre os 22,2% de evangélicos brasileiros, 13,3% são de origem pentecostal. Tendo isso em vista, adentrando nas características sociodemográficas desse grupo, temos as seguintes características dividindo-os por religião (seguimento religioso) e cor, segundo os dados do IBGE no censo de 2010:

Grupo de religião	Distribuição percentual da população residente (%)					
	Total	Cor ou raça				
		Branca	Preta	Amarela	Parda	Indígena
Total (1)	100	47,5	7,5	1,1	43,4	0,4
Católica Apostólica Romana	100	48,8	6,8	1	43	0,3
Evangélicas	100	44,6	8,2	1	45,7	0,5
De Missão	100	51,6	6,9	1	39,8	0,7
De Origem Pentecostal	100	41,3	8,5	0,9	48,9	0,5
Não determinada	100	48,1	8,5	1,1	41,9	0,4
Espírita	100	68,7	6,6	1,1	23,4	0,2
Ubanda e Condomblé	100	47,1	21,1	0,6	30,8	0,4
Outras religiosidades	100	47,9	8,6	3,1	39,3	1,3
Sem religião	100	39,6	11,1	1,5	47,1	0,8

Tabela 2: Distribuição percentual da população residente por cor ou raça, segundo os grupos de religião - Brasil - 2010.

Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2010

(1) Inclusive sem declaração de cor ou raça

Em solo brasileiro o método de pregação e o foco teológico dos sermões pentecostais favoreceram sua fácil propagação e contato com as camadas mais baixas da sociedade, empoderando os indivíduos marginalizados pela sociedade. Marco Oliveira autor do livro *A Religião Mais Negra do Brasil* diz, acerca da relação dos pentecostais com os negros:

O berço do pentecostalismo se estabeleceu no meio de pessoas simples e que tiveram experiências distintas em suas vidas, mas que representavam, nessas experiências questionáveis ou não, o anseio de maior liberdade religiosa. Uma observação cuidadosa permite notar que tanto o pentecostalismo americano

² Adicionamos aqui um ponto de atenção, muitas igrejas com nome de instituições reformadas hoje, apresentam uma liturgia pentecostal. Como exemplo temos a igreja “Batista da Lagoinha” que apesar do nome já se desvinculou da convenção batista e apresenta cultos pentecostalizados.

quanto o brasileiro abraçaram o povo mais carente e, como consequência natural, o povo negro. É importante perceber que, nas várias denominações do pentecostalismo clássico no Brasil, a participação de negros desde sua origem é uma característica marcante. Muitos negros tiveram atividades importantíssimas na formação de várias igrejas, ou mesmo de denominações pentecostais em seus diversos segmentos. (OLIVEIRA, 2015. p)

Por outro lado, os evangélicos de missão são maioria branca pelas mesmas razões históricas e litúrgicas. Essas igrejas de base reformada tiveram origem no Brasil por missionários que se instalaram nos grandes centros urbanos e angariaram, num primeiro momento, fiéis de mesma língua materna. Além disso, a liturgia mais rígida e burocrática para formação de novos líderes, focava sua pregação em estudos bíblicos mais aprofundados, sermões que não alcançaram as aspirações das camadas mais baixas da sociedade. Por consequência, as igrejas de vieses reformados se popularizaram nas camadas mais altas da sociedade. (OLIVEIRA, 2018)

Corroborando para o exposto acima, em relação ao nível de escolaridade dos pentecostais e dos evangélicos de missão, o censo de 2010 nos mostram a seguinte distribuição:

Grupo de religião	Percentual de pessoas de 15 anos ou mais de idade, por nível de instrução (%)					
	Sem instrução	Fundamental Incompleto	Fundamental completo e médio incompleto	Médio completo e superior incompleto	Superior completo	Não determinado
Total	6,3	38,6	19,0	26,2	9,3	0,6
Católica Apostólica Romana	6,8	39,8	18,3	25,1	9,4	0,5
Evangélicas de missão	3,6	30,7	19,7	33,4	12,1	0,6
Evangélico de Origem Pentecostal	6,2	42,3	21,3	25,5	4,1	0,7
Evangélico não determinada	4,3	33,7	21,6	31,2	8,4	0,8
Espírita	1,8	15,0	14,7	36,5	31,5	0,5
Ubanda e Condomblé	3,3	28,9	21,2	33,1	12,9	0,6
Outras religiosidades	4,8	31,5	19,9	31,0	12,0	0,8
Sem religião	6,7	39,2	20,2	25,2	8,2	0,5

Tabela 3: Percentual de pessoas de 15 anos ou mais de idade, por nível de instrução segundo os grupos de religião - Brasil - 2010.

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010

Obs: O total inclui as pessoas sem declaração de religião

O contato com as camadas mais baixas e o foco em ações sociais corroborou para a contínua expansão do pentecostalismo dentro desse grupo social. O que se nota é que, mesmo após um enriquecimento das igrejas pentecostais mais antigas e a alocação de suas sedes em áreas mais nobres da cidade, o fervor em alcançar as problemáticas do menos abastado continuaram a favorecer seu contato e expansão em áreas pobres. Mariano diz:

Com o propósito de superar precárias condições de existência, organizar a vida, encontrar sentido, alento e esperança diante de situações tão desesperadoras, os estratos mais pobres, mais sofridos, mais escuros e

menos escolarizados da população, isto é, mais sofridos, mais escuros e menos escolarizados da população, isto é, os mais marginalizados – distantes do catolicismo oficial, alheios a sindicatos, desconfiados de partidos e abandonados à própria sorte pelos poderes públicos –, têm optado voluntária e preferencialmente pelas igrejas pentecostais. Nelas, encontram receptividade, apoio terapêutico-espiritual e, em alguns casos, solidariedade material. (MARIANO, 2005, pág. 12)

Nesse sentido, elas vêm se alastrando no Brasil de forma simples e a “passos largos” em moldes empresariais, ao mesmo tempo que, democratizam o acesso dos mais pobres ao sagrado pela formação simples de pastores junto às hierarquias eclesiais (MARIANO, 2008).

Deste cenário de expansão avassaladora, nota-se que o desejo de uma contínua expansão do evangelho culmina em um desejo crescente em estar em contato também com as esferas de poder da sociedade. Como defenderemos a seguir, o voto dos evangélicos passa pela concepção de um mundo em decadência e não somente pela busca de uma simples melhoria na qualidade de vida. Dessa forma o cálculo para o voto desse grupo passa principalmente pela esfera da igreja.

5 | UM VOTO IRRACIONAL?

Essa análise se torna elementar para entender o comportamento eleitoral da maioria evangélica. Na mesma pesquisa realizada pela ABRAPEL e IPESP notamos a seguinte distribuição do eleitorado de Lula e Bolsonaro por perfil ideológico nas eleições de 2022:

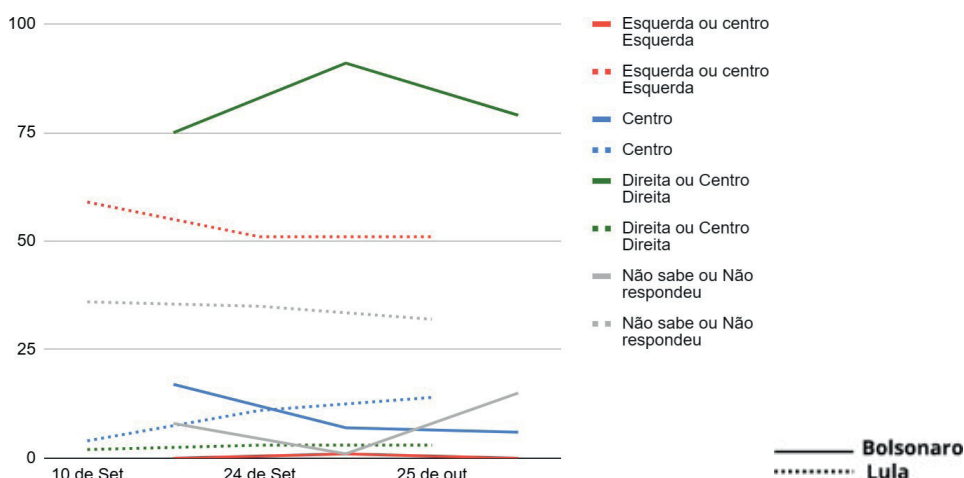


Gráfico 1: Posicionamento ideológico do eleitorado de Lula e Bolsonaro.

Fonte: Termômetro da campanha. ABRAPEL e IPESP. 2022

Segundo os dados, o eleitorado do ex-presidente Jair Bolsonaro se mostrava ideologicamente mais convicto e complexo, nos termos clássicos da ciência política. Nota-se, ainda, que as campanhas dos dois candidatos seguiam linhas de discursos coerentes com a base apoiadora dos mesmos. Enquanto Bolsonaro se concentrava em defender os valores conservadores e liberais do seu governo, Lula remetia seus mandatos passados focando em angariar votos daqueles menos ideologicamente posicionados, esperançosos de uma qualidade de vida melhor do que a vivenciada nos anos de crise sanitária e econômica do segundo mandato de Jair.

Denzau e North (1994/2000), definem ideologia como um apanhado de modelos mentais compartilhados pelos grupos sociais, capaz de fornecer ferramentas interpretativas para o ambiente ao seu redor. Conover e Feldman (1981), por sua vez, vão além e compartilham a ideia de que ideologias podem ser geradoras de identidades sociais, possibilitando, assim, entender o comportamento eleitoral como guiado pelos filtros ideológicos dos grupos e pelos sentimentos de participação e pertencimento de valores comuns.

Todavia, ao aprofundar em como ideologias são criadas, notamos que a complexidade que envolve os termos é, diversas vezes, alcançada pelas classes mais abastadas financeiramente. O acesso à educação nesse sentido, é fundamental para a construção de uma ideologia coerente no que tange as mais diversas áreas da vida política. O brasileiro médio devido aos processos de desigualdade social, tem dificuldades em cunhar uma ideologia complexa, como salientado na primeira parte deste paper, cabendo aqui a definição de Telles e Storni (2013), em que os autores afirmam que a definição comumente atribuída aos termos ideológicos é de “batalhas apaixonadas”, onde os indivíduos não votam tendo em vista ponderações coerentes com um arcabouço teórico, mas a identificação partidária.

De fato, estudos realizados na década de 60 pela escola de Michigan (EUA) demonstram que a identificação partidária é o elemento mais importante na escolha do voto, e essa identificação é construída desde a infância.

Ao juntarmos os estudos teóricos e a realidade brasileira notamos que existe uma dificuldade por boa parte da população em se identificar na escala ideológica de maneira assertiva. Dessa forma, a ascensão da alt-right e seus pensadores, trouxeram os ideários de redenção de uma cultura entregue aos processos corruptores. Esse discurso entrou em harmonia com os desejos que já circulam no meio evangélico pentecostal brasileiro desde a década de 70, fortificados nos escândalos de corrupção dos anos 2000. O desejo de um líder enviado por Deus para guiar a nação e salvá-la de sua decadência moral culminou na autoidentificação de muitos desses evangélicos pentecostais (pretos, pobres e de maioria feminina, como explanado anteriormente) no espectro da direita, mesmo que os ideais dessa posição não fossem completamente compreendidos.

Nesse sentido, podemos separar os eleitores bolsonaristas em 3 grupos principais.

O primeiro se caracteriza por aqueles indivíduos que escolheram seu voto tendo em vista indicações de entes próximos, sem necessariamente se interessar pelos resultados das eleições e estando apático ao cenário político. Em contrapartida, estão aqueles eleitores ideologicamente complexos que escolheram seu voto com base em uma série de cálculos racionais coerentes, como descrito anteriormente. Por fim, estão os votantes que escolheram o ex-presidente pelos vieses de identificação partidária como definido por Telles e Storni, nesse grupo estão a maioria evangélica brasileira (pentecostais), como defenderemos a seguir.

6 | TEOLOGIA PENTECOSTAL E A PROCURA POR UM LÍDER NACIONAL

O pentecostalismo foi difundido no Brasil pela influência dos movimentos avivalistas (relacionado com experimentar coisas sobrenaturais) norte americanos, em especial pelo movimento iniciado em Las Vegas na rua Azusa pelo jovem pastor Seymour. Todavia o movimento tem sua origem pelas influências do movimento wesleyano, exportando da Europa para a América do norte. No que tange às crenças dos diferentes grupos evangélicos, é importante ressaltar que o fazer teologia envolve os mais diversos aspectos da interpretação bíblica sendo que a crença básica na deidade de Deus, Jesus Cristo e o Espírito Santo e o agir sobrenatural do ser supremo na criação e na oportunidade de salvação da criação entregue ao pecado pode ser tomado como ponto basilar e comum para a maioria das vertentes evangélicas.

Em contrapartida, outras áreas de interpretação, e até mesmo as citadas anteriormente, podem variar, mais ou menos, de acordo com a historicidade da denominação. A exemplo dessa variação, estão as doutrinas escatológicas, que tratam do fim dos tempos, e as doutrinas pneumatológicas, que focam esforços para entender o agir do Espírito Santo na vida do cristão.

Segundo (MARIANO, 1999), o pentecostalismo em termos gerais se baseia na ideia pneumatológica de que o Espírito Santo age, ainda hoje, assim como agia nas histórias bíblicas, Focando no acontecimento do livro bíblico de Atos, no capítulo 2, o pentecostal tem a ideia de que todo cristão deve receber o batismo no espírito evidenciado, na maioria das vezes, pela experiência semelhante do capítulo de Atos, a glossolalia (dom espiritual de falar em línguas estranhas). Essa visão é representada pelo posicionamento continuísta, em que os dons do espírito são visíveis e experimentados ainda hoje e entra em choque com a posição cessacionista, adotada pela maioria de igrejas protestantes históricas, em que os dons espirituais são entendidos como elementares para os tempos bíblicos, mas hoje podem ou não acontecer com a frequência desses relatos. Em suma, esse revestimento é decisivo e uma experiência sobrenatural, onde o fiel de fato passa a ter sua conversão completa e recebe do poder de Deus para evangelizar o mundo. Seguindo esse raciocínio, entender a ação do espírito divino se faz necessário para entender as atitudes dos fiéis e o

foco das mesmas até a volta de Jesus para sua segunda vinda à terra, também chamado de milênio.

As visões de fim de mundo se baseiam na interpretação do livro de Apocalipse que, apesar de terem o ponto comum que é, o fim do pecado e a restauração desse mundo, apresentam 3 linhas principais: os Amilenistas, acreditam que não haverá um reinado literal de mil anos de Cristo, e que na verdade Cristo já reina espiritualmente sobre toda a terra através da sua palavra, igreja e espírito, em suma interpretam o livro de Apocalipse de forma não literal; os Pré-milenistas, acreditam que até a vinda de Cristo a igreja viverá a grande tribulação, quando Cristo retornar ele dará início ao seu reinado de mil anos, pessoal e literal; por fim os Pós-milenistas, acreditam que Cristo retornará à terra depois de um período de paz duradouro estabelecido pelos esforços dos fiéis em propagar a mensagem do evangelho cristão pelo mundo através da palavra e dos dons espirituais concedidos por Deus.

Essa última visão é amplamente difundida pelas alas pentecostais e reverberam na chamada teologia do domínio, quem tem em sua raiz a ideia de dominar as 7 esferas da vida social com o cristianismo a fim de apressar a volta de Jesus à terra. Essas esferas, também chamadas de 7 montes, são: artes, mídias, governos, educação, economia, família e religião. O movimento pentecostal, portanto, une o revestimento de poder no Espírito Santo, no batismo sobrenatural com a ideia de ser revestido para evangelizar o mundo.

Vale salientar que em cultos pentecostais, nem sempre o desejo de influenciar essas esferas da vida em sociedade recebem o nome de Teologia do Domínio. Da mesma forma, não é comum a utilização, de forma complexa, dos termos técnicos utilizados pela teologia para definir os estudos do fim dos tempos e do agir do Espírito Santo. Essa característica se deve a baixa oportunidade que as comunidades evangélicas periféricas têm em acessar a educação teológica formal devido aos aspectos socioeconômicos da maioria pentecostal.

Em uma revisão histórica Gutierrez Fernandes diz:

No afã do nacionalismo cristão, desde o final dos anos 1980 os evangélicos brasileiros nutrem a esperança messiânica de um presidente evangélico. Muitos acreditam que um evangélico na principal cadeira da República atrairá a graça divina sobre o Brasil, em um típico pensamento mágico de religiões do Antigo Oriente (FERNANDES, 2022. p. 77)

É interessante notar que os grupos evangélicos de linha pós-milenista, ligados ao pentecostalismo, sempre visam a eleição de um candidato que favorece a melhoria social que se imaginava necessária para a criação de uma nação próspera e abençoada naquele tempo. Em 2002, 2010 e 2014 o apoio a candidatos evangélicos se deu, principalmente, baseado na necessidade de uma melhoria econômica no país. Ainda seguindo o raciocínio do autor, em 2015-2018 o Brasil, é o país pós crise econômica e pós operação lava-jato, a pauta moral que crescia com o sentimento do antipetismo desde 2013, como descrito anteriormente, assume o palanque do debate político e o líder que apressa a volta de

Cristo e traria melhoria, para a criação de uma nação próspera e abençoada, é um líder de vieses moralmente conservadores e cristãos. E muitos cristãos, em principal os de linha teológica pentecostal encontraram na figura de Bolsonaro essa resposta. Retomando os dados expostos no início deste texto, em pesquisa da professora Telles (2016) 66,8% dos entrevistados acreditavam que o maior problema do país, era a corrupção/falta de ética..

Em resumo, Bolsonaro angariou em 2018, além da população desacreditada com as instituições e o poder público, uma parcela significativa da população brasileira que, além de apresentar os mesmos motivos de descontentamento com a velha política, encontraram no candidato Bolsonaro uma resposta de Deus para a crise moral vigente no Brasil.

Para além do exposto, o assistencialismo que muitos fiéis recebem da igreja, como dito anteriormente, favorece uma dinâmica de confiança e prestígio entre líder e liderado. Vale aqui salientar que a dinâmica de culto pentecostal favorece a criação de líderes para além da figura do pregador. Existem também fiéis que, em relação especial com Deus, possuem discurso de grande prestígio dentro da comunidade. Outro importante ponto de destaque, é a relação íntima entre frequência no culto, muito alta entre os evangélicos. Segundo pesquisa do Datafolha, 53% dos evangélicos afirmam ir aos templos mais de uma vez por semana. Seguindo essa linha de raciocínio, não apenas os laços com os líderes fortifica um modo de pensar, mas sua vivência aguda na comunidade alimenta constantemente os ideais da sua fé.

A influência política exercida pelas lideranças religiosas evangélicas sobre os fiéis, empregada no ambiente das igrejas denomina-se “candidatura oficial”. Assim, igrejas evangélicas escolhem para si aqueles candidatos que melhor representaram os interesses da igreja, após isso várias ações para a promoção dessa candidatura são realizadas em cultos e pregações, transformando o ambiente religioso em um campo de captação de votos. (GRACINO JÚNIOR e REZENDE, 2020, pág. 263) Nos termos de Telles (2022) a dinâmica do voto confessional é absorvida ideologicamente pela lógica do “irmão vota em irmão”.

7 | METODOLOGIA

Religião e teologia são variáveis que podem ser usadas para explicar o desempenho de Bolsonaro em sua campanha eleitoral de 2022. Como dito antes, o cenário brasileiro viu uma queda significativa do número de católicos enquanto presenciou o aumento de evangélicos, que mesmo representando menos de um quarto da população durante o censo, se mostrou ser o foco de Bolsonaro que na pesquisa DataFolha³, 69% do grupo declararam apoiar o candidato, contra apenas 31% que apoiavam seu adversário. Já entre os católicos, a estimativa tendia para Lula com 59% de apoio contra 41%. Demonstrando como a religião pode ser um fator determinante para compreensão de como cada candidato

3 Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/politica/eleicoes-2022/noticia/2022/11/vantagem-de-lula-entre-eleitores-se-m-religiao-contribuiu-para-vitoria-sobre-bolsonaro-aponta-estudo.ghtml>> Acesso em: 29 mar, 2023.

se tornou mais bem sucedido em um meio. Boas enquadrar questões simples como a luta pela liberdade religiosa advinda do confronto de diferentes segmentos como um grande motivador para a participação política proveniente desde 1986, no entanto se moldando com o passar do tempo e chegando em questões morais (Boas, 2020).

O crescimento do engajamento religioso para questões sociais aliadas ao surgimento de novas teologias religiosas, também fez surgir um novo papel ao fiel, que antes apático às mesmas questões, se torna um membro importante da disseminação das ideias eclesiais em todas as esferas sociais. A primeira hipótese determinante para o estudo se torna H1: O Bolsonaro como um candidato ideal à reeleição em 2022 seria mais adotado dentro de determinada teologia? Como já visto antes, ao se lançar na política, esses membros pareciam procurar um lugar na nova esfera que se inseriram. Bolsonaro, no entanto, apesar de declaradamente ser católico, parecia ter um aceno maior para os pentecostais, que como visto, segundo o IBGE, 60% dos autodeclarados evangélicos, também se declararam pentecostais, 18,5% como evangélicos de missão e outros 21,8% como não determinados. Entre um dos seus esforços podemos destacar o batismo do ex-presidente no Rio Jordão, que foi visto como uma conversão do candidato para o eleitor evangélico, mas gerou descontentamento entre os católicos, na qual Bolsonaro teve que se explicar dizendo que não havia renegado a fé católica, sendo para ele apenas um símbolo eleitoral, o que para David Mesquiati Oliveira, fez com que ele continuasse católico, mas com uma identidade pentecostal (Oliveira, 2020).

Além disso, Smith demonstra que os pastores pentecostais brasileiros se mostram mais engajados com questões políticas durante o culto do que outras denominações (2019). A concordância com determinadas teologias também é proveniente de igrejas e lideranças específicas, impossibilitando com modelos analíticos mais simples um estudo das questões teológicas e gerais sem que haja uma quebra da independência das observações, algo basilar para essas técnicas. Sendo assim, o modelo multinível se mostra o mais adequado para o estudo, por sua capacidade de agrupar os indivíduos com características semelhantes em clusters enquanto analisa as variáveis que influenciam entre o mesmo grupo e as que são influenciadas pelo contexto, que nesse caso seria a teologia da liderança. Esse modelo possibilitaria uma segunda hipótese de que H2: Os valores provenientes do líder religioso influenciaram os valores dos fiéis. Dessa forma, os valores do indivíduo entram em ressonância com o contexto que está inserido, explicando a coesão do cluster a esses ideais políticos.

O modelo teria a divisão em dois níveis, na qual os fiéis seriam o nível 1 e os líderes religiosos o nível 2, podendo analisar as características de ambos os níveis isoladamente, assim como concluir o grau de influência entre eles. O segmento da igreja desse líder seria uma variável independente do nível mais alto, no entanto, apesar de ser capaz identificar a teologia pela igreja que frequenta, a adesão delas acabam sendo a cargo dos líderes que em muitos casos agem de forma autônoma. Marina A. O. S. Corrêa analisou como os

pastores haviam criado uma forma de gerir as igrejas e como os ministérios receberam autonomia local paulatinamente, isso fez com que esses pastores se tornassem figuras máximas dentro de seus templos, se tornando pastores-presidentes (Correa, 2019), dessa forma, mesmo igrejas de segmentos diferentes podem ser concordantes quanto a teologia enquanto as que são iguais podem não concordar.

O contato com esse líder agiria como contexto para a influência do fiel em maior força do que o fiel influencia o líder. Pensando nisso, no nível mais baixo, a variável dependente analisada é a adesão de determinada teologia ao Bolsonaro, que pode ser reforçada com a análise de uma variável de referência com a variável relativa ao cluster, mostrando existir alguma tendência dentro de cada grupo. Além disso, as variáveis independentes mais gerais como idade, raça, sexo... e outras específicas ao ambiente religioso como o tempo de ingresso do fiel a igreja e o tempo que frequenta, serão importantes para entender a variância desses indivíduos no grau de adesão. Então entramos na terceira e última hipótese de H3: Quais variáveis têm mais impacto na adesão do fiel a teologia. Mesmo dentro de um grupo religioso determinado, haverá variáveis que impactam a ressonância dos valores teológicos com os valores pessoais, o que torna necessário entender os fatores por trás como marcadores sociais e questões relativas à igreja.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, o objetivo final do trabalho é verificar de que forma Bolsonaro se encaixou como a figura de um representante político com valores que sinalizassem aos cristãos. Além disso, também seria preciso entender os fatores que fizeram o candidato ser mais bem sucedido entre denominações teológicas específicas, entender quais valores foram mais significativos e de que forma o fiel foi impactado pelos seus líderes até o período eleitoral. Assim, será analisado tanto o contexto como também questões individuais que podem justificar o sucesso da eclosão da alt-right dentro das igrejas, nas urnas e nas ruas.

REFERÊNCIAS

BOAS, Taylor C. (2020) A representação eleitoral dos evangélicos na América Latina. In: GUADALUPE, José Luis Pérez; CARRANZA, Brenda. **Novo ativismo político no Brasil: os evangélicos do século XXI**. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, p. 113-130.

CAMPBELL, A. et al. (1960), *The American voter*, New York, Wiley
Conover PJ, Feldman S. 1981. **The origins and meaning of liberal-conservative self-identifications**. *Am. J. Polit. Sci.* 25:617–45

CORREA, Marina Aparecida Oliveira dos Santos. (2019) **PASTORES DAS ASSEMBLEIAS DE DEUS: do apoliticismo escatológico ao aparelhamento moralista**. In: INTERAÇÕES. Belo Horizonte, p. 29-54, v. 14, n. 25.

DENZAU AD, North DC. 1994/2000. **Shared mental models: ideologies and institutions**. In Elements of Reason: Cognition, Choice, and the Bounds of Rationality, ed. A Lupia, MC McCubbins, SL Popkin, pp. 23–46. New York: Cambridge Univ. Press

Extremismos de Direita: eleitores e ascensão do Bolsonarismo. [S. l.: s. n.], 2020. 1 vídeo (2:00:20). Publicado pelo canal Grupo Opinião Pública. Recuperado de: (225) Aula 4 - Extremismos de direita: eleitores e ascensão do bolsonarismo - YouTube Acesso em: 12 fev. 2023.

FERNANDES S, Gutierrez. (2022). **Quem tem medo dos evangélicos? Religião e Democracia no Brasil de Hoje**. São Paulo, SP. Editora Mundo Cristão. 1 edição.

GALVÃO, Luíza (2019). **A nova direita brasileira chega ao Palácio do Planalto: uma análise do fenômeno e seus paralelos com a Alternative Right** (Dissertação de mestrado). Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais.

GROENENDYK, Eric; Kimbrough, Erik O.; Pickup, Mark, 2022, “**Replication Data for: How Norms Shape the Nature of Belief Systems in Mass Publics**”. Recuperado de: <https://doi.org/10.7910/DVN/9D1L1V>, Harvard Dataverse, V1.

IPESPE - Instituto de Pesquisas Sociais Políticas e Econômicas; ABRAPEL - Associação Brasileira de Pesquisadores Eleitorais. (2022) **Termômetro da Campanha: Eleição Presidencial 2022. Segundo turno, 3ª rodada**. Minas Gerais.

OLIVEIRA, David Mesquiat. (2020) Igrejas pentecostais e sua atuação política recente no Brasil. In: **Revista Brasileira de História das Religiões**. p. 09-23, v. 13, n. 37.

OLIVEIRA, Marco Davi de. (2015) **A Religião Mais Negra do Brasil: Por Que os Negros Fazem Opção Pelo Pentecostalismo?** Viçosa, MG. Editora Ultimato, 1 edição.

SINGER, A. **A reativação da direita no Brasil**. Opinião Pública, [S. l.], v. 27, n. 3, p. 705–729, 2022.

SINGER, André. **Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012... Classes e ideologias cruzadas. Novos Estudos CEBRAP, n. 97, novembro/2013.

SMITH, A. (2019) **Religion and Brazilian democracy: mobilizing the people of God**. Cambridge: Cambridge University Press.

TELLES, Helcimara. **A Direita Vai às Ruas: o antipetismo, a corrupção e democracia nos protestos antigoverno**. Edição “Crise Política”, Ponto e Vírgula - PUC SP, ed. 19, p. 97-125, 2016.

TELLES, H., Storni, T. (2013) **Ideologias, atitudes e decisão de voto em eleitores de direita e de esquerda**. Revista Latinoamericana de Opinión Pública

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS MULHERES: A INSTITUIÇÃO DO PROGRAMA MULHERES MIL

Data de aceite: 01/09/2023

Eliane Vanildo da Silva

Universidade do Extremo Sul Catarinense
– Unesc

RESUMO: A viabilidade desse artigo, se dá pelo interesse de debater, a partir de uma revisão bibliográfica acerca do tema de desenvolvimento de políticas públicas para mulheres, com ênfase no Programa Mulheres Mil (PMM), o qual foi instituído com intuito de valorizar a mulher. O tema deste trabalho surgiu na disciplina de Políticas Públicas do Programa de Pós-Graduação de Desenvolvimento Socioeconômico – PPGDS – da Universidade do Extremo Sul Catarinense – Unesc e da necessidade de compreender as informações relacionadas à Instituição do Programa Mulheres Mil. Assim, pretende-se, por meio deste estudo, apresentar as informações relacionadas as políticas públicas elaboradas para as mulheres, especificamente o Programa Mulheres Mil, os cursos ofertados e as regiões contempladas com o programa. A metodologia científica utilizada para realizar esta pesquisa de grande relevância, foi bibliográfica, sob o método dedutivo, tendo uma abordagem qualitativa/

descritiva. Buscando com isso, alcançar os conhecimentos e as habilidades propostas pelo Programa Mulheres Mil.

PALAVRAS-CHAVE: Políticas Públicas 1; Gênero 2; Programa Mulheres Mil 3.

INTRODUÇÃO

A viabilidade desse artigo, se dá pelo interesse de debater, a partir de uma revisão bibliográfica acerca do tema de desenvolvimento de políticas públicas para mulheres, com ênfase no Programa Mulheres Mil (PMM), o qual foi instituído com intuito de valorizar a mulher. A proposta da pesquisa, incide fundamentalmente pela discussão do papel dos enredados no leme antepondo a garantia dos direitos, expectativas e esperança das mulheres brasileiras. As quais, devem admitir que as construções de políticas públicas para as mulheres, convergem da transversalidade, desigualdade e equidade de gênero.

O Programa Mulheres Mil tem como objetivo valorizar a mulher, o seu empoderamento, o acesso aos direitos e à cidadania, visando romper com um

universo restrito do não reconhecimento da alteridade, do outro, da diferença, para caminhar em direção ao espaço de equidade, da emancipação e do pertencimento contribuindo com a redução da desigualdade social e econômica de populações marginalizadas e do compromisso do país com a defesa da igualdade de gênero (MEC, 2011).

De acordo com o MEC, (2011) o Programa Mulheres Mil, foi gerado em 2005, pelo viés positivo de uma história, que contou com uma visão inclusiva, coragem e ousadia de diversos atores brasileiros e canadenses. De maneira que a primeira ação do programa adveio da parceria entre o Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN), na época Centro Federal de Educação Profissional e Tecnológica (Cefet), e os colleges canadenses. Resultando dessa parceria um projeto de extensão ofertando capacitação para camareira. Diante do resultado surpreendente que o Canadá constou, e através da Agência Canadense para o Desenvolvimento Internacional (CIDA) e da Associação dos Colleges Comunitários Canadenses, e o Brasil, por meio da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec) e da Agência Brasileira de Cooperação (ABC/MRE), resolveram então, delinear um projeto para ampliar a ação para outros estados.

Implantando-se um projeto piloto, primeiramente nas regiões Norte e Nordeste do Brasil, no qual, nasceu com uma proposta de beneficiar uma quantidade de mil mulheres. No entanto, participaram neste primeiro ensaio, apenas, 27 mulheres. Para o qual, o programa iniciaria o desafio com um delineamento de exclusão, ou seja, de mulheres jovens e adultas, em situação de vulnerabilidade social, econômica, baixa escolaridade e excluídas do mundo do trabalho (MEC,2011). O intuito do projeto em primeiro lugar, era ofertar qualificação profissional e contribuir para a inserção dessas mulheres no mundo profissional. No entanto, outras descobertas foram aparecendo, promovendo dessa maneira, observar o resgate da autoestima, no desenvolvimento nas relações familiares, na convivência das comunidades e o estímulo às mulheres, resultando na volta para instituições escolares (MEC,2011). Deste modo, expande-se o Programa Mulheres Mil, para mais 12 instituições. As quais são os Institutos Federais de Alagoas, Amazonas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Roraima, Rondônia, Sergipe e Tocantins.

Continuamente, o Programa Mulheres Mil, foi compondo-se de outras parcerias. No ano de 2011, pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (Setec/MEC) em parceria com a Rede Norte Nordeste de Educação Tecnológica (Redenet), a Assessoria Internacional do Gabinete do Ministro, o Conselho Nacional de Dirigentes dos Centros Federais de Educação Profissional e Tecnológica (Concefet) e os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, pelo cooperativismo dos governos brasileiro e canadense, o qual, foi representado pela Agência Canadense para o Desenvolvimento Internacional (Cida/ACDI) e a Associação do Colleges Comunitários do Canadá (ACCC) e, diante dos resultados positivos, gerado por um projeto piloto, em 2005, o Brasil, estabelece o Programa Nacional Mulheres Mil, com a intenção de promover a formação profissional e tecnológica articulada com o intuito de aumentar a escolaridade

de mulheres em situação de vulnerabilidade, pelo qual, vislumbra, a autonomia econômica para as mulheres, e dessa forma, contribui para o desenvolvimento socioeconômico do país, estados e municípios.

De acordo com a portaria nº 1.015, de 21 de julho de 2011, o Ministro de Estado da Educação, através de suas atribuições legais, e de acordo com o disposto no Decreto nº 4.877, de 13 de novembro de 2003, e tendo em vista o contido no Processo nº 23063.001261/2011-79, resolve:

Art. 1º Instituir o Programa Nacional Mulheres Mil que visa à formação profissional e tecnológica Pessoaarticulada com elevação de escolaridade de mulheres em situação de vulnerabilidade social. Art. 2º O Programa Mulheres Mil constitui uma das ações do Plano Brasil Sem Miséria e terá como principais diretrizes: I - Possibilitar o acesso à educação; II - Contribuir para a redução de desigualdades sociais e econômicas de mulheres; III - Promover a inclusão social; IV - Defender a igualdade de gênero; V - Combater a violência contra a mulher; Art. 3º O Programa Mulheres Mil deverá ser ofertado por instituições de educação profissional e tecnológica, permitindo-se a parceria com instituições de ensino regular.

E sua execução tem como prioridade as instituições públicas dos sistemas de ensino federais, estaduais e municipais (MEC,2011). Outrossim, em 2013, o programa Nacional Mulheres Mil, em desenvolvimento, passa a custear vagas gratuitas. Isso, se torna possível com o auxílio do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), fornecendo a Bolsa Formação. A qual, abrange todas as despesas de custeio das vagas, como mensalidades, materiais didáticos e encargos educacionais, podendo incluir o fornecimento de alimentação e transporte aos estudantes, de acordo com a Lei 12.513/2011 e a Portaria que a regulamenta (Portaria nº 817/2015).

De forma que sua estruturação se norteou no projeto piloto de 2005 e 2007, o qual organizou- se alinhado em três eixos: Educação, Cidadania e Desenvolvimento Sustentável. Este projeto piloto o Mulheres Mil, teve seu ponto de partida no Brasil, pelos Institutos Federais de 11 estados e pela Escola Técnica Federal de Palmas. Abrangendo as Agências de Estado de Desenvolvimento Regional (ADR) e a Coordenadoria Regional da Grande Florianópolis (CRGF), com oferta de, no mínimo, duas vagas para estudantes inscritos de cada município que integram as respectivas ADR's e a CRGF.(art. 4º).¹ E para além desse, o programa passa a contar com outras parcerias como o Ministério da Saúde e o Ministério da Justiça, integrando ofertas de cursos de educação profissional e tecnológica em unidades prisionais femininas, viabilizando o atendimento deste público (MEC,2011).

O Programa Mulheres Mil, por ter uma representação de ação relacionada à política de inclusão social, tornou-se importante estreitar parceria também com a rede de assistência social, de maneira a ampliar a proposta da educação profissional e tecnológica para a população em vulnerabilidade e inscrita no Cadastro Único do Ministério do Desenvolvimento

1 No artigo 4º, O Programa Mulheres Mil abrangerá os seguintes cursos e programas de educação profissional e tecnológica: I - formação inicial e continuada de trabalhadores; e II - educação profissional técnica de nível médio.

Social (MDS) e aos beneficiários do Programa Bolsa Família, que atualmente chama-se Programa Bolsa Brasil. Posto que, o programa também é denominado Pronatec Mulheres Mil, e a indicação dos cursos a serem ofertados é realizada pelo Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), (MEC,2011). Corroborando com o tema, o programa leva a possibilidade ao acesso de mulheres em situação de extrema pobreza e vulnerabilidade à educação profissional e tecnológica. Eliminando a pobreza extrema, de acordo com o Plano Brasil Sem Miséria e constante no Plano Plurianual (PPA 2012/2015) e também no III Plano Nacional de Políticas para as Mulheres do Governo Federal (Pronatec,2014).

O tema deste trabalho surgiu na disciplina de Políticas Públicas do Programa de Pós-Graduação de Desenvolvimento Socioeconômico – PPGDS – da Universidade do Extremo Sul Catarinense – Unesc e da necessidade de compreender as informações relacionadas à Instituição do Programa Mulheres Mil. A organização das informações se faz necessária para que seja possível pesquisar os avanços e desenvolvimento de programas de desenvolvimento social e econômico para as mulheres, bem como, os benefícios ofertados pelo viés das políticas públicas para as mulheres. Com o levantamento das informações torna-se possível identificar o desenvolvimento da proposta ofertada de implementação e o público a ser beneficiado no Programa ao longo de sua existência. A viabilidade da pesquisa se dá pelo interesse do desenvolvimento dessas políticas públicas, quais cursos ofertados, qual o público beneficiado e as parcerias envolvidas e, suas contribuições para a continuidade das políticas públicas para as mulheres, as quais, buscam a inserção social e econômica por décadas.

A relevância reside na necessidade em torno do interesse de contribuir para a ciência no que refere as políticas públicas elaboradas para as mulheres no Brasil, na qual a revisão centra-se em específico o Programa Mulheres Mil, de forma a compreender o objetivo da proposta produzida para a autonomia das mulheres na contemporaneidade. E sem dúvida investigar, as opiniões sobre a elaboração deste programa para as mulheres, o qual foi desenvolvido na determinação de inserir as mulheres na educação, sociedade e na economia. Ademais, contribuir com mais apontamentos para a história das mulheres, cuja, “foram sempre desvalorizadas em todas as áreas profissionais e educacionais”.

Assim, pretende-se, por meio deste estudo, apresentar as informações relacionadas as políticas públicas elaboradas para as mulheres, especificamente o Programa Mulheres Mil, os cursos ofertados e as regiões contempladas com o programa. A metodologia científica utilizada para realizar esta pesquisa de grande relevância, foi bibliográfica, sob o método dedutivo, tendo uma abordagem qualitativa/descritiva. Buscando com isso, alcançar os conhecimentos e as habilidades propostas pelo Programa Mulheres Mil. Posto isso, partiremos para a próxima parte, quais são: cursos ofertados pelo Programa.

1 | OS CURSOS OFERTADOS PELO PROGRAMA MULHERES MIL

De acordo com o MEC (2011), os cursos ofertados profissionalizantes e tecnológicos abrangem a formação inicial e continuada (FIC), os quais são cursos de rápida duração focado em uma área específica, e nessa modalidade, os pré-requisitos de escolaridade variam de acordo com o curso escolhido, ou seja, desde ensino fundamental incompleto até o nível superior completo. Os cursos ficam em torno de uma duração média de 4 a 5 meses, variando a cada semestre e após a conclusão dos mesmos, a discente recebe certificação do curso de qualificação, o qual cria a possibilidade de inserção no mercado de trabalho. Corroborando com o contexto o Programa Nacional Mulheres Mil abrange os seguintes cursos e programas de educação profissional e tecnológica:

I- Formação inicial e continuada (FIC) e qualificação profissional de trabalhadores, com carga horária mínima de 160 horas; II - educação profissional técnica de nível médio. Os cursos deverão considerar as características das mulheres atendidas, a fim de promover a equidade, igualdade de gênero, combate à violência contra mulher e acesso à educação. Os cursos ofertados poderão ser articulados: I - ao ensino fundamental ou ao ensino médio, com o objetivo de elevar o nível de escolaridade da mulher no caso da formação inicial e continuada; II - ao ensino médio, de forma integrada ou concomitante.

Em conformidade com o MEC (2011), os cursos ofertados estão relacionados com o público alvo de cada região, ou seja, dependerá da qualificação profissional necessária de cada região, os quais serão desenvolvidos e ofertados pelas instituições envolvidas. Por isso, para as regiões do projeto piloto, foram ofertados os cursos de corte e costura, governança (camareira), alimentos, cuidador domiciliar e artesanato.

Deste modo, a capacitação ofertada pelo Instituto Federal de Alagoas foi o curso de alimentos, que visa qualificá-las em atividades já desenvolvidas, como a venda e o preparo de alimentos em bares e restaurantes, a retirada de caranguejo do mangue, a comercialização de cocadas nas estradas próximas a suas moradias e a atividade de empregada doméstica. Já, os Institutos Federais do Amazonas estabeleceram parceria para a oferta de qualificação profissional na área de turismo.

Em contrapartida, Manaus o setor de turismo está em crescimento e há carência de qualificação que esteja ao alcance do bolso desse público, a oferta do curso de camareira constitui um importante alternativa para que essas mulheres possam ter uma profissão. O Instituto Federal da Bahia para driblar a questão do mercado, o IF ampliou a oferta e criou um curso novo, o cuidador domiciliar, que tem um potencial considerável de mercado de trabalho, devido a quantidade de idosos e pessoas com deficiências, para ser atendidas. O Instituto Federal do Ceará ofertou capacitação na área de turismo e alimentos. O Instituto Federal do Maranhão ofertou capacitação somente na área de alimentos. O Instituto Federal da Paraíba (IFPB), ofertou capacitação unicamente na área artesanal. O Instituto Federal de Pernambuco ofertou capacitação apenas na área de alimentos.

Ademais o Instituto Federal do Piauí (IFPI) fez uma pesquisa de mercado entre os empresários e os representantes sindicais para detectar as carências e necessidades da área. E com o diagnóstico realizado com as mulheres da comunidade, foi detectado que muitas tiveram contato com a área de corte e costura na infância, vendo e ajudando mães e avós a costurar a roupa dos filhos. Outras faziam pequenos consertos, fabricavam algumas peças e vendiam em feiras. A partir desses levantamentos o IFPI passou a ofertar a capacitação especificamente na área de corte e costura. No Instituto Federal do Rio Grande do Norte, as capacitações ofertadas foram nas áreas de corte e costura, e artesanato. O Instituto Federal do Estado de Rondônia ofereceu capacitação na área de artesanato e bijoias.

Prontamente o Instituto Federal de Roraima (IFRR) devido a região ser fronteira com a Venezuela e Guiana Inglesa, Roraima é usada como corredor do tráfico, deste modo, o projeto para atender a essas mulheres, precisou tomar outro caminho, e viabilizar o projeto dentro do presídio, ofertando primeiramente um encontro de intenções e alternativas de educação, assumindo apenas o papel de articulador, sensibilizando várias instituições locais, para o projeto acontecer. O Instituto Federal de Sergipe criou qualificações nas áreas de resíduos sólidos e artesanato. O Instituto Federal de Tocantins (IFTO) elaborou cursos de qualificação em áreas diversas, quais são: artesanato, corte e costura e alimentos. Indiscutivelmente, de acordo com o enquadramento, o Programa Mulheres Mil, encontra diversos desafios para elaborar tais políticas públicas para as mulheres, dentre elas, um exemplo é o perfil das mulheres, a pobreza em que elas se encontram, bem como a particularidade de cada região a ser contemplada para, dar sequência na qualidade de uma política pública, preparada a atender este público tão desassistido. Diante do exposto, e de sua relevância, adentraremos no perfil de algumas regiões, das quais foram contempladas neste projeto piloto.

2 | O PERFIL DAS REGIÕES CONTEMPLADAS PELO PROGRAMA

Conhecer e fazer a análise do perfil da região é de extrema importância para otimizar as estratégias a serem implantadas por uma política pública. Ou seja, conhecer o perfil do público ao qual se destina a política pública implantada, auxiliará em uma melhor aplicação de recursos e de melhores soluções para o público contemplado. De forma que este foi um dos propósitos na análise de perfil de cada região, na implantação do programa mulheres mil nas regiões do Norte e Nordeste do Brasil.

De acordo com o MEC (2011), a região do Amazonas, são áreas alagadas, construções feitas sobre estacas, casas construídas sobre o leito e margens dos rios e mangues. Uma região com estruturas precárias, sem saneamento, falta de coleta de lixo, sem contar com as enchentes e alagamentos. Tornando essa região em condições de moradias insalubres, região de risco para os moradores, como, acidentes e à saúde. Nesta

região, houve a contemplação do Programa Mulheres Mil, na qual, foram encontradas mulheres em situação de pobreza extrema, sem ou com baixa escolaridade, vítimas de violência doméstica e trabalho escravo.

As características da região de Salvador, também foram encontradas complicações homogêneas, sem rede de esgoto, demasiada insegurança e violência. A carência de política pública é fortemente detectada nesta região, visto que, não são encontradas praças, espaços para lazeres nem convivência. Uma região tomada por muitas famílias vindas de outras localidades, da capital e do interior, uma região precária, bairros que foram criados como loteamentos, ainda no início de 1990. E os fatores encontrados para estar inserindo estas mulheres no Programa Mulheres Mil, foi a falta de escolaridade, mulheres que não tiveram oportunidades para estudar, por conta do trabalho infantil, por ser uma zona rural de difícil acesso, as quais foram excluídas do mundo do trabalho remunerado.

Considerando, que muitas destas mulheres, são chefes de família, mulheres que são obrigadas a trabalhar em mercado informal, remuneração muito baixa, além de mulheres que foram prejudicadas pela cor e idade (MEC,2011). Segundo o Instituto Brasileiro De Geografia e Estatística (IBGE), em 2020, a renda per capita mensal desta região de salário médio mensal era de 1.5 salários mínimos. (IBGE,2020). Sendo assim, outro causador a ser considerado como instigador de políticas públicas para as mulheres nesta região.

Fortaleza, uma região com características de muito seca, sofrida , a qual ficou conhecida por ter o local onde foi instalado um dos campos de concentração conhecidos como: Campo do Pirambu ou Campo do Urubu, onde eram enviados os flagelados da seca, os quais recebiam algum cuidado e alimentação e os trabalhos ofertados eram em obras e sob a vigilância de soldados. Ou seja, uma região com características fragilizada subordinada e marcada pela exclusão. De maneira que o cenário para as mulheres desta região é ainda considerado muito mais complicado, pois suas moradias são precárias e feita de taipas (tapume) e muitas delas, sem oportunidades, tanto de escolaridade, quanto ao trabalho remunerado.

Algumas destas mulheres até conseguem emprego, no entanto, são empregos com baixa remuneração e sazonais, como fábricas de beneficiamento de castanha, as quais são instaladas aos arredores da região. Mulheres que sofrem muito, com filhos, e quando são demitidas deste trabalho, que por sua vez é estacional, apresentam uma maior fragilidade em relação a pobreza extrema. Além de que, por ser uma região considerada miserável, estas mulheres defrontam-se com a violência, tráfico de drogas e também o preconceito. Sendo mulheres que cada vez mais assumem o papel de chefe de família, assumindo sozinhas o sustento e a educação dos filhos (MEC,2011).

Pesquisando as características da região do Maranhão, o programa mulheres mil, identificou um dos bairros mais antigos para ofertar os cursos, por se tratar um bairro em situação de vulnerabilidade maior, e a 20 km do centro da região do Maranhão, denominado bairro São Luís. Um bairro no qual moravam assalariados rurais, descendentes de escravos,

moradores que se encontravam à margem do desenvolvimento urbano. Uma região que teve uma expansão caótica, na qual, encontrou a saída para o meio rural, no entanto, ocasionando um abcesso, levando as famílias a sofrerem maior precariedade e pobreza.

Tanto que, levou-as a construírem suas moradias nas margens do rio Anil da cidade, com um curso de água com extensão de 13,8 quilômetros, que nasce ao sul de São Luís (MA), no bairro Aurora (Anil), percorrendo 55 bairros até a sua foz, na Baía de São Marcos, na região do Centro da capital (Wikipedia,2021). Deste modo, uma parte da população ocupou-se das margens do rio para a construção de suas casas, uma população de baixa renda, e sem ter outra opção para sobreviver, e outra parte instalou-se no manguezal do rio, sendo uma localização do rio totalmente cercada de poluição.

Famílias com uma realidade inumano, as construções das casas são de madeira e sobre a maré, rodeada de lixo. Diante do cenário, foram encontradas diversas mulheres que não tiveram momentos favoráveis para estudar e se qualificarem profissionalmente. Grande parte das mulheres mães solteiras, tendo que administrar o sustento de seus filhos, com uma remuneração baixíssima e na função de diarista, ou seja, como empregadas domesticas (MEC, 2011).

Explorando as características da região de Paraíba, encontra-se o município de Bayeux, o qual se identifica com a proposta do programa mulheres mil, por se tratar de uma comunidade que tem como renda principal advinda do trabalho árduo da pesca. Muitas famílias que tiram seus sustentos diários daquilo que pescam diariamente, os adultos se encarregam da pesca, enquanto o trabalho infantil também é exposto para a sustentabilidade familiar, crianças que ajudam na limpeza dos moluscos marinhos (mariscos).

Quanto as moradias, também tem uma infraestrutura precária, sem pavimentos nas ruas, sem saneamento básico e com abastecimento de água insuficiente para a população. Ademais, a água não tem tratamento, são reservatórios não industrializados, feitos pelos moradores, como tanques e caixas, e construídos próximos ao fosso e das hortas, e onde são aplicados os agrotóxicos sem a mínima orientação técnica, colocando a população em perigo, causando numerosas doenças. Outrossim, há mais complicações como, alcoolismo, uso de drogas e um visível número de pessoas com HIV (Vírus da Imunodeficiência Humana), considerado o terceiro maior do estado, neste quesito. Por estes motivos, esta região foi uma das contempladas a participar do programa mulheres mil, além de que, a articulação para uma política pública para as mulheres se fez necessária (MEC, 2011).

Posteriormente, segue-se com a identificação da região de Pernambuco, na qual a cidade contemplada foi Recife, mais especificamente, o bairro de Vila Chico Mendes, por se tratar de uma região da periferia, a qual vive sobre a sombra do medo e do barulho dos aviões que pousam no aeroporto muito próximo das moradias. No entanto, essas famílias não tiveram escolhas melhores, em 1991, 30 famílias de diversos bairros da capital construíram suas pequenas casas, feitas de papelão e tapumes. Por falta de uma política habitacional adequada, aluguéis altíssimos e salários inferior, impulsionou fortemente esta

população a se afastar e garantir ao menos um teto.

De acordo com o (Mec 2011), trata-se de uma região com uma memória arraigada dos confrontos com a polícia, dos enfiamentos para conquistar simplesmente os serviços básicos, de saúde e de infraestrutura. Por se tratar de uma região que acolhe mais de três mil moradores, as batalhas continuam, pois há décadas que essa população busca por visibilidade junto ao poder público, como: o direito à educação, à saúde e ao trabalho. Além de que, as ruas são estreitas, existe fortemente o preconceito, o tráfico e a violência, aos quais se misturam, com a resiliência, expectativas e oportunidades. E neste sentido, foram os fatores que atraíram o programa a inserir as mulheres desta região, por intermédio de cursos, a fim de qualifica-las e oportuniza-las a terem um futuro mais promissor.

Em sequência aos anos que seguiram, em 2019 o Programa Mulheres Mil deu sequência a essa política pública, e seguiu oportunizando outros estados e regiões do país, como, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, Campus Natal- Central, selecionando 30 mulheres para o curso ofertado de cuidador de idoso (IFRN, 2019), na sequência, no ano de 2022, o Instituto Federal do Maranhão (IFMA) em parceria com a Prefeitura de Caxias (MA), certificando 173 mulheres, nos cursos de Auxiliar de Biblioteca, Cervejeiro, Libras, Garçonete e Auxiliar Administrativo, e mais 132 mulheres nos cursos de Cuidador Infantil, Cuidador de Idoso, Auxiliar de Fiscalização Ambiental e Promotor de Vendas, totalizando 305 mulheres certificadas (IFMA; MA, 2022).

Em face a todos estes desafios e praticabilidade que foram divulgados, decorreremos ao nosso próximo passo, ou seja, compreender levemente os conflitos para serem implementadas políticas públicas para as mulheres. Ou seja, compreender levemente, por se tratar de um assunto complexo e extenso, apenas para um artigo, no qual não iremos nos aprofundar demasiadamente.

3 | POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS MULHERES NO BRASIL

Apesar de todas as transformações sociais ocorridas nos últimos anos, os polos principais de tensão ainda se manifestam na discriminação dirigida à mulher. [...] E algumas das contradições e paradoxos pertinentes a esse campo de tensão referem-se ao fato que, mesmo frente à evidente inserção das mulheres no mercado de trabalho, ao acesso à escolaridade e à capacitação profissional, ainda o que pesa nas relações é a questão de gênero. (CHIES, 2010, p. 526). Desde a década de 1960 os estudos sobre as mulheres têm ganhando espaço considerável em diversas áreas do conhecimento, mas, no campo das políticas públicas e sociais, ainda é gritante a falta de elaborações de políticas adequadas para assistenciar essa classe ainda invisível aos olhos da gestão pública do país.

De lá para cá os movimentos feministas em diversas partes do mundo têm chamado atenção para a secular condição subalterna das mulheres, que inseridas em uma sociedade patriarcal foram relegadas a uma posição secundária, encarceradas no espaço do privado

e afastadas da socialização. Por essas razões que, de acordo com o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, (2005), a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM/ PR) inaugurou em 1º de janeiro de 2003, um momento histórico para o Brasil, no que se refere à formulação, coordenação e articulação de políticas que promovam a igualdade entre mulheres e homens.

Neste sentido, o governo federal contribuiu significativamente para promover essas mudanças, de maneira que em julho de 2004 foi realizada a I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres (I CNPM), a qual se consagrou um marco na história das mulheres, e, contudo, a afirmação dos direitos das mesmas. Para além, da mobilização por todo o Brasil, uma quantidade de 120 mil mulheres tiveram sua participação, e contribuição nos debates para a construção das propostas a serem implantadas no Plano Nacional de Políticas para as mulheres, o qual, está sendo colocado em prática. Dessa forma, o plano compreende os enfrentamentos as desigualdades entre mulheres e homens, reconhecendo o papel indispensável do Estado, que, por meio de ações e do comprometimento assumido em 2002 pelo Presidente daquela gestão, Luiz Inácio Lula da Silva, através de políticas públicas, investe a estas e outras desigualdades sociais.

Ademais, ao desenvolver tais programas e ações é de notoriedade a mudança causadora na vida dessas brasileiras. De maneira que a Secretaria de Políticas para as Mulheres vem empreendendo no sentido de influenciar as diversas áreas do governo a projetar políticas e ações direcionadas e diferenciadas para mudar a realidade sobre a vida das mulheres e homens no Brasil. Contudo, expandindo a capacidade de que as políticas públicas, atendam especialmente aos direitos e necessidades das mulheres em toda sua inconformidade e seu cotidiano (Plano Nacional de Políticas Públicas para as Mulheres, 2005).

No entanto, conforme as autoras Marcondes e Farah (2020), as estruturas de condições institucionais compreendem diversos pontos. Sendo eles a integração entre setores governamentais, Estado-sociedade e as articulações intersetorial, participativa e federativa. De acordo com as autoras, a articulação federativa é organizada em cada política social, para viabilizar a autonomia dos entes federados e a coordenação governamental. Ressaltam ainda que, as diferentes capacidades institucionais de gestão dos entes subnacionais constituem elementos importantes para viabilizar processos de políticas públicas, bem como para inovar e retroalimentar este fluxo de decisões sobre as quais políticas públicas serão implementadas. Além disso, as autoras apontam que, estas articulações podem assumir inovações, em responsabilidade das interações entre sujeitos envolvidos e das condições permitidas de recursos, como: humano, financeiro, material, entre outros. Ademais, esses desafios no que tange as políticas públicas para as mulheres, ainda há de se considerar a temática igualdade de gênero, conforme Oliveira (2013) aponta:

Introduzir no sistema educacional brasileiro a temática da igualdade de gênero no currículo das escolas brasileiras e, dessa forma, transformá-lo; reconhecer as desigualdades entre mulheres e homens e suas implicações em elaborações e resultados de políticas; reconhecer que os papéis de gênero são variados na família, assim como na esfera pública, no mundo do trabalho e na comunidade; reconhecer que não é apenas na esfera reprodutiva feminina que se instalam as desigualdades entre os gêneros. Finalmente, resta destacar que os desafios vão muito além dos aqui mencionados, pois se trata de evidenciar a necessidade de mudanças profundas em relação à erradicação das desigualdades entre homens e mulheres, uma vez que os seus custos sociais, econômicos e políticos acabam por onerar não apenas as mulheres, mas toda a sociedade brasileira, e, sobretudo, comprometer as futuras gerações.

Para além de todos os desafios apresentados para uma elaboração de política pública para as mulheres, outro elemento de relevância a mencionar, ou seja, na elaboração de uma nova política pública, ou seja, na continuação de políticas públicas para as mulheres, que já estejam em prática, é a incompreensão no que se refere a mudança da gestão. Isto é, sempre que há uma troca dos responsáveis da área, haverá um impasse em torno desta problemática implantação. A título de exemplo é o Conselho Nacional de Direitos da Mulher (CNDM), o qual destinou-se em âmbito nacional, elaborar políticas para empreender na eliminação e descriminação da mulher, viabilizando condições de liberdade e de igualdade de direitos e plena participação nas práticas políticas, econômicas e culturais do país (CNDM). Estabelecido e vinculado ao Ministério da Justiça, com autonomia administrativa e financeira, organizado em Conselho Deliberativo, Assessoria Técnica e Secretaria Executiva. Subsequente instituindo-se o Fundo Especial dos Direitos da Mulher (FEDM), destinado a gerir recursos orçamentários e extra orçamentários e a financiar as atividades do CNDM.

Outrossim, o CNDM passa a dispor de autonomia limitada para contratar profissionais especializados e consultorias técnicas e administrar o seu patrimônio, posto pelo decreto nº 91696, de 27 de setembro de 1985. Subsequente a essas mudanças e autonomias aprovadas por leis e decretos, as quais causam progresso ou retrocesso das políticas públicas de qualquer assunto, no entanto, especialmente no assunto que diz respeito às mulheres. Ou seja, dependerá sempre de quem está à frente destas políticas públicas e por quanto tempo será essa gestão. E a pouca inserção feminina na política, é outro agente que dificulta este avanço as políticas públicas para as mulheres. De maneira que, as políticas públicas deveriam ser criadas para proteger as carências da população feminina, impondo a igualdade de gênero e garantir a vida e espaços da mulher, além de combater o preconceito, entre outras perseguições.

Dito isso, analisando o comportamento de uma ou outra gestão, citando a governança do governo José Sarney no final de sua gestão, na qual, ele estabelece mudanças substanciais no Conselho Nacional, comprometendo consideravelmente a

autonomia e o orçamento do CNDM dentro do ministério, e rejeitando recomendações das representantes dos movimentos de mulheres para a renovação do conselho. Por outra perspectiva, a presidenta Jaqueline Pitanguy reage a essas medidas, renunciando e sendo acompanhada pela renúncia também de todas as outras conselheiras representante da sociedade civil (Pontes e Damasceno, 2017). As autoras corroboram ainda, sobre a análise do governo Collor de Mello, 1990 que termina com as restantes prerrogativas do Conselho. E sem se opor a isso, na gestão seguinte, o governo de Fernando Henrique Cardoso, não obstante as imposições do movimento de mulheres, determina que, o conselho permaneça sem expansão na política e financeira.

Logo, para os (as) idealizador (as) das políticas públicas, assim como dos programas e dos projetos com a finalidade de inserir as mulheres na educação, desenvolvimento e sustentabilidade é importante compreender o cenário e as responsabilidades que estão assumindo, bem como as continuidades e descontinuidades das políticas públicas, além do mais o antagonismo sempre será que, independentemente da posição política que este (a) gestor(a) se encontra, isto é, sendo conservador ou não, os direitos da mulher devem ser respeitados.

Corroborando com os apontamentos, Bandeira (2014), expôs que, o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres pressupõe a transversalidade na sua elaboração, gestão e implementação, ainda complementa a autora:

Temos, portanto, está como uma estratégia que deve ser articulada por três dimensões: i. com os órgãos de governo (intersectorial – horizontal); ii. Entre os governos federal, estaduais, municipais e distrital (federativa e vertical); e iii. Entre Estado e a Sociedade civil (participação e controle social – vertical). Pretende-se, por seu meio, consolidar o compromisso das políticas do Estado brasileiro com a igualdade; fortalecer os Mecanismos e os Organismos de Políticas para as Mulheres, garantindo-se recursos orçamentários, humanos e de infraestrutura, como forma de ampliar a capilaridade das políticas para as mulheres e forjar novas estratégias de diálogo e participação social.

De acordo com a autora, o conceito de transversalidade é uma tradução de gender mainstreaming (integração de gênero), adotada pelas Nações Unidas na Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial das Mulheres, realizada em Beijing, China, em 1995. Relata ainda, que esse conceito sofre transformações e, no Brasil, está sendo utilizado com o propósito de garantir e agregar o desenvolvimento do estado das mulheres em todas as influências da sociedade, tanto, política, cultural, social e econômica, repercutindo nas esferas jurídicas e administrativas, praticando mudanças relacionadas à remuneração, acesso à educação, à saúde, e segurança social, bem como, partilhando as responsabilidades profissionais, familiares e doméstica e a inquirição de compatibilidade nos processos de decisão (Bandeira, 2014).

Diante dos expostos, as políticas públicas e sociais, são vistas como obstáculo organizacional e/ ou gerencial. Os diferentes métodos que pautam as políticas públicas e os

desafios relativos a respeito e confiança, aos impedimentos de incentivos e financiamentos são a base que sustenta essa confrontação, que se dá por meio de elaborar estratégias, não para favorecer a equidade e igualdade de gênero, mas sim, para esmiuçar redução de custo no processo de elaboração e implantação dessas políticas públicas e sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste ensaio, procuramos lançar olhares para o Programa Mulheres Mil que tem como objetivo a implantação de uma política pública para as mulheres em situação de vulnerabilidade e extrema pobreza. Neste sentido, tal política pública, tem como propósito profissionalizá-las e qualificá-las para que possam serem inseridas na educação, no mundo do trabalho remunerado e na sociedade. O Programa abrange, num primeiro ensaio, as regiões do norte e nordeste do Brasil, beneficiando mulheres de extrema pobreza, vulneráveis, violentadas domesticamente e por uma sociedade machista. Onde o desafio desta política pública é conseguir ultrapassar essa onda conservadora e de longevidade e recriar a esperança num projeto de sociedade justa e solidária, mobilizando, e incentivando sobretudo as mulheres. Esperamos que as ideias se voltem a entusiasmar essa classe pelo gosto da participação e tomada de sua consciência política na sociedade e regaste em cada uma a noção de mobilização e luta por uma sociedade mais equânime, de igualdade, pública e voltada para as mulheres carentes.

Um fator essencial para que haja esse acontecimento destes programas de políticas públicas para as mulheres, é levar em conta as particularidades de suas carências, de suas lutas e as suas verdadeiras necessidades. A proposta também nos coloca que a viabilidade desta política pública, pelo viés do programa mulheres mil, estão unidos para tomada de decisões para um crescimento regional; essa junção tem grande relevância para o progresso de todo o país. Posto que, em cada era da história os acontecimentos registram as etapas evolutivas da humanidade e também de avanços em relação a inserção das mulheres na educação, sociedade e desenvolvimento econômico de seu país.

Visto que, são etapas com avanços lento, como reflete uma passagem da música escrita por um cantor/compositor brasileiro chamado Lulu Santos, “ assim caminha a humanidade, em passos de formiga e sem vontade” A letra de “Assim Caminha a Humanidade”, é uma reflexão acerca da dificuldade da humanidade em lidar com seus conflitos, e que de certa forma, reflete neste contexto diante do vagaroso processo em relação a políticas públicas e sociais, na inserção das mulheres, tanto na educação, quanto na equidade e igualdade de gênero.

Afinal, para os (as) gestores (as) das políticas públicas, assim como dos programas e dos projetos com finalidades de inserir as mulheres na educação, desenvolvimento e sustentabilidade é importante compreender o cenário e as responsabilidades que estão assumindo, bem como os resultados almejados.

REFERÊNCIAS

BANDEIRA, Lourdes M. Políticas públicas para mulheres: mulheres e sustentabilidade. **Cadernos Jurídicos**, [s. l], v. 38, n. 38, p. 165-181, jan. 2014. Disponível em: <<https://www.tjsp.jus.br/download/EPM/Publicacoes/CadernosJuridicos/38vd%2012.pdf?d=636688301325046003>>. Acesso em: 17 jul. 2022.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC.Org.). **Programa Nacional Mulheres Mil**: o programa da setec/ mec visa a oferecer formação profissional e tecnológica de mulheres em situação de vulnerabilidade social.2011. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/programa-mulheres-mil>>. Acesso em: 17 jul. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE) (ORG.). Disponível em: **Cidades. ibge.gov.br**: cidades e capitais.2017. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 17 jul. 2022.

INSTITUTO FEDERAL DO MARANHÃO (IFMA); PREFEITURA DE CAXIAS (MA).2022. Disponível em: <<file:///C:/Users/Usuario/Desktop/MULHER%20%E2%80%93%20Prefeitura%20de%20Caxias%20e%20IFMA%20concluem%20entrega%20de%20305%20certificados%20do%20Programa%20Mulheres%20Mil%20-%20Prefeitura%20Municipal%20de%20Caxias%20-%20Municipal%20de%20Caxias.html>>. Acesso em: 03 de set.2022.

INSTITUTO FEDERAL RIO GRANDE DO NORTE (IFRN).2019. Disponível em: <<https://portal.ifrn.edu.br/campus/natalcentral/arquivos/edital-no-10-2019-dg-cnat-mulheres-mil/view>>. Acesso em: 03 de set.2022.

CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA MULHER (org.). **Lei n. 7.353, de 29 de agosto de 1985**. 1985. Disponível em: <<https://dibrarq.arquivonacional.gov.br/index.php/conselho-nacional-dos-direitos-da-mulher-brasil#:~:text=A%20lei%20n.º,7.353%2C%20de%2029%20de%20agosto%20de%201985%2C%20criou%20o%20Conselho,nas%20atividades%20pol%C3%ADticas%2C%20econ%C3%B4micas%20>>. Acesso em: 28 jul. 2022.

HADDAD, Fernando. Ministério da Educação: **PORTARIA Nº 1.015, DE 21 DE JULHO DE 2011**. Disponível:<http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=8589-portaria1015-220711-pmm-pdf&category_slug=agosto-2011-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 17 jul. 2022.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC.Org.). Ângela Maria Mesquita Fontes. Plano Nacional de Políticas Mulheres. 2005. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/pnpm_compacta.pdf. Acesso em: 17 jul. 2022.

PORTAL INSTITUTO FEDERAL BRASILIA (IFB, Org.). **Cursos e Formação continuada**: FIC. 2022. Disponível: <<https://www.ifb.edu.br/extensao2/196-estude-no-ifb/escolha-o-seu-curso/6020-cursos-de-formacao-inicial-e-continuada-fic>>. Acesso em: 17 jul. 2022.

ENCICLOPÉDIA LIVRE (Brasil). Wikipédia. **Rio Anil**: historial de revisões.2019. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Rio_Anil. Acesso em: 17 jul. 2022.

GOMES, Amara Vitória da Silva *et al.* VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER: trajetórias das políticas públicas de enfrentamento à violência no Brasil. **Caderno Humanidades em Perspectivas**: II Simpósio de Pesquisa Social e II Encontro de Pesquisadores em Serviço Social, Pernambuco, p. 1- 11, dez. 2019. Disponível: <file:///C:/Users/Usuario/Downloads/calbiero,+17+-+VIOL%C3%8ANCIA+CONTRA+A+MULHER.pdf>. Acesso em: 17 jul. 2022.

MARCONDES, Mariana Mazzini; ARAÚJO, Maria Arlete Duarte de; SOUZA, Washington José de; NASCIMENTO, Clara Carolina Cândido do. Transversalidade de gênero em políticas públicas no Rio Grande do Norte (2003-2021). **Revista de Administração Pública**, [S.L.], v. 56, n. 3, p. 373- 392, jun. 2022. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/0034-761220220018>.

MARCONDES, Mariana Mazzini; DINIZ, Ana Paula Rodrigues; FARAH, Marta Ferreira Santos. Transversalidade de gênero: uma análise sobre os significados mobilizados na estruturação da política para mulheres no Brasil. *Revista do Serviço Público*, [S.L.], v. 69, n. 2, p. 36-62, 29 jun. 2018. Escola Nacional de Administração Pública (ENAP). <http://dx.doi.org/10.21874/rsp.v69i2.2297>.

OLIVEIRA, Eleonora Menicucci de Oliveira. Dez anos de políticas para mulheres: avanços e desafios. In: 10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma. SADER, Emir (org.). São Paulo, SP: Boitempo, 2013.

PONTES, Denyse; DAMASCENO, Patrícia. AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MULHERES NO BRASIL: avanços, conquistas e desafios contemporâneos. Florianópolis, p. 1-11, 2017. Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2017, ISSN 2179-510X disponível: <http://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/recursos/anais/1498660593_ARQUIVO_artigomundodasmulheres.pdf>. Acesso em: 17 jul. 2022.

POLÍTICA SOCIAL: A ASSISTÊNCIA SOCIAL E SUA INTER-RELAÇÃO COM A POLÍTICA DE TRABALHO

Data de aceite: 01/09/2023

Isabel Graciele Padoin

Aluna do Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Santa Maria (doutorado), Professora de sociologia do Instituto Federal Farroupilha – Campus Jaguari

Andressa Correa Bernardon

Doutora em Serviço Social – PUC/RS.

Larissa Ramalho Pereira

Doutora em Serviço Social PUC/RS.
Professora do Curso de Serviço Social da UFSM

INTRODUÇÃO

Esse estudo é fruto de uma revisão bibliográfica que tem por objetivo estudar de que forma pode-se associar a Política do Trabalho com a Política de Assistência Social na sociedade brasileira, justificando-se a relevância desse estudo com a importância de produzir informações científicas sobre essa temática. Acredita-se, ser de fundamental acuidade que se compreenda como essas duas políticas públicas se conectam, de modo a

entender como vem sendo construídas e organizadas.

POLÍTICAS PÚBLICAS E O CENÁRIO BRASILEIRO

Quando se fala em política pública é importante salientar que essa surge nos pós Segunda Guerra Mundial na Europa e nos Estados Unidos, sendo um marco ou linha de orientação para a ação pública sob responsabilidade de uma autoridade também pública, sob o controle da sociedade. Logo, é algo que compromete tanto o Estado, quanto a sociedade, uma vez que deve influir em uma realidade concreta que precisa ser mudada. Destaca-se que a política social é uma espécie de gênero da política pública, já que envolve dinâmicas variadas de relações entre o Estado e a sociedade, que objetivam tornar aplicáveis os direitos sociais declarados e garantidos nas Leis, que, comumente, são conquistados pela sociedade (PEREIRA, 2009).

As políticas públicas devem

pautar-se pelo princípio do interesse comum ou público, da soberania popular, de modo a satisfazer as necessidades sociais, guiando-se pela racionalidade coletiva, onde o Estado e a sociedade desempenham papéis ativos, dado o envolvimento de diferentes atores governamentais e não-governamentais. Para tanto, “*está relacionada a conflitos de interesses e é resultante de decisões que visam administrar conflitos*” (PEREIRA, 2009).

Por conseguinte, a participação do governo é importante na criação e no processamento das políticas públicas, todavia, é indiscutível ressaltar que os setores comerciais, as instituições de caridade e os grupos de interesses particulares exercem influências diretas sobre as escolhas e ações governamentais, demonstrando, assim, que existe um espaço de reciprocidade e antagonismo do Estado com a sociedade, sendo esse um lugar da disputa de grupos de interesses concorrentes (BEHRING & BOSCHETTI, 2008). Deste modo, é preciso compreender que ao analisar uma política pública:

(...) o principal foco analítico está na identificação do tipo de problema que a política pública visa corrigir, na chegada desse problema ao sistema político (politics) e à sociedade política (polity), e nas instituições/regras que irão modelar a decisão e a implementação da política pública (SOUZA, 2006, p.21).

Observa-se, igualmente, que para a construção de políticas públicas é indispensável refletir sobre a questão da cidadania, ou seja, a auto representação dos indivíduos como sujeitos de direitos, que irá limitar suas garantias políticas e sociais. É importante saber que a cidadania se encontra diretamente atrelada à democracia, já que busca, por meio de processos responsivos, pressionar o poder público para que cumpra seu papel, fazendo com que os indivíduos, por meio do seu poder de ação, intervenham de forma positiva na construção do bem-comum. Logo, a cidadania envolve ações ousadas capazes de modificar o rumo das coisas, contribuindo para a concretização de um sistema democrático justo e equitativo.

No Brasil, a democracia convive com a existência de desigualdades sociais intoleráveis, comprometendo o destino de milhões de pessoas que são praticamente obrigadas a viver indignamente. Moisés esclarece que (apud Plasencia, 2001), na sociedade brasileira, o sistema democrático comporta uma distribuição profundamente desigual, não só dos bens materiais, mas também, dos recursos simbólicos e de poder. Tal situação, compromete a concretização da cidadania, que não pode ser vista como uma realidade, mas continua sendo um direito a ser conquistado pelo conjunto da população.

De acordo com Baquero (1998) a democracia política brasileira ainda é frágil, pois os direitos básicos efetivos não são garantidos a todos os indivíduos. Não há uma cultura política enraizada neste país, uma vez que as pessoas não demonstram lealdade e apoio aos princípios democráticos. A ausência de tais elementos pode criar obstáculos à estabilidade democrática, gerando incertezas.

As pessoas não têm o hábito de participar de assuntos políticos. Na verdade,

delegam funções a instituições e acreditam que estas cumprem seus devidos papéis. Tem-se, assim, no Brasil, a predominância de políticas conturbadas e fragmentadas.

Tais características são formadas historicamente, desde a colonização do Brasil pelos portugueses, onde foram herdadas a maioria dos elementos da cultura Ibérica, como o patriarcado, o clientelismo, o patrimonialismo. Essa tradição traz para o Brasil uma burocracia falha, inadequada e ineficiente. Na visão de Faoro (2003), uma burocracia para se instalar em um território e ser satisfatória, necessita basear-se em procedimentos de racionalidade e impessoalidade. No Brasil, esse quadro era (é) completamente contrário, pois mesmo com a chegada da modernização e do capitalismo, todas as relações ocorrem de forma pessoal, estamentais, pautadas no prestígio e na honra das pessoas.

Para este teórico, quem sempre controlou e manipulou, tanto a política como a economia no Brasil foram os donos do poder, os quais deram origem a estamentos, formados por proprietários rurais fortemente influentes (aristocratas, oligarcas), dotados de grande capital financeiro e prestígio social. Estes sobrepujaram o econômico ao político e ao social, fazendo com que as pessoas não tivessem direitos, mas apenas deveres, compondo, portanto, uma massa de desvalidos.

Diante desse quadro, tudo é permeado por relações pessoais de poder, de mando e obediência. Não há divisão entre a esfera pública e a privada. O Estado é uma extensão do círculo familiar, regulado por uma ética de fundo emotivo. Na visão de Holanda (2005), não existe polidez nas relações, isto é, um respeito à formalidade, não há disciplina e ordem nas relações e nos lugares.

Outro teórico que traz essa mesma relação é DaMatta (1977), o qual elucida que o Brasil sempre configurou suas relações (e ainda configura) em hierarquias de privilégios, onde a estrutura burocrática é, em grande parte, irracional, na medida em que sempre se consegue dar um jeitinho para desviar-se das regras, que deveriam ser iguais para todos. Os status superiores baseiam-se no favoritismo, impossibilitando a formação de éticas horizontais. Logo, as regras universais são sempre distorcidas em prol de uma relação pessoal. As pessoas repudiam o anonimato e aspiram, veementemente, serem reconhecidas pelo lugar que ocupam na estrutura social e hierárquica (COSTA, 2005).

Contraopondo-se a tais aspectos, é preciso que haja mudanças nos pensamentos dos atores sociais, os quais têm de acreditar que intervindo na realidade podem mudar o rumo dos acontecimentos, opondo-se, fortemente, contra a apatia e a descrença de que suas ações nada podem transformar. Essa modificação de pensamentos passa a fortalecer o poder de participação dos cidadãos, enquanto ferramenta de transformação social.

Cabe elucidar que o processo de participação social pode ser visto como uma construção que não tem fim, ou seja, uma obra não acabada que precisa sempre de reajustes. Para tanto, a participação não é uma dádiva ou uma concessão, mas algo conquistado, que para ser obtido passa por diversos obstáculos.

O que se entende, então, é que o ato de participar, é, na verdade, um ato de luta, de

autopromoção dos indivíduos. Supõe, desse modo, compromisso, envolvimento, presença em ações vistas, por vezes, como arriscadas (DEMO, 1993). Requer, também, consciência crítica, autocrítica, buscando estabelecer uma disputa com o poder.

Vê-se, a partir disso, que a participação e a organização dos cidadãos é realmente relevante, uma vez que se concretiza como instrumento de rupturas de normas e valores que oprimem a sociedade, estabelecidos, comumente, pelas classes dominantes. Todavia, de acordo com o ponto de vista de alguns teóricos (BAQUERO, 2006), no Brasil, as pessoas não têm por hábito participar de processos políticos transformativos que se contraponham e rompam com as normas e valores estabelecidos pelos grupos de interesses dominantes que compõem os centros decisórios do Estado.

Nessa mesma perspectiva, o Estado, quando o assunto é participação, prefere que a sociedade mantenha-se desorganizada, uma vez que, assim, esta encontra-se enfraquecida, não fazendo reivindicações e nem alarmando confrontos. Dessa forma, como já elucidado, o Estado, juntamente com os grupos dominantes, não enfrentam forças contrárias significativas capazes de coibir os seus interesses e corrupções.

Observa-se, portanto, que é extremamente negativo o fato de a população não se sentir compromissada com o seu destino, deixando tudo sob a custódia do Estado. Isso faz com que o governo sinta-se eximido de seus compromissos, já que não há a efetiva pressão dos reais interessados. A prática democrática estabelece-se, assim, de modo deturpado, onde os indivíduos são usados e a pouca oposição que existe, é facilmente cooptada.

O que fica claro, nestas circunstâncias, é que a participação cidadã é um mecanismo que pode se opor à situação caótica, descrita acima, pois propicia o fortalecimento de interesses por parte dos atores sociais que, por meio de opiniões críticas conseguem distinguir as causas e as formas de injustiças presentes na sua vida. Destarte, a mobilização da consciência e a conquista de cidadania auxiliam a manter aceso o sentimento de indignação dos atores sociais, que passam a questionar, provocar e interferir na construção da sociedade. Saem da cultura da resignação, para a cultura da solidariedade, para a atitude e o gesto de reconhecer o próximo e a si, como sujeitos de direitos.

Caso contrário, as pessoas, ao invés de compor a cultura da reivindicação, encontram-se atreladas à cultura da dependência, do favor. Isso se apresenta como uma problemática, pois somente os sujeitos que se utilizam de instrumentos eficazes de pressão é que conseguem obter ações eficazes por parte do Estado, já que os indivíduos que não exercem nenhum tipo de pressão, tornam-se meros dependentes da ação estatal, buscando, com isso tentar, conseguir o mínimo indispensável à sua sobrevivência.

Tal individualismo, segundo Sennett (1988), é reflexo de uma sociedade fragmentada, onde a solidariedade se encontra fragilizada. De acordo com esta visão, o homem fecha-se em seus próprios objetivos e a esfera pública encontra-se cada vez mais atrofiada, incapaz de pensar em um contexto maior. Percebe-se que os indivíduos, na atualidade, estão saturados da esfera pública e a política passa a ser vista em termos psíquicos, tornando-

se difícil para o público perceber o que é, ou não, autêntico, restringindo, portanto, a sua participação.

Vê-se, aqui, o quanto a racionalidade e autonomia do Estado ficam comprometidas, já que as organizações de poder se limitam a determinados grupos minoritários, como já mencionado, historicamente hegemônicos. Isso demonstra o claro colapso do Estado enquanto unidade legitimamente reconhecida pela sociedade na regulamentação das relações sociais (BAQUERO, 1994). A instabilidade estrutural do Estado alimenta, fortemente, a fragilidade da política e da democracia. Na visão de alguns pensadores (BAQUERO, 2006), em grande parte dos países da América Latina, o que se vivencia são democracias meramente delegativas e não representativas.

Apesar deste desgaste do Estado, a única forma de diminuir com as práticas que causam a desigualdade social é por meio de sua ação. É mister, desse modo, segundo inúmeros teóricos, a criação de redes, tanto em sentido vertical, como horizontal, onde possam ser descobertos recursos e haja a mobilização destes, em prol do bem comum.

Como já salientado, no Brasil, as desigualdades sociais, em grande parte da história, sempre foram tratadas como algo ligado à vagabundagem, configurando-se, desse modo, como caso de polícia ou mero assistencialismo proveniente de algumas “almas caridosas”, que tinham pena dos mais pobres, e, assim, prestavam-lhe algum tipo de auxílio, cumprindo com os preceitos do Cristianismo de ajudar o próximo.

A condição de pobreza, dessa maneira, era entendida como algo natural, inevitável. Os pobres sempre foram julgados como imorais, irresponsáveis, preguiçosos, não-merecedores de atenção. Só se tornavam objeto de preocupação quando saíam ou eram arrancados de sua situação de conformismo e eram, assim, vistos como uma ameaça à ordem constituída.

Percebe-se que o setor social sempre esteve imbricado à problemática do trabalho, já que sempre foi feita uma distinção entre os tipos de população, ou seja, a diferenciação entre os mendigos e “vadios” capazes para o trabalho, e aqueles incapazes para o trabalho, separando-se também os “bons” pobres dos “maus” pobres. A emergência do Estado Social, capaz de gerir os riscos e as inseguranças daqueles que vivem do trabalho, pontua a questão do trabalho como um fator básico das definições dos direitos sociais, dado que esse está, portanto, no cerne da organização social e de sua integração hierarquizada (FILGUEIRAS, 1996). Assim,

(...) com o processo generalizado de assalariamento e de formação da classe operária, estabeleceu-se uma nova distinção: de uma lado, os trabalhadores empobrecidos, e, de outro, o “resíduo social” formado pelos indigentes e pelos que não têm trabalho regular. Resultou daí a bifurcação do mundo operário organizado e do mundo dos excluídos (ou, para utilizar uma distinção que se tornou famosa, as “classes trabalhadoras” e as “classes perigosas”) (FILGUEIRAS, 1996, p.15).

Nesse sentido, durante muitas décadas, não só no Brasil, como em muitos

outros países, os gestos assistenciais permaneceram apoiados na benemerência e no paternalismo, na medida em que, são as elites que têm o poder de decisão sob os auxílios e apoios financeiros destinados às organizações da sociedade civil de cunho caritativo.

No final do século XIX, foram formuladas mais claramente as críticas ao liberalismo que deixava ao encargo da sociedade e das iniciativas privadas as ações mais significativas no campo social: o Estado deveria criar medidas de proteção ao trabalho contra o funcionamento de mercado. Busca-se ressocializar a economia pela ação do poder público que estabelece medidas protetoras. A solidariedade poderia, assim, reaparecer fundada em outras bases, não mais em bases familiares, comunitárias ou religiosas, mas em bases propriamente políticas. Está em curso a politização do social (FILGUEIRAS, 1996, p.15).

Em termos de Brasil, a realidade social passa a modificar-se, parcialmente, com o fim da Ditadura Militar, quando a Assistência Social começa a ser pensada, enquanto política pública. Nota-se que essa é uma perspectiva bastante recente, que só se concretiza com a criação da Constituição Federal Brasileira de 1988. Nesse sentido, com o fim da ditadura militar, os segmentos mais pobres da população brasileira, passam a ter maior visibilidade, devido ao fortalecimento dos movimentos sociais que pressionavam e exigiam o atendimento de suas reivindicações, proporcionando, desse modo, o apoio à assistência social enquanto política pública, como estratégia de enfrentamento da desigualdade social.

Sendo assim, no período de 1980 crescem os debates, documentos, posicionamentos e proposições para que a assistência social seja inserida na Constituição de 1988, como política pública, efetivando-se como dever do Estado e direito do cidadão. Para tanto, a grande mobilização democrática e as crescentes exigências de inovação na área social, contribuíram, de maneira grandiosa, para que a assistência social se tornasse uma política pública constitucionalmente assegurada pertencente ao tripé da Seguridade Social, juntamente, com a Saúde e a Previdência Social (BRASIL, 1988).

Para que se efetivassem as regulamentações e a institucionalizações dos avanços obtidos com a promulgação da Constituição Federal foi fundamentalmente necessária a aprovação das Leis Orgânicas de cada política. Destaca-se que a Assistência Social foi a última a ter efetivada sua Lei Orgânica (em 1993), devido às inúmeras discussões políticas, sociais e econômicas, concomitantemente com a resistência de alguns grupos em aceitar que a assistência social fosse normatizada como política pública de seguridade social, passando a ser direito do cidadão e dever do Estado.

Apesar das resistências e oposições no dia 7 de dezembro de 1993, é sancionada a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), pautando-se na Lei 8742. Assim a Política de Assistência Social alcança o status de garantia constitucional, convergindo para o campo dos direitos, da universalização do acesso e da responsabilidade estatal. Configura-se, na visão de YASBEK (2004), como uma possibilidade de reconhecimento público das necessidades dos seus usuários, assegurando-se como direito não-contributivo propulsor

de cidadania.

Contudo, é pertinente destacar que mesmo com as leis obtidas via Constituição Federal de 1988 e com a implantação da LOAS, a Política de Assistência Social permaneceu repleta de ambiguidades, pois, ao mesmo tempo em que aponta como essencial a garantia dos direitos dos usuários, não consegue avançar e nem se legitimar por completo, devido à inserção do Brasil no modelo neoliberal, que busca enfraquecer e deslegitimar os direitos obtidos no campo social, bem como retraindo ao máximo os investimentos direcionados ao campo social (YASBEK, 2004).

Sendo assim, frente a todos esses obstáculos e reducionismos ligados à Política de Assistência Social, impostos por questões de ordem estrutural, assevera-se que existe um grande abismo entre os direitos constitucionais e sua devida efetivação. Para tanto, é com base nestas problemáticas, que em 2004, após intensas discussões nacionais é aprovada a nova Política Nacional de Assistência Social objetivando a implementação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

A implantação do Sistema Único de Assistência Social é resultado de 11 anos de formulação e muitos debates relacionados à Política de Assistência Social. Em 2003, na IV Conferência Nacional, surgem propostas para a construção efetiva do SUAS a partir da contribuição das ideias de vários Estados e Municípios, interrompendo, assim, a construção de programas sociais executados de cima para baixo, priorizando, agora, portanto, as necessidades reais e as especificidades locais.

Em 2005, é promulgada a Norma Operacional Básica (NOB/SUAS) que respalda a implantação deste sistema. Objetiva regulamentar a gestão do SUAS, bem como fortalecer o caráter da Política de Assistência Social como uma política de Estado, de direito dos cidadãos. Busca, com isso, uma nova cultura institucional, onde possa haver reordenação nas ações, e as atividades se voltem para a centralidade na família, sejam descentralizadas político-administrativamente, territorializadas, informatizadas, monitoradas, avaliadas e sistematizadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebe-se, portanto, que é de extrema necessidade uma redefinição das relações entre o Estado, a sociedade e os diferentes grupos sociais. O envolvimento dessas três esferas é essencial para a construção de uma sociedade mais equitativa e justa, com políticas e programas eficientes, onde seja criado um espaço público que seja universal e social, como diria Plasencia (2001) “de todos para todos. Essa reorganização e reestruturação do espaço público é efetivamente importante para equilibrar as relações entre o Estado, o mercado e a sociedade civil.

Observa-se, diante do que fora exposto, que a assistência social enfrentou inúmeras resistências para ser legalmente reconhecida como DIREITO. Logo, a sua implementação também é um processo bastante complicado, porque ela é uma “política em constante conflito com as formas de organização do trabalho.

Deve-se esclarecer que a assistência social como política pública ainda guarda

traços de ajuda, confundindo assistencialismo, assistência e benemerência, aspectos diretamente vinculados a caridade cristã, que sempre praticou a seleção dos pobres com base na distinção entre “bons e maus”, ou seja, aqueles que deveriam ser colocados em alguma instituição de caridade para serem incluídos, por meio da disciplina, do trabalho forçado, das orações (WORKHOUSES) e aqueles que deveriam ser excluídos, por ser estigmatizados como estrangeiros e vagabundos, os quais deveriam sair das cidades e voltar aos seus locais de origem sob repressão policial.

O código de trabalho é formulado em oposição explícita ao Código da assistência. Logo, “assistência e trabalho, se configuram nas regulações da ordem social e na organização social do trabalho então predominante: Assistência mínima aos inválidos e trabalho forçado aos válidos” (BOSCHETTI, 2003, p. 54). Os critérios sempre foram muito restritivos e seletivos para que as pessoas tivessem acesso às medidas assistenciais.

Com o fim da ditadura militar, a questão social passa a ter maior visibilidade, devido ao fortalecimento dos movimentos sociais que cada vez mais tendem a pressionar e exigir o atendimento de suas reivindicações, proporcionando, desse modo, o apoio à assistência social enquanto política pública, como estratégia de enfrentamento da questão social e de se suas expressões, sobretudo, a desigualdade social. Crescem os debates, documentos, posicionamentos e proposições para que a assistência social seja inserida na Constituição de 1988, como política pública, efetivando-se como dever do Estado e direito do cidadão.

REFERÊNCIAS

BAQUERO, Marcello. **As múltiplas faces da desigualdade**: capital social e empoderamento na América Latina. http://www.sociologia.ufsc.br/npms/marcello_baquero.pdf. Acesso em: 20 de dezembro de 2009.

_____. (Org). **Cultura Política e Democracia**- Os desafios das sociedades contemporâneas. Porto Alegre: Ed. Universidade/ UFRGS, 1994. 138

_____. (Org). **Democracia, Juventude e Capital Social no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

_____.; CREMONESE, Dejalma (Orgs). **Capital social**: teoria e prática. Ijuí, Ed. UNIJUÍ, 2006.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política social**: fundamentos e história. São Paulo: Cortez, 2008.

BOSCHETTI, Ivanete (ORG). **Política Social no Capitalismo**: Tendências Contemporâneas. São Paulo: Cortez, 2009.

BOSCHETTI, Ivanete. **Assistência Social no Brasil: um direito entre originalidade e conservadorismo**. Editora atual: Brasília, 2003

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional de Assistência Social**. Brasília, setembro de 2004.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Norma **Operacional Básica - NOB/SUAS**: Construindo as bases para a implantação do Sistema Único de Assistência Social. Brasília, julho de 2005.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 05 de outubro de 1988.

_____. Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993. **Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS)**, Brasília, DF, 1993.

_____. Tribunal de Contas da União- **Orientações para Conselheiros da Área de Assistência Social/ Brasília**: TCU, 4ª Secretaria de Controle Externo, 2007.

COSTA, Maria Cristina Castilho. **Sociologia**: Introdução à Ciência da Sociedade: São Pa CORTES, Soraya Vargas. **Policy community defensora de direitos e a transformação do Conselho Nacional de Assistência Social**. Sociologias, Porto Alegre, v. 17, n. 38, p. 122-154, Apr. 2015 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222015000100122&lng=en&nrm=i>. Acessado em: 06 Setembro. 2015.ulo: Moderna, 2005, p.189-207.

DEMO, Pedro. **Participação é conquista**. São Paulo: Cortez, 1993.

_____. **Pobreza da pobreza**. Petrópolis, RJ. Ed. Vozes, 2003

DAMATTA, Roberto. **Carnavais, malandros e heróis**: para uma sociologia do dilema brasileiro. Rio de Janeiro: Rocco, 1977 (p. 15-42; 189-239).

FILGUEIRAS, Cristina A. C. **Trabalho, sociedade e políticas sociais**. Revista Serviço Social e Sociedade , São Paulo: Cortez, n. 49, ano XVI, 1995

HOLANDA, Sergio Buarque de, **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

MACHADO, Loiva Mara de Oliveira. **Controle Social da Política de Assistência Social**- Caminhos e Descaminhos. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2012.

PASE, Hemerson Luiz. **Capital Social e Empoderamento**. http://www.sociologia.ufsc.br/nrms/hemerson_luiz_pase.pdf. Acesso em 20 de outubro de 2009.

PEREIRA, Potyara A.P, **Política Social**: Temas e questões. São Paulo: Cortez, 2009.

PLASENCIA, Janett Ramírez . **Cidadania em ação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

PUTNAM, Robert. D. **Comunidade e Democracia** – A Experiência da Itália Moderna. Rio de Janeiro, Ed. Fundação Getulio Vargas, 2002.

SENNETT, Richard. **O declínio do homem público** – as tiranias da intimidade. São Paulo: CIA das Letras, 1988.

SOUZA, Celina. **Políticas públicas**: uma revisão da literatura. Sociologias, Porto Alegre, n. 16, p. 20-45, Dec. 2006 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S151745222006000200003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 06 Setembro de 2015.

YASBEK, Maria Carmelita. O Serviço Social como Especialização do Trabalho Coletivo. In: **Capacitação em Serviço Social e Política Social**. Brasília: CEAD, p. 87 – 99, 2004.

PENSAMENTO MILITAR BRASILEIRO E SUA RELAÇÃO COM GERENCIALISMO E AS GUERRAS DA 4ª GERAÇÃO: UM ENSAIO ELUCIDATIVO

Data de aceite: 01/09/2023

Heraldo Makrakis

Professor Ensino Básico Técnico e Tecnológico do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS)– Campus Canoas
<http://lattes.cnpq.br/7568591353689496>
<https://orcid.org/0000-0002-2714-7112>

RESUMO: O pensamento militar tem servido de framework para se teorizar e estabelecer modelos as questões sobre Relações Cívico-Militares. Supõe-se que estes saberes têm implicações na forma como as forças militares são comandadas e concebidas, o que é fundamental para a efetividade do aparato militar. No caso brasileiro pode-se atribuir uma longa tradição do pensamento militar do Exército Brasileiro (EB) tendo como inspiração a corrente epistemológica positivista. Este pensamento passou por diversas reconfigurações respondendo aos contextos históricos, adaptando-se e sendo reinterpretada as prioridades dadas para sua missão. Recentemente constata-se no ideário militar do EB aspectos das Guerras de 4ª Geração e do Gerencialismo (duas faces da mesma moeda). O presente ensaio propõe elucidar a permanência do pensamento militar positivista no processo

de transformação militar do EB que conduziu a adesão ao Gerencialismo e as Guerras da 4ª Geração (G4G), duas faces da mesma moeda. A abordagem se apoiará nas evidências das transformações doutrinárias, de composição das carreiras militares e seus processos formativos. Elege-se como roteiro argumentativo os seguintes tópicos: 1) o pensamento militar e suas correntes; 2) o positivismo do Exército Brasileiro; 3) o Gerencialismo e a G4G nas transformações no EB. Como considerações finais aponta-se a perenidade do Pensamento militar positivista traduzido hoje com o duplo G4G e Gerencialismo.

INTRODUÇÃO

Gerencialismo e Guerra de 4ª Geração são conceitos científicos emergentes. O primeiro, tem como objeto de estudo a Sociologia, e o segundo, Estudos Estratégicos.

O Gerencialismo envolve a ideia, o pensamento de superioridade da tecnologia gerencial e daqueles profissionais que tem o seu domínio, especialmente a de negócios, sobre outras técnicas como

as noéticas – aquelas que se atribuem a possibilidade de mudar o comportamento das pessoas a exemplo da Arte Política e a Arte do Comando.

No que se refere a Doutrina da Guerra de 4ª Geração, é a ideia de que a evolução da Guerra tem um sentido histórico irreversível seguindo uma seta no tempo. Estas gerações se sucederiam como a guerra de primeira geração, que foi uma guerra de cavalos e mosquetes, como as “desde a Paz de Westphalia até as Guerras Napoleônicas”. A guerra de segunda geração foi a guerra de rifles e ferrovias que evoluiu da Guerra Civil Americana para a Primeira Guerra Mundial. A guerra da terceira geração foi a da Blitzkrieg, Teoria da Manobra ou Arte Operacional na Segunda Guerra Mundial. O advento da Guerra de 4ª Geração (G4G) foi percebida nos conflitos da Guerra Fria, na qual as superpotências tiveram dificuldades para vencer as redes das Guerras Irregulares em seus diversos formatos como Golpe de Estado, Terrorismo, Revolução, Insurgência e Guerra Civil. Deste modo se propõe que a melhor forma de vencer uma rede é por intermédio de uma rede (JORDAN et al., 2016). Para operar a rede o conflito seria caracterizado por uma indefinição das linhas entre guerra, política, negócios, combatentes e civis.

Apesar de terem origens em ambientes de estudos distintos, a Sociologia e os Estudos Estratégicos, eles se conectam em um ponto em comum. Ambas são ideologias que foram produzidas para justificar o neoliberalismo e estão imbricadas no projeto da perspectiva de uma Economia Política.

No caso estudado do Exército Brasileiro (EB) se buscará argumentar sobre as seguintes premissas e hipóteses: 1) a configuração do pensamento militar e suas correntes; 2) o positivismo do EB; 3) o Gerencialismo e a G4G no processo denominado “Transformation” no EB.

1 | O PENSAMENTO MILITAR E A DOUTRINA MILITAR.

Pensamento Militar

O termo Pensamento Militar é um conceito difuso podendo levar a compreender que se trate de correntes epistemológicas, crença, ideologia, cultura, conhecimento ou doutrina. O pensamento pode ser visto na perspectiva individual, estudada pela psicologia; ou um sistema de ideias ou ideologias, objeto da sociologia.

Na perspectiva do construtivismo social e interacionismo simbólico, que busca superar esta dicotomia individual e social, apresenta-se o trabalho de Moscovici das Representações Sociais. Denise Jodelet define este campo científico como “*uma forma de conhecimento, socialmente desenvolvida e compartilhada, com finalidade prática e contribuindo para a construção de uma realidade comum a um todo social*”. Assim, a representação social não é uma opinião e sim um sistema teórico de senso comum de como o mundo funciona. No caso da sociedade militar moderna também se faz oportuno

trazer o conceito de Doutrina militar para uma teorização.

Neste caso é indicada a conceituação dada por (HOIBACK, 2013): “*crenças institucionalizadas sobre o que funciona em guerra e operações militares*”. O autor também explica sua anatomia constituída de:

i) Teoria que se baseia em suposições de como a Guerra funciona e o que leva à vitória em um dado contexto. O autor distingue as abordagens epistemológicas da Doutrina em fundamentalistas e “coerentistas”.

As doutrinas fundamentalistas tentam resolver os quebra-cabeças epistemológicos com uma abordagem Analítica de Aristóteles. Um encadeamento lógico num sistema fechado no qual a correta organização das proposições resulta numa conclusão unívoca. Por outro lado, as doutrinas “coerentistas” não aceitam fundações epistemológicas inquestionáveis fora do próprio discurso militar, contudo não toma como verdade uma opinião particularizada. Em outras palavras, não se adota o relativismo radical epistemológico; o silogismo adotado é o da dialética aristotélica e retórica, com o objetivo de reconstruir os fenômenos para explicá-los por teorias e modelos (MAZZOTTI et al., 2014). Um raciocínio coerente em seu encadeamento interno e fundamentado em ideias que alcançam uma conclusão admissível, que permitem a crítica e passível de refutação. Em suma, como se pensam a Guerra? Dogmas ou Docência (Bildung)?

ii) Cultura ou aspectos A-rationais. O conceito abstrato que o autor indica como “tudo que na sociedade humana seja socialmente em vez de biologicamente transmitido”. Aqui se adotará a definição um termo usado na sociologia para denotar o modo de vida de uma sociedade. Os modos de comunicação do saber nas sociedades em rápida transformação e aos objetos simbólicos produzidos por uma sociedade para veicular valores.

iii) Autoridade. Os aspectos de mandado que as sociedades emprestam as Forças para o uso da violência. Como se organiza o mandado para constituir as forças militares?

Desta forma, o pensamento militar é uma representação social dos militares a respeito dos fenômenos militares como a guerra, a estratégia, a teoria militar, a forma como eles percebem o Estado e como pensam, elaboram e validam a Doutrina em uma perspectiva epistemológica fundamentalista ou coerentista. Como um sistema organizado e validável de conhecimentos, o pensamento militar foi influenciado pelas correntes filosóficas e epistemológicas ocidentais: o Iluminismo e a Romancismo (GAT, 2001).

As correntes do Pensamento Militar

O Iluminismo é a corrente epistemológica que se propõe a compreender o mundo pelo racionalismo. O teórico que é tomado como referência é (JOMINI, 1838) com a obra “*Precis de L’Art de la Guerre*”. Na análise (SHY, 1986), a Guerra era um fenômeno regido por princípios invariáveis, subjacentes as leis da natureza e universais e os critérios de validação seriam os mesmos das Ciências da Natureza. Nota-se que do Iluminismo é

nascente no meio militar na École Polytechnique de Paris (L'X), o Positivismo francês, uma corrente que considerava que os de então e que inspirou a criação das escolas militares do mundo ocidental.

Esta corrente filosófica consolidada nas doutrinas militares na I Guerra Mundial foi formalizada como Doutrina nos trabalhos do Marechal Ferdinand Foch. Esta doutrina propôs os Princípios de Guerra. Uma abordagem epistemológica fundamentalista teorizada pelo General Gamelin denominada de “bataille conduit” – a batalha metodológica como um processo que esquematizava passo a passo os movimentos, as posições e os dispositivos geometricamente calculados. Desta forma o positivismo militar ultrapassa a especulação de uma teoria da vitória e se transforma em um dogmático receituário conhecido como o “Método”.

O Romancismo foi uma contracorrente do Iluminismo/Positivismo que tinha uma compreensão sobre o que significa conhecer a realidade distinta do positivismo. Ela buscava revelar uma ordem inescapável do Universo estabelecendo formas de compreender um mundo mutável e caótico.

Nesta corrente do pensamento militar destaca-se o trabalho de Clausewitz. Este não se fundamenta em Leis universais mas sim na argumentação (Dialética e Retórica) pelo processo de modelagem, que é um processo de metaforização, pois comparam o que se pretende explicar – o tema – com algo conhecido – o foro (BLACK, 1962) como por exemplo a tríade com os elementos fundamentais da guerra como: paixão/Povo, criatividade e aleatoriedade/Forças Armadas e razão/Governo (ECHEVARRIA-II, 2007 pag 71 a 88), (STRACHAN; HERBERG-ROTHER, 2007 pag 204)

Finalmente, a Guerra deveria ser tratada como um corpo de conhecimento autônomo na qual a Kritik é um aparato metodológico (DUARTE, 2008) e o Kriegsspiel (KIRSCHENBAUM, 2010), (WINTJES, 2017) uma ferramenta para reconstituir o fenômeno ou criar modelos.

Esta abordagem alternativa construtivista-retoricista de estudo sobre o pensamento militar, o conceito de Doutrina e os processos de Transformação aos trabalhos de (POSEN, 1984) e (FARRELL; RYNNING; TERRIFF, 2013) que se sustentam em uma base empírica histórica. Ela buscará compreender os discursos e as práticas por uma análise retórica e que o pensamento militar, as representações sociais, assimilam (ancoram) e se adaptam os contextos sociais históricos.

2 | O POSITIVISMO E O MÉTODO NO EXÉRCITO BRASILEIRO

As origens do ensino militar do Brasil se fundam no Positivismo não se afastando deste paradigma durante toda sua história. As reformas curriculares se centraram nos conteúdos programáticos e relegaram a segundo plano as questões epistemológicas e os processos de validação teóricos. A literatura sobre a evolução do ensino militar do

Exército Brasileiro (BRASIL. MINISTÉRIO DO EXÉRCITO. EME, 1994), (MOTTA, 1998), (GRUNENVALDT, 2005), (LUCHETTI, 2006), (MARCUSO, 2012), (NOGUEIRA, 2013), (XAVIER, 2017) e (OLIVEIRA; MATHIAS, 2020) aponta para a conservação do pensamento positivista e se consolida com a Missão Militar Francesa.

A MMF pela liderança de Gamelin, um modernizador do EB (DOMINGOS NETO, 2007), tem perene influência no pensamento militar brasileiro até a atualidade. A emulação francesa foi paulatinamente substituída pela estadunidense com um pensamento militar tão igualmente jominiana-positivista e conhecido como Methodical Battle (DOUGHTY, 1985) e que permeia o pensamento militar americano até a atualidade (YANCY, 2012). Após a II Guerra Mundial é selado um acordo geoestratégico com os Estados Unidos para a defesa do mundo livre (SVARTMAN, 2016).

A influência positivista americana foi relevante pela adoção do “Método” que se consolidou como a *raison d'être* nas ideias e pensamento militar nas diversas escolas militares. O Método ganha reforço com a introdução da didática e pedagogia behaviorista nas escolas militares, onde deixar de ser a técnica de solucionar problemas para ser o fundamento que se identifica a profissão. A pedagogia de Herbart, Bloom e Perrenaud é uma técnica dedutiva que promete formar um tipo ideal, o do perfil profissiográfico com as suas competências e habilidades focadas no processo avaliativo. Processo avaliativo das respostas unívocas que exigem a aplicação do Método e que é decisivo na organização da carreira e escolha dos líderes. A ECEME, a escola que prepara os generais, se auto identifica como a Escola dos Métodos (NUNES et al., 2017). O domínio do Método de preparação e abordagem de temas e questões discursivas de história, geografia e geoestratégica (CASTRO, 2010) é o critério fundamental para o ingresso, em detrimento da capacidade crítica de análise dos conteúdos.

Destaca-se que o perfil profissiográfico, a pretendida pelos militares, não possibilitou o controle civil sobre os projetos políticos pedagógicos que definem os conteúdos, abordagens pedagógicas e os perfis desejados de egressos.

Enfim, o pensamento militar do EB de tradição positivista do Método permanece sendo reelaborado até a atualidade, sendo engendrado por processos políticos internos com contexto internacional. Ainda, a transformação e as reformas ocorridas durante o processo do final da Guerra Fria não ficaram despercebido pelo EB.

3 | REFORMAS DO SISTEMA DE SEGURANÇA INTERNACIONAL

O Sistema Internacional no final do século XX teve profundas mudanças em uma sucessão de eventos tendo seu processo iniciado com a Doutrina Nixon. O processo passou pela derrota na Guerra do Vietnã que sinalizou a necessidade de reformas no sistema de defesa americano. As reformas e respostas do US Army foram estudadas por (JENSEN, 2016) baseado no neo institucionalismo, onde analisou o TRADOC e sinalizou

sobre um sistema de aprendizagem organizacional, na qual são considerados fatores internos e externos.

Destaca-se que a transformação do TRADOC não se resumiu em somente mudança de Doutrina mas também na forma de pensar a Guerra e produzir Doutrina. A Doutrina elaborada foi a Air Land Battle desenhada para emprego no teatro europeu, sendo aplicada com muito sucesso na Guerra do Golfo (1991). Todavia, foi conflito muito assimétrico e no contexto da Digitalização.

Com o colapso da URSS e o dramático evento de 11 de setembro de 2001 os Estudos Estratégicos (EE) começam a ser vistos como coisa do passado, um dinossauro (BAYLIS; WIRTZ; GRAY, 2019). Neste contexto, toma relevância Estudos Securitários que buscam ampliar o escopo dos EE. Isto incluiria questões de como o Estado se protege contra ameaças internas.

Podemos destacar os trabalhos de (CHUTER, 2006), (FARRELL; RYNNING; TERRIFF, 2013) e (EDMUNDS, 2013). Eles revelam aspectos dos Estudos Securitários com a reconfiguração do sistema internacional que ficou denominado como Reforma do Setor de Segurança (RSS). Em conformidade com os textos sobre RSS, na perspectiva retoricista, nota-se que são apresentados pontos de argumentações que sustentam a nova forma de pensamento militar mainstream:

- a. estarem em consonância com o modo de produção neoliberal, na qual se sucedeu desmontes nos sistemas de economia de bem-estar e socialista;
- b. terem sido transformações políticas e condicionadas por propostas econômicas assistidas pelas instituições e agências transnacionais como ONU, OCDE e Banco Mundial e que reconfigurou a divisão internacional do trabalho;
- c. reproduzirem os valores da democracia liberal no que se refere ao controle democrático parlamentar das forças armadas;
- d. tratar as questões da Segurança e Defesa de forma holística e não diferenciando-as. O termo holístico implica uma visão totalizante, uma cosmovisão em que há uma ordem no mundo e que nada ocorre por acaso, tudo está em seu devido lugar e está em oposição a uma visão atomística (Capra,);
- e. a abordagem holística implica do determinismo histórico toffleriano (TOFFLER; TOFFLER, 1995), do fim da história (FUKUYAMA, 1992) e superação do Estado (VAN CREVELD, 1999). Esta cosmologia foi muito bem sintetizada como a Doutrina do Choque por (KLEIN, 2017). No caso brasileiro implicando em duas apropriações de tornar o não familiar em familiar – o Gerencialismo e a G4G. Serão apresentados cada uma delas.

A ideologia do Gerencialismo

Conforme (KLIKAUER, 2015) o gerencialismo combina conhecimento de gestão e ideologia para se estabelecer sistematicamente nas organizações e na sociedade, enquanto priva empregados (organizacional-econômico) e sociedade civil (político-social) de todos os poderes de tomada de decisão. O gerencialismo justifica a aplicação de técnicas gerenciais a todas as áreas da sociedade com base na ideologia superior, no treinamento especializado e na posse exclusiva do conhecimento gerencial necessário para administrar com eficiência corporações e sociedades.

No mundo político, isso pode assumir a forma de afirmar que muitos conflitos e discussões são desnecessários para resolver problemas. Tudo o que é necessário é uma avaliação racional do problema e isso envolve a coleta e comparação de informações, listando as opções, calculando os custos de cada uma, avaliando as consequências e escolhendo o melhor curso de ação. Neste sentido o Gerencialismo acaba reforçando o Método como uma idealização no modo de pensar a Guerra incorporando-se no núcleo figurativo.

O Gerencialismo não é algo novo, mas uma ideia que já permeia as forças armadas. A atividade profissional do moderno e científico gerencialismo pode ser resgatada no Corpo de Engenheiros do Exército Americano conforme (O'CONNELL-JR, 1985). Para (LINN, 2007) constitui o grupo dos Managers junto os Heroes e Guardians. Tem apelo na literatura militar destacando-se o trabalho de (SOETERS, 2020) que defende que não existe diferenciação entre gerenciar, que presume-se a otimização de recursos limitados em um contexto de competição, e comandar que se compreende em um contexto de conflito. A presença do gerencialismo no meio militar é contestada por (MCCANN, 2017) na qual faz uma análise crítica associando o gerencialismo aos modelos matemáticos; enfim, jominianos-fochianos-lanchesterianos de contagem de corpos.

A ideologia da Guerra de 4ª Geração

Tomar-se-á como G4G (LIND; THIELE, 2015), os conceitos operacionais sem nenhum fundamento estratégico, que esclarece pouco (ECHEVERRIA II, 2005) e decorrentes das ideias de tofflerianas, fukuyanas e creveldianas. É a contraparte de como pensar a Guerra do Gerencialismo. Neste conjunto podemos aduzir as Revolução de Assuntos Militares, Operações de Não-guerra, Operações de Amplo Espectro, Operações interagências, Guerra Híbrida, Shock and Awe. Em certa medida as Doutrinas da G4G pela Transformação organizam o sistema internacional de Segurança e Defesa – tomando-o como uma unidade indivisível. A G4G é ampliada no conceito de Guerra Híbrida como estudado por (LEINER, 2020) que analisa o fenômeno sob a perspectiva da Antropologia estruturalista. A ideia da Guerra como um fenômeno perene da sociedade.

Transformação militar compreende adequar uma Força Armada à Revolução dos

Assuntos Militares. Com um Projeto de Força, proposto por Donald Rumsfeld (2001-2006), Secretário de Defesa do presidente estadunidense G. W. Bush indica como se preparar para o combate do futuro e inclui os entendimentos ainda mais amplos da transformação, como a defesa nacional, a manutenção do acesso sem obstáculos ao espaço e novas abordagens de defesa e dissuasão (SLOAN, 2008). Uma transformação que identifica três alvos para mudança cultural: práticas comerciais departamentais, operações interagências e de coalizão, e como os militares combatem (CZELUSTA, 2008).

4 | OS PROCESSOS DE TRANSFORMAÇÕES NO EXÉRCITO BRASILEIRO – GERENCIALISMO E G4G

Os processos de transformação no Exército Brasileiro iniciam no processo de democratização lento e gradual e um posicionamento em relação a fatores externos no caso a Guerra das Malvinas que sinalizou que os arranjos hemisféricos de solidariedade eram frágeis. Externamente, também, a crescente pressão da pauta ambiental coloca a Amazônia como prioridade estratégica. Em 1984 foi implementado o Sistema de Planejamento do Exército (SIPLEx) (VIEGAS-DA-SILVA, 2009) como uma resposta as demandas internas e posicionamento externos.

O SIPLEx é uma metodologia que reproduzia a Doutrina da Escola Superior de Guerra, do binômio Segurança e Desenvolvimento, que apela pelo Método, dando unidade de pensamento estratégico no EB e que pudesse ser revista periodicamente. Neste contexto o Ministro do Exército Leônidas Pires Gonçalves empreende o projeto de força conhecido como Força Tarefa 90 (FT-90) na qual se buscava inicialmente os meios militares o aumento dos efetivos e uma reorganização da Força.

Nos anos 90, o Estado-maior do Exército partindo de sua interpretação do Artigo 142 da Constituição Federal (BRASIL, 1988) e tendo como ferramenta o SIPLEx estabelece sua Estratégia autóctone e concebe as Doutrinas ALFA (Garantia da Lei e da Ordem), DELTA (Combate convencional) e GAMA (Amazônia ou do Combate da Resistência). Elas eram uma versão tropicalizado da G4G e cada qual merece uma estudo mais aprofundado; i) as experiências da repressão urbana e de Forças de Paz a ALFA; ii) a DELTA foi uma adaptação do Air Land Battle e a iii) GAMA os estudos das doutrinas militares orientais (Sun Tzu e Giap) que passaram a interessar os militares, além das experiências da atuação do EB contra os movimentos insurrecionais de tradição franco americana (MARTINS FILHO, 2008). Exercícios de patrulha que se praticavam eram considerados ideais no combate nas escolas militares de formação e na instrução da tropa. Enfim, foi um movimento inverso. As práticas dos campos de instrução serviam para dar forma e sentido ao que se elaborava nos birôs doutrinários.

Sobre o Soldado ideal, este seria os das Operações Especiais, especialmente para os Oficiais formados na geração de 70/80 e que tiveram instrutores com experiência na

repressão. O que promove a importância para aos detentores de cursos desta natureza como Guerra na Selva, Paraquedismo, Comandos, Forças Especiais. Considerado o militar prático no duplo teórico/prático estudado por (CASTRO, 1990).

Na AMAN descarta-se a instrução da Seção de Instrução Especial, e no corpo de tropa a prevalência dado as frações dos Pelotões de Operações Especiais (Pelopes) e organizações militares de operações especiais. Uma idealização da guerra na qual os conflitos sejam resumidos a operações de patrulha, o processo decisório realizado pela Ordem a Patrulha e o “Rambo”, o soldado-arquétipo da G4G.

Deste modo a adoção da Doutrina serviu de viés de confirmação do duplo - o papel dos militares no Estado e de sua autoimagem. A primeira como a instituição guardiã da CF/88; e a segunda, expressa no slogan Braço Forte e Mão Amiga.

Se por um lado o Braço Forte” prepara o militar para o combate como um “Rambo”, existe o entendimento de que uma Guerra assimétrica não pode ser vencida sem a luta pelos “corações e mentes” havendo necessidade de se desenvolver a “Mão Amiga”.

O processo de Transformação do Exército Brasileiro esteve imune ao controle civil até os meados do século XXI. A falta de prioridade aos assuntos de Defesa, as restrições orçamentárias e o desprestígio imaginado pelos militares nos primeiros governos democráticos pós ditadura conduziram aos seguintes movimentos: a procura por alternativas para obtenção de recursos orçamentários e a busca por reconhecimento e acreditação da profissão.

A alternativa para lidar com o problema orçamentário, especialmente do Governo FHC foi concretizada por iniciativas isoladas do que viria a se denominar Operações Subsidiárias. Estas ações era uma forma de carrear recursos para o funcionamento das organizações militares obtidas por meio de adestramento da tropa para o combate do futuro.

Estas ações se intensificaram durante o Governo Lula. Ações que deixam de ser restritas a prestações de serviços dado por uma Organização Militar para uma dimensão institucional, com as Operações de Paz da ONU e a participação em Grandes Eventos. Com a Estratégia Nacional de Defesa o pensamento militar foi traduzido pelo o Manual de Transformação do Exército e PROFORÇA (BRASIL. MINISTÉRIO DA DEFESA. EXÉRCITO BRASILEIRO, 2011).

Uma análise retórica dos documentos esclarece que o “Exército do futuro” utiliza os discursos da nova era, para a era do conhecimento, e pela estratégia da *“paralisia, preconiza o emprego do poder militar de modo intenso, em curto espaço de tempo e em largo espectro, com a finalidade de imobilizar o adversário”* a mesma do Shock and Awe. Taticamente isto seria possível com *“a obtenção de superioridade em Informações de Combate, integrando as atividades de Inteligência de Combate, Guerra Eletrônica, Operações Psicológicas, Dissimulação, Segurança das Operações, Defesa Cibernética, Assuntos Cíveis e Comunicação”*. O combate pela componente paixão/Povo da tríade clausewitziana.

Além disto, deveria desenvolver táticas híbridas como buscar “a ativação, nos estados-maiores dos Grandes Comandos Operacionais e Grandes Unidades atuando isoladamente, de organizações ou elementos de Informações Públicas e de Cooperação Civil-Militar (Assuntos Cíveis) para o trato com a mídia, com a população e com agências internacionais e não governamentais na área de operações”.

Atualmente a Transformação ganha corpo com a publicação (cerca de diversos Manuais doutrinários orientando como desenvolver as atividades da estratégia da paralisa e as táticas híbridas. Acrescenta-se “a racionalização das estruturas operacionais e de apoio, adequando-as às restrições orçamentárias, sem prejuízo das capacidades operativas”. O discurso da racionalização conduz a compreensão da necessidade de competências gerenciais corporativas.”

Para conduzir os projetos do Exército do Futuro se fez necessário um novo perfil profissional o do Gerente que foi reelaborado com diversas medidas:

i) A inclusão de disciplinas de Administração nos currículos das escolas militares com o viés do gerencialismo (PAIVA, 2004) com conteúdo sobre Excelência Gerencial. As disciplinas de Administração são fundadas no Gerencialismo da disciplina Business Management distintas das áreas científicas do Public Administration ou Policies Public que são instrumentadas nas Ciências Políticas. A necessidade de tornar os currículos com uma perspectiva do Gerencialismo é recorrente como verificado em (COSSA, 2014) e (MAGALHÃES, 2019).

ii) A aceitação de equivalência do diploma de Ciências Militares com os bacharelados de Administração e a possibilidade de registro e atribuições pelo Conselho Federal de Administração vai ao abrigo desta ideia (CONSELHO FEDERAL DE ADMINISTRAÇÃO, 2018).

iii) Institucionalmente é relevante destacar o Programa de Excelência Gerencial pelo Comandante da Força Gen Exército Albuquerque que envolveu todo Exército Brasileiro. O PEG seria uma ferramenta para aperfeiçoar a capacidade gerencial na operacionalidade do Exército, visando otimização dos processos, o gerenciamento dos projetos e a motivação de todos os seus integrantes. O programa colocado como a atividade prioritária em todas as organizações militares (EQUIPE EDITORIAL ADN, 2005) que nas palavras dele “O desenvolvimento de práticas de gestão dentro do Exército trará excelentes resultados ao País.

O pensamento do gerencialismo fica mais evidenciado na palestra do Comandante da Força realizada em março de 2003 para a Oficialidade da Guarnição de Brasília e da qual se extrai dos slides a seguir e que foram expostos:



Figura 01 Slides apresentação Comandante do Exército Brasileiro

iv) As propostas do gerencialismo tiveram apoio da Fundação Getúlio Vargas da Escola de Administração de Empresas de São Paulo e participou o Programa da Qualidade do Serviço Público. A parceria acabou criando vínculos e um convênio duradouro com a ECEME para preparar os “Generais Gerentes.”

v) A prioridade dada para funções com perfil de Gerências de Negócios aumentou. O EB que nas décadas de 60 possuía um sistema de formação de Oficiais na qual os Oficiais das Armas científicas – os “Engenheiros” ou “bacharéis” - tinham acesso sem exame ao IME. As prioridades foram suplantadas por Administradores e afins. Um estudo empírico sobre as transformações das carreiras técnicas, sua importância no Exército Brasileiro e no Projeto de Estado desenvolvimentista pode esclarecer esta prevalência do Gerente neoliberal em detrimento ao Engenheiros desenvolvimentista.

vi) Recentemente a sociedade surpreendeu-se com a presença dos militares no governo do Presidente Jair Bolsonaro e com o Projeto Nação 2035 na qual foram combinados o Método das escolas militares com técnicas de análise prospectiva como a técnica Delphi e o (MARCIAL; GRUMBACH, 2002) propondo uma Estratégia Nacional que confirma as teses deste texto – o ideário do Gerencialismo e da G4G na qual os militares brasileiros se propõe a Governar, Gerenciar e Comandar tudo e a todos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo do ensaio de apresentar a perenidade do pensamento positivista traduzido hoje com o duplo G4G e Gerencialismo, a oposição que se completa o trato com a Guerra e a Paz. O ensaio oportunizou trazer a luz algumas questões e que se adiciona outras proposições.

A proposta da abordagem construtivista-retoricista apresentada, apesar de não ter uma tradição nos Estudos Estratégicos indica uma alternativa promissora. As Ciências Retóricas, como explicado por (MAZZOTTI, 2015) “as técnicas noéticas que têm por matéria, por objeto da ação, as funções afetivas e cognitivas e por objetivo manter ou modificar as crenças, as atitudes e os valores . Uma metodologia indicada seria a Análise Retórica aos modos de (DUARTE; MAZZOTTI, 2004).

Isto supõe uma técnica não somente aplicável para investigar os processos educacionais militares. Caberia acrescentar o estudo do pensamento militar, os silogismos característicos de cada corrente (Analítica ou Retórica/Dialética) e sua revelação (fundamentalismo) ou invenção (coerentismo) como Doutrina.

Em uma primeira abordagem verifica-se que o pensamento militar positivista Exército Brasileiro tem um legado histórico e vem sendo retrabalhado e adequado aos contextos Políticos internos e externos. Na I Guerra Mundial com a MMF, na II GM com a aliança com os EUA, na Guerra Fria aderindo ao bloco ocidental o núcleo do pensamento militar se consolida com o eternizado Método.

Atualmente o EB desenvolve o processo de Transformação incorporando percepções neoliberais e do Estado mínimo – alinhado com a proposta da nova ordem global. Uma ideia na qual o Estado deve se resumir as suas duas funções precípua que é a manutenção dos contratos: a segurança e a justiça. Enfim, *l'état c'est moi*. O protagonismo dos militares na política no Governo Jair Bolsonaro, as medidas tomadas são esclarecedoras para compreender o pensamento militar positivista-fochiano do Método, do Gerencialismo e da G4G e merecendo um estudo detalhado. Política subsumida pelos Generais Gerentes Governantes que com o domínio do Método e das técnicas gerenciais se colocam a conceber um Projeto de Estado, sem qualquer contradição ou mediação de diálogo – a compreensão de uma Polis como um organismo hierárquico e conduzida pela Aristocracia – a classe de cidadãos mais preparados para pilotar a nau da República. Resta saber se essa representação social da Polis garante a Democracia – objeto de investigação a ser publicado.

REFERÊNCIAS

BAYLIS, John; WIRTZ, James J.; GRAY, Colin S. **Strategy in the Contemporary World; an introduction to strategic studies**. 6. ed. New York: Oxford University Press, 2019.

BLACK, Max. *Models and Metaphors: studies in language and philosophy*. Ithaca: Cornell University Press, 1962.

BRASIL. MINISTÉRIO DA DEFESA. EXÉRCITO BRASILEIRO. **PROFORÇA Projeto de Força do Exército Brasileiro**. Brasília: Estado Maior do Exército, 2011.

BRASIL. MINISTÉRIO DO EXÉRCITO. EME. *A Política Educacional para o Exército Brasileiro: 2000 - Fundamentos* Brasília, 1994.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 **Congresso Nacional**, Brasil, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 17 jun. 2019.

CASTRO, Celso. **O Espírito Militar - um antropólogo na caserna**. 2. ed. Rio de Janeiro: ZAHAR EDITORES, 1990.

CASTRO, Tiago Castro De. **Método de preparação e abordagem de temas e questões discursivas**. Rio de Janeiro: Bibliex Editora, 2010.

CHUTER, David. Understanding Security Sector Reform. **Journal of Security Sector Management**, EUA, v. 4, n. 2, p. 1–21, 2006.

CONSELHO FEDERAL DE ADMINISTRAÇÃO. Resolução Normativa 547 de 31 de Outubro de 2018. Trata de Cursos de Formação de Oficiais e equivalência ao Bacharelado em Administração Brasil, 2018. Disponível em: <http://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/48445993/do1-2018-11-05-resolucao-normativa-n-547-de-31-de-outubro-de-2018-48445970>

COSSA, Antonio Fernando Adorno. **A Graduação em Administração na AMAN**. 2014. Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, Brasil, 2014.

CZELUSTA, Mark G. Business as Usual: An Assessment of Donald Rumsfeld's Transformation Vision and Transformation's Prospects for the Future. Gernackerstraße: The George C. Marshall European Center for Security Studies, 2008.

DOMINGOS NETO, Manuel. Gamelin, o modernizador do Exército. **Tensões Mundiais**, Brasil, v. 3, n. 4, p. 219–256, 2007.

DOUGHTY, Robert A. The Seeds of Disaster – The Development of French Army Doctrine, 1919-39. Mechanicsburg: Stackpole Books, 1985.

DUARTE, Érico Esteves. A Análise Crítica de Clausewitz (Kritik): rigor epistemológico e potencial interdisciplinar. In: II ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE DEFESA NACIONAL 2008, Niterói. **Anais...** Niterói

DUARTE, Mônica; MAZZOTTI, Tarso Bonilha. Análise retórica do discurso como proposta metodológica para as pesquisas em representação social. **Revista Educação e Cultura Contemporânea**, Brasil, v. 1, n. 2, p. 81–108, 2004. Disponível em: <<http://revistaadmmade.estacio.br/index.php/reeduc/article/viewArticle/2290#>>

ECHEVARRIA-II, Antulio J. **Clausewitz and Contemporary War**. New Jersey: Oxford University Press, 2007.

ECHEVERRIA II, Antulio J. **Fourth-Generation War and others myths**. Carlisle PA USA: Strategic Studies Institute, 2005.

EDMUNDS, Timothy. Security Sector Reform. In: BRUNEAU, Thomas C.; MATEI, Florina Cristiana (Eds.). **The Routledge Handbook of Civil – Military Relations**. New York: Routledge, 2013. p. 48–60.

EQUIPE EDITORIAL ADN. Programa Excelência Gerencial (PEG) no Exército Brasileiro; entrevista com o General-de-Exército Francisco Roberto de Albuquerque - Comandante do Exército. Brasília: A Defesa Nacional, 2005.

FARRELL, Theo; RYNNING, Sten; TERRIFF, Terry. *Transforming Military Power since the Cold War: Britain, France, and the United States, 1912-2012*. Cambridge: Cambridge University Press, 2013.

FUKUYAMA, Francis. **The End of History and the Last Man**. New York: Macmillan Press, 1992.
Disponível em: <papers2://publication/uuid/FF695843-37D2-4A68-9C20-2AE2ACB7D1B8>

GAT, Azar. *A History of Military Thought: from enlightenment to the Cold War*. New York: Oxford University Press, 2001.

GRUNENVALDT, José Tarcísio. *A educação militar nos marcos da Primeira República: estudo dos regulamentos do ensino militar (1890-1929)*. 2005. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil, 2005.

HOIBACK, Harald. *Understanding Military Doctrine: a multidisciplinary approach*. Oxon: Routledge, 2013.

JENSEN, Benjamin M. **Forging the Sword: doctrinal change in the US Army**. Stanford: Stanford University Press, 2016.

JOMINI, Antoine Henri De. **The Art of War: restored edition**. Tradução G. H. Mendeell; W. P. Craighill. Kingston: Legacy Books Press Classics, 1838.

JORDAN, David et al. **Understanding Modern Warfare**. Cambridge: Cambridge University Press, 2016. v. 4

KIRSCHENBAUM, Matthew. *Kriegsspiel as Tool for Thought*. In: DIGITAL HUMANITIES 2010: CONFERENCE ABSTRACTS 2010, Londres. **Anais...** Londres: Centre for Computing in the Humanities, King's College, 2010.

KLEIN, Naomi. *A Doutrina do Choque: a ascensão do capitalismo de desastre*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2017.

KLIKAUER, Thomas. What Is Managerialism? **Critical Sociology**, [s. l.], v. 41, n. 7–8, p. 1103–1119, 2015.

LEINER, Piero C. *O Brasil no espectro de uma Guerra Híbrida: militares, operações psicológicas e política em uma perspectiva etnográfica*. São Paulo: Alameda, 2020.

LIND, William S.; THIELE, Gregory A. **4th Generation Warfare Handbook**. Kouvola: Castalia House, 2015.

LINN, Brian McAllister. **The echo of battle: the army's way of war**. Cambridge: Harvard University Press, 2007. v. 46

LUCHETTI, Maria Salute Rossi. **O Ensino do Exército Brasileiro : histórico, quadro atual e reforma**. 2006. Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba, 2006.

MAGALHÃES, Luciano Allevato. *A importância do conhecimento da Administração Pública na formação de militares do Exército Brasileiro: uma análise na Academia Militar das Agulhas Negras e na Escola de Sargentos das Armas*. 2019. Escola de Formação Complementar do Exército/Centro Universitário do Sul de Minas, Brasil, 2019.

MARCUSSO, Marcus Fernandes. A Escola Militar do Realengo e a formação do Oficial do Exército Brasileiro (1904-1929). 2012. Universidade Federal de São Carlos, Brasil, 2012.

MARTINS FILHO, João Roberto. A influência doutrinária francesa sobre os militares brasileiros nos anos de 1960. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, [s. l.], v. 23, n. 67, p. 39–50, 2008.

MAZZOTTI, Tarso Bonilha et al. **Metodologia Científica**. Rio de Janeiro: Editora Universidade Estácio de Sá, 2014.

MAZZOTTI, Tarso Bonilha. Retórica, a ciência das técnicas noéticas. **Revista Educação e Cultura Contemporânea**, Brasil, v. 12, n. 28, p. 103–129, 2015.

MCCANN, Leo. 'Killing is our business and business is good': The evolution of 'war managerialism' from body counts to counterinsurgency. **Organization**, [s. l.], v. 24, n. 4, p. 491–515, 2017.

MOTTA, Jehovah. Formação do Oficial do Exército: currículos e regimes na Academia Militar 1810-1944. Rio de Janeiro: Bibliex Editora, 1998.

NOGUEIRA, Jefferson Gomes. Educação Militar no Brasil: um breve histórico. **Revista Brasileira de História Militar**, Brasil, v. IV, n. 12, p. 146–172, 2013.

NUNES, Richard Fernandez et al. ECEME — A Escola “dos Métodos”. Brasil, v. 1, p. 6–18, 2017.

O'CONNELL-JR, Charles F. The Corps of Engineer and the Rise of Modern Management, 1827-1856. In: SMITH, Merritt Roe (Ed.). **Military Enterprise and Technological Change**. Cambridge: MIT Press, 1985.

OLIVEIRA, Ana Amélia Penido; MATHIAS, Suzeley Kalil. Profissionalização militar; notas sobre o sistema do Exército Brasileiro. **Tematicas**, [s. l.], v. 28, n. 56, p. 38–69, 2020.

PAIVA, Alexandre Duarte De. **A Excelência Gerencial na Formação do Oficial da Academia Militar das Agulhas Negras**: Encontro Pedagógico do Ensino Superior Militar. Rio de Janeiro.

POSEN, Barry R. The sources of military doctrine. France, Britain, and Germany between the world wars. Ithaca NY USA: Cornell University Press, 1984.

SHY, John. Jomini. In: PARET, Peter; CRAIG, Gordon A.; GILBERT, Felix (Eds.). **Makers of Modern Strategy: from Machiavelli to the Nuclear Age**. 3. ed. Princeton: Princeton University Press, 1986. p. 159–206.

SLOAN, Elinor. Military transformation and modern warfare: a reference handbook. Westport: Praeger Security USA, 2008.

SOETERS, Joseph. **Management and Military Studies: classical and current foundations**. New York: Routledge Taylor & Francis Group, 2020.

STRACHAN, Hew; HERBERG-ROTHER, Andreas. **Clausewitz in the twenty-first century**. New York: Oxford University Press, 2007.

SVARTMAN, Eduardo Munhoz. O exército brasileiro e a emulação dos modelos francês e estadunidense no século XX. **Revista da Escola de Guerra Naval**, [s. l.], v. 22, n. 2, p. 361–380, 2016.

TOFFLER, Alvin; TOFFLER, Heidi. **War and anti-war: making sense of today's global chaos**. New York: Wraner Books, 1995. Disponível em: <<https://archive.org/details/WarAndAntiWar-Toffler>>

VAN CREVELD, Martin. **The Rise and Decline of the State**. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

VIEGAS-DA-SILVA, Carlos Eduardo de Melo. O sistema de planejamento estratégico do Exército Brasileiro (SIPLEx) : uma análise da doutrina militar terrestre do Exército Brasileiro e do seu planejamento (2002- 2007). 2009. Universidade Federal de Sao Carlos, [s. l.], 2009. Disponível em: <<https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/947>>

WINTJES, Jorit. When a Spiel is not a Game. **Vulcan**, Netherlands, v. 5, n. 1, p. 5–28, 2017. Disponível em: <https://brill.com/abstract/journals/vulc/5/1/article-p5_5.xml>

XAVIER, Paulo Sérgio. O currículo da Academia Militar das Agulhas Negras e a formação profissional: das origens ao início do Século XXI. 2017. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Brasil, 2017.

YANCY, Scott D. From Methodical Battle to Shock and Awe : How to Guard Against the Next Great Idea The “ Shock and Awe ”. 2012. Joint Forces Staff College, EUA, 2012.

ELÓI MARTINS SENHORAS: Professor associado e pesquisador do Departamento de Relações Internacionais (DRI), do Programa de Especialização em Segurança Pública e Cidadania (MJ/UFRR), do Programa de MBA em Gestão de Cooperativas (OCB-RR/UFRR), do Programa de Mestrado em Geografia (PPG-GEO), do Programa de Mestrado em Sociedade e Fronteiras (PPG-SOF), do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional da Amazônia (PPG-DRA) e do Programa de Mestrado em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para a Inovação (PROFNIT) da Universidade Federal de Roraima (UFRR). Fundador do *think tank* IOLEs. Graduado em Economia. Graduado em Política. Especialista pós-graduado em Administração - Gestão e Estratégia de Empresas. Especialista pós-graduado em Gestão Pública. Mestre em Relações Internacionais. Mestre em Geografia - Geoeconomia e Geopolítica. Doutor em Ciências. *Post-Doc* em Ciências Jurídicas. *Visiting scholar* na Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), no Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), na University of Texas at Austin, na Universidad de Buenos Aires, na Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales, México e na National Defense University. *Visiting researcher* na Escola de Administração Fazendária (ESAF), na Universidad de Belgrano (UB), na University of British Columbia e na University of California, Los Angeles. Professor do quadro de Elaboradores e Revisores do Banco Nacional de Itens (BNI) do Exame Nacional de Desempenho (ENADE) e avaliador do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (BASIS) do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP/MEC). Professor orientador do Programa Agentes Locais de Inovação (ALI) do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE/RR) e pesquisador do Centro de Estudos em Geopolítica e Relações Internacionais (CENEGRI). Organizador das coleções de livros Relações Internacionais e Comunicação & Políticas Públicas pela Editora da Universidade Federal de Roraima (UFRR), bem como colunista do Jornal Roraima em Foco. Membro do conselho editorial da Atena Editora.

A

América Latina 39, 47, 68, 71

Análise de conteúdo 27, 32

Assistência social 51, 64, 69, 70, 71, 72

B

Bolsonarismo 34, 35, 38, 48

Bolsonaro 34, 35, 36, 37, 41, 42, 45, 46, 47, 83, 84

Brasil 2, 4, 6, 9, 13, 14, 15, 17, 20, 23, 32, 33, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 43, 44, 45, 47, 48, 50, 51, 52, 54, 57, 58, 60, 61, 62, 63, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 76, 77, 80, 81, 84, 85, 86, 87, 88

C

Cidadania 4, 49, 51, 65, 67, 70, 72, 89

Cidadãos 23, 66, 67, 70, 84

Classe 23, 24, 25, 31, 37, 57, 61, 68, 84

Constituição 2, 13, 23, 69, 70, 71, 72, 80, 85

Contemporaneidade 1, 3, 10, 52

Corrupção 10, 11, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 36, 37, 38, 42, 45, 48

Crise 1, 2, 3, 10, 11, 13, 14, 18, 27, 31, 36, 37, 38, 42, 44, 45, 48

Cultura 1, 2, 5, 8, 10, 14, 20, 21, 33, 42, 65, 66, 67, 70, 71, 74, 75, 85, 87

Cursos 8, 49, 51, 52, 53, 54, 55, 57, 62, 81, 85

D

Democracia 2, 12, 13, 35, 38, 48, 65, 68, 71, 72, 78, 84

Direitos 4, 6, 8, 9, 13, 38, 49, 58, 59, 60, 62, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 72

Discurso 35, 37, 42, 45, 75, 82, 85

Doutrina 74, 75, 76, 77, 78, 80, 81, 84, 86, 88

E

Educação 2, 4, 5, 42, 44, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 57, 60, 61, 62, 73, 85, 86, 87, 89

Elite 17, 22, 23, 26, 32

Empregador 1, 3, 7, 8, 11

Escândalo 16, 17, 18, 21, 22, 27, 31

Estado 1, 3, 5, 6, 8, 9, 10, 11, 13, 14, 16, 17, 18, 19, 20, 22, 23, 24, 31, 32, 51,

54, 56, 58, 60, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 74, 75, 78, 80, 81, 83, 84
 Ética 1, 3, 4, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 15, 37, 45, 66
 Evangélicos 34, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48
 Exército 73, 74, 76, 77, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88
 Extrema-direita 35, 37, 38

F

Família 1, 2, 4, 5, 10, 14, 36, 37, 44, 52, 55, 59, 70

G

G4G 73, 74, 78, 79, 80, 81, 83, 84
 Gênero 10, 37, 49, 50, 51, 53, 57, 58, 59, 60, 61, 63, 64
 Gerencialismo 73, 74, 78, 79, 80, 82, 83, 84
 Gestão 15, 17, 57, 58, 59, 60, 70, 79, 82, 89
 Governo 7, 22, 34, 36, 42, 52, 58, 59, 60, 65, 67, 76, 81, 83, 84
 Guerra 12, 64, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 83, 84, 86, 87

I

Ideologia 10, 37, 42, 74, 79
 Igreja 1, 3, 6, 11, 39, 41, 44, 45, 46, 47
 Instituto Federal 50, 53, 54, 57, 62, 64, 73

J

Jornais 23, 26
 Jornalistas 22, 23

L

Liberdades 1, 2, 3, 5, 6, 9, 11, 12, 13, 14
 Lula 17, 23, 26, 35, 37, 41, 42, 45, 58, 63, 61

M

Mídia 16, 17, 18, 19, 22, 26, 27, 28, 29, 31, 32, 33, 35, 82
 Mulheres 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63

N

Neopentecostais 39

O

Operação Lava Jato 16, 17, 31, 33

P

Participação 4, 40, 42, 46, 58, 59, 60, 61, 65, 66, 67, 68, 72, 81

Pastores 34, 41, 46, 47

pensamento militar 73, 74, 75, 76, 77, 78, 81, 84

Pensamento militar 73

Pensamento Militar 74, 75

Pentecostalismo 39, 40, 43, 44, 48

Poder 1, 2, 4, 6, 7, 8, 9, 10, 13, 14, 15, 21, 22, 28, 41, 43, 44, 45, 57, 58, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 71, 72, 81

Política social 71

Políticas públicas 6, 49, 52, 54, 55, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 72, 89

Programa Mulheres Mil 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 61

R

Religião 2, 6, 7, 31, 34, 38, 39, 40, 44, 45, 48

Revisão bibliográfica 49, 64

S

Sociedade 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 18, 22, 23, 36, 39, 40, 41, 44, 52, 57, 58, 59, 60, 61, 64, 65, 67, 68, 69, 70, 72, 74, 75, 79, 83, 89

T

Teologia 34, 39, 43, 44, 45, 46, 47

Trabalho 2, 3, 5, 7, 8, 11, 14, 24, 25, 27, 36, 47, 49, 50, 52, 53, 55, 56, 57, 59, 61, 64, 68, 69, 70, 71, 72, 74, 76, 78, 79

V

Voto 34, 41, 42, 43, 45, 48

CIÊNCIAS POLÍTICAS

INSTITUIÇÕES E SISTEMAS 2



www.atenaeditora.com.br



contato@atenaeditora.com.br



[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)



www.facebook.com/atenaeditora.com.br

Atena
Editora

Ano 2023

CIÊNCIAS POLÍTICAS

INSTITUIÇÕES E SISTEMAS 2

-  www.atenaeditora.com.br
-  contato@atenaeditora.com.br
-  [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
-  www.facebook.com/atenaeditora.com.br